



1933

Universidade Federal de São Paulo  
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Programa de Pós-graduação em História

**Luciano Alves Silva**

**PAULO E ONÉSIMO: ESCRAVIDÃO E MANUMISSÃO NO  
PRINCIPADO ROMANO**

Dissertação apresentada à EFLCH:  
Escola de Filosofia Letras e Ciências  
Humanas (UNIFESP), como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre  
em História.

Orientador: Prof. Dr. Glaydson José da Silva

Linha de pesquisa: Poder, cultura e saberes.

**GUARULHOS**

**2018**

**Luciano Alves Silva**

**PAULO E ONÉSIMO: escravidão e manumissão no Principado romano.**

Dissertação apresentada à EFLCH: Escola de Filosofia Letras e Ciências Humanas (UNIFESP), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientador:**

**Glaysdon José da Silva**

**GUARULHOS**

**2018**

Silva, Luciano Alves.

Paulo e Onésimo: escravidão e Manumissão no Principado romano / Luciano Alves Silva. – Guarulhos, 2018.  
125 f.

Dissertação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Pós Graduação, 2018.

Orientador: Glaydson José da Silva.

Título em inglês: Paulus and Onesimus: slavery and manumission in the roman Principate.

1. Paulo. 2. Onésimo. 3. Escravidão. 4. Manumissão. I. Silva, Glaydson José. II. Paulo e Onésimo: escravidão e manumissão no principado romano.

**FOLHA DE APROVAÇÃO****LUCIANO ALVES SILVA****PAULO E ONÉSIMO: escravidão e manumissão no Principado romano.**

Dissertação apresentada à EFLCH:  
Escola de Filosofia Letras e Ciências  
Humanas (UNIFESP), como requisito  
parcial para obtenção do título de Mestre  
em História.

Orientador: Glaydson José da Silva

**Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.**

---

**Professor (a) Dr (a)**

---

**Professor (a) Dr (a)**

**LUCIANO ALVES SILVA**

**PAULO E ONÉSIMO: ESCRAVIDÃO E MANUMISSÃO NO  
PRINCIPADO ROMANO**

**Presidente da banca: Prof. Dr. Glaydson José da Silva**

**Banca examinadora:**

**Prof. Dr. Adilton Luis Martins (pós-doc)**

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Aparecida de Andrade Almeida (pós-doc)**

**Prof. Dr. Pedro Paulo Funari (livre-docente; suplente)**

*Dedico este trabalho à memória da dona Enelita, minha mãe, que me ensinou a sorrir com responsabilidade.*

*A Deus toda glória.*

*Agradeço à Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, sem a qual não seria possível a realização deste trabalho. E, também, agradeço aos professores coordenadores do curso de pós-graduação da História: Jaime Rodrigues, Mariana Villaça, Andrea Slemian; e, especialmente ao meu orientador Glaydson José da Silva, por me proporcionarem chegar a esta etapa tão importante da minha vida e história acadêmica.*

*Agradeço também a paciência e compreensão da minha família mais imediata, minha esposa e filha, Miriam e Luiza, e a comunidade cristã da qual faço parte – Igreja da Comunhão, que entenderam as minhas muitas ausências em virtude das exigências deste trabalho.*

*Especialmente agradeço a professora Suzete Cirelli pela revisão gramatical deste trabalho.*

*Muito obrigado.*

### **Lista de abreviaturas<sup>1</sup>**

**BJ – BÍBLIA DE JERUSALÉM**

**BIS – BÍBLIA SHEDD**

**BVN – BÍBLIA VIDA NOVA**

**ICAR – IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA**

**NIV – NEW INTERNATIONAL VERSION**

**NT – NOVO TESTAMENTO**

**NVI – NOVA VERSÃO INTERNACIONAL**

**VT – VELHO TESTAMENTO**

**A.D. – ANNO DOMINI**

**A.C. – ANTES DE CRISTO**

---

<sup>1</sup> Os livros ou epístolas da Bíblia, quando citados, aparecerão abreviados pelas duas primeiras letras, sem o ponto final, como no exemplo que segue: I Co 7.21 (primeira carta aos Coríntios, capítulo 7 e versículo 21).



## **Resumo**

No presente trabalho nos propusemos a investigar um assunto recorrente nas cartas paulinas: a escravidão, partindo do pressuposto de que este autor bíblico não tratou diretamente sobre este tema do ponto de vista legal. Nosso esforço então se deteve em tentar alcançar o pensamento de Paulo de Tarso sobre a escravidão e a manumissão romana, analisando-as a partir dos documentos produzidos pelo próprio Paulo, outros textos bíblicos, ainda outros da mesma época com a mesma ênfase, bem como a partir de outras fontes secundárias e pesquisadores especialistas desta temática. O documento principal objeto da nossa investigação é a carta que Paulo escreveu ao amigo Filemon, na qual intercede por um escravo recém-convertido ao Cristianismo, que tem por nome Onésimo.

**Abstract**

In the present work we propose to investigate a recurrent subject in the Pauline letters: slavery, assuming that this biblical author did not deal directly with this issue from the legal point of view. Our effort then stopped to try to reach the thought of Paul of Tarsus on the slavery and the Roman manumission, analyzing them from the documents produced by Paul himself, other biblical texts, still others of the same time with the same emphasis, as well as from other secondary sources and specialized researchers of this theme. The main document object of our investigation is the letter that Paul wrote to his friend Filemon, in which he intercedes for a newly converted slave to Christianity, whose name is Onesimus.

## SUMÁRIO

Dedicatória .....	6
Agradecimentos .....	7
Lista de abreviaturas .....	8
Resumo .....	9
Abstract .....	10
Sumário .....	11
Introdução .....	13
Capítulo 1.....	17
1. Escravidão antiga .....	18
1. Escravidão no Novo Mundo .....	24
1.2 Os judeus e a escravidão.....	37
1.3 Escravidão grega e romana.....	43
1.4 Os Libertos em Roma.....	47
1.4.1 O liberto Trimalcião em Satyricon.....	50
1.5 Leis de concessão de manumissão.....	54
Capítulo 2.....	57
2. Paulo de Tarso, sua origem e contextos.....	58
2.1 Um homem de tríplice cultura.....	58
2.2 As cartas paulinas.....	66
2.3 Escravidão no NT.....	69
2.4 Escravos na literatura paulina.....	72
Capítulo 3.....	79
3. O caso de Onésimo na carta a Filemon.....	80
3.1 Análise da carta a Filemon.....	86
3.2 O termo escravo (doulos) no NT.....	92
3.3 A escravidão encontrada em Filemon e noutros escritos paulinos.....	94
3.4 Escravidão como metáfora do Reino.....	111
Considerações finais.....	119
Bibliografia.....	127
Fontes .....	127
Fontes Secundárias .....	127

Bibliografia geral.....	128
Sites, Revistas e artigos eletrônicos .....	133
Breve Bibliografia sobre Paulo de Tarso .....	133
Breve Bibliografia sobre a carta de Paulo a Filemon .....	140

## Introdução

O tema da nossa pesquisa tem por ator principal a figura do maior personagem bíblico do Novo Testamento, com exceção a Jesus Cristo, Paulo de Tarso. Ou, como disse Funari e Vasconcellos: uma das pessoas mais influentes nos rumos da história<sup>2</sup>. E neste trabalho nos propusemos a investigar um assunto recorrente em suas cartas: a escravidão, partindo do pressuposto de que este autor bíblico não tratou diretamente sobre este tema do ponto de vista legal, ou seja, suas orientações sobre escravidão e/ou manumissão tinham mais a função da preservação da ordem social como se encontrava, do que uma abordagem de aspecto mais libertário.

Assim, o nosso esforço se deteve em tentar alcançar o pensamento sobre a escravidão e a manumissão romana deste seguidor do Nazareno, analisando-as a partir dos documentos produzidos pelo próprio Paulo, outros textos bíblicos, ainda outros da mesma época com a mesma ênfase, bem como a partir de outras fontes secundárias e pesquisadores especialistas no tema. O documento principal objeto da nossa investigação é a carta que ele escreveu ao amigo Filemon, na qual intercede por um escravo recém-convertido ao Cristianismo, que tem por nome Onésimo.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro traz questões relacionadas às possíveis origens da escravidão na Antiguidade, não sem antes traçar paralelo entre esta escravidão antiga, a escravidão indígena e a escravidão racial no Brasil. Naturalmente, passando pela aquecida economia transatlântica. Entendemos que investigar com mais rigor essa fase da escravidão no Novo Mundo, em alguma medida, corrobora com o objeto principal da nossa pesquisa, uma vez que a escravidão do negro africano foi respaldada por senhores e mercadores brancos cristãos, a partir de interpretações de textos bíblicos.

O segundo capítulo deste trabalho elucida com certos detalhes a pessoa, origem, família, religião e a visão de Paulo de Tarso sobre a escravidão e a manumissão, a partir dos seus próprios escritos e de outros pesquisadores que escreveram sobre ele. Para tentar compreender seu pensamento a respeito da

---

<sup>2</sup> VASCONCELLOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013, 05 p.

escravidão e da manumissão, investigamos essas origens, contextos e sua tríplice cultura, pois, embora judeu e imerso na cultura judaica, nasceu em Tarso na Cilícia, cidade do Mediterrâneo, de cultura helênica, que estava sob o domínio romano. Isto, naturalmente, influenciará seus textos e práticas.

E no terceiro e último capítulo, analisaremos a carta escrita por Paulo a Filemon, senhor do escravo Onésimo. Este documento do primeiro século nos levou a levantar algumas hipóteses sobre os elementos deflagradores das manumissões dentro das comunidades cristãs do Cristianismo primitivo. Outros textos pertinentes ao assunto, tanto bíblicos, quanto filosóficos e teológicos estão presentes em nossa pesquisa e nos ajudaram a melhorar a elaboração da mesma.

Ao problematizarmos as questões da escravidão encontradas em Paulo e diante desta proposta trabalhamos com a hipótese de que o modo como Paulo lidava com a escravidão, sem interferir na lei romana vigente sobre o tema, com o tempo possibilitou o arrefecimento da prática escravista nas comunidades cristãs e até sua extinção formal pelos cristãos, uma vez que, possivelmente, muitos senhores de escravos se converteram ao Cristianismo.

Nossas fontes primárias são, especialmente, os escritos do Novo Testamento e alguns textos do Velho Testamento; as secundárias, outros escritos do mesmo período. A bibliografia deste trabalho é composta por pesquisas realizadas por historiadores, sociólogos, filósofos, filólogos, teólogos e outros cientistas humanos especialistas ou, em alguma medida, que exploraram em suas pesquisas a vida e a obra de Paulo de Tarso, bem como da temática escravidão e manumissão no Principado romano, as relações entre senhores e escravos no período e as leis vigentes sobre tais assuntos.

Lembramo-nos da importância da diáspora judaica e da cidade de Tarso sob o domínio romano e, sobre como esses elementos e ambientes influenciaram, certamente, a concepção do apóstolo Paulo sobre tais temas. Ainda pesquisamos a educação daquele mundo, explorando o fato de Paulo ser judeu naquela cidade que estava sob a influência helênica, seus possíveis contatos com a escravidão e manumissão e, também, como os religiosos judeus tratavam tais questões.

Ao escrever suas epístolas o apóstolo as endereça às comunidades onde se reúnem discípulos do Nazareno, que foram evangelizados por Paulo. Lembremos que até os inícios do século III ainda não se havia construído edifícios específicos para reuniões desses cristãos em comunidades, assim eles se reuniam em qualquer

casa que tivesse um lugar suficientemente grande para abrigar um número maior de pessoas<sup>3</sup>, por isso também Paulo de Tarso saúda alguns destinatários fazendo menção “à igreja que está em sua casa” (Rm 16.5; I Co 16.9; Cl 4.15; Fl 1.2). Nessas comunidades, dentre tantos outros assuntos tratados por Paulo, avançamos na compreensão sobre como o apóstolo concebia e tratava as questões relacionadas à escravidão e, por conseguinte, a manumissão.

Nas considerações finais sobre o documento principal da nossa pesquisa, que é a carta que Paulo escreveu a Filemon, intuímos que a escravidão e a manumissão, do ponto de vista do apóstolo, eram realidades presentes na sociedade na qual as comunidades cristãs estavam inseridas e que, segundo os conselhos dados por ele, os cristãos não deveriam se indispor contra o governo e suas leis. Antes, deveriam desenvolver dentro da própria comunidade cristã uma *práxis* interna de amor, igualdade e fraternidade, onde, nesse ambiente, os escravos e os livres estariam sendo orientados a primar pela igualdade. O que nos parece é que os conselhos de Paulo aos que estavam em condição de escravidão na comunidade de Corinto, os estimulavam a buscar sua manumissão legal (I Co 7.21).

Vimos que a presença da escravidão na sociedade e, por conseguinte, na Igreja, tornou-se para Paulo um elemento indispensável para fins didáticos, enquanto comunicava a fé cristã e que também, tanto escravos quanto libertos eram úteis nas comunidades e aptos para exercícios de atividades, segundo a demanda local.

A carta, ou o quase bilhete<sup>4</sup> a Filemon, que é o principal documento da nossa investigação, tinha por objetivo suplicar pela vida de um escravo fugitivo, como vimos, chamado Onésimo. Talvez o pedido do apóstolo a seu amigo Filemon tenha sido atendido e Onésimo libertado, pois, ao lermos a carta, percebemos muita intimidade entre o apóstolo e o destinatário, como se este devesse favores àquele.

Quem saberia dizer se, de fato, Onésimo não tenha sido libertado por Filemon? E se isto aconteceu, e se Onésimo permaneceu cristão, embora seu nome seja muito comum à época, quem sabe também, se de fato, este não tenha se

---

<sup>3</sup> BARCLAY, William. **El pensamiento de San Pablo**. Buenos Ayres: Ed. La Aurora, 1978. 232 p.

<sup>4</sup> CHEVITARESE, André. **Cristianismos: questões e debates metodológicos**. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2011. 123 p.

tornado o bispo ao qual Inácio de Antioquia tenha se referido em sua carta, cerca de cinquenta anos mais tarde<sup>5</sup>?

Quanto à metodologia, a pesquisa, naturalmente, nos levou a comparar assuntos dentro do tema investigado e, como disse o historiador José D'Assunção Barros:

Comparar, elencar semelhanças e diferenças e estabelecer analogias são naturalmente ações tão familiares aos historiadores como contextualizar os acontecimentos, ou dialogar com as fontes. (...) mas o método comparativo deve ultrapassar aquele uso mais próximo da intuição e da utilização cotidiana da comparação para alcançar um nível de observação e análise mais profundo e sistematizado, para o qual “o que se pode comparar” e o “como se compara” tornam-se questões relevantes, fundadoras de um gesto metodológico<sup>6</sup>. (BARROS, 2014, p. 45)

Assim, nossa metodologia foi pautada também em análises das fontes e documentos, onde fizemos comparações, não apenas para comprovar diferenças e semelhanças, mas também na tentativa de buscar possíveis relações de complementaridade ou exclusão<sup>7</sup>. A partir dessa perspectiva, nos esforçamos por perceber “o que se podia comparar” e também, o “como iríamos comparar” as questões relacionadas a escravidão e manumissão, dentro dos textos bíblicos e os demais utilizados na elaboração do trabalho.

Então, no que é próprio numa pesquisa como esta, tivemos de levantar as fontes, fazer as leituras, os fichamentos e as análises da bibliografia existente como questões preliminares.

---

<sup>5</sup> INÁCIO DE ANTIOQUIA in **Patrística: Coleção Padres apostólicos**. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Ed. Paulus, 1995, 82 p.

<sup>6</sup> BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. São Paulo: Ed. Paulus, 2014, 45 p.

<sup>7</sup> VILLAÇA, Mariana Martins. **Polifonia tropical: experimentação e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967 – 1972)**. São Paulo: Humanitas, 2004, 23 p.





## 1. Escravidão antiga

A origem da escravidão tem sido debatida de modo importante e especialistas como: Moses Finley, Fustel de Coulanges, Michael Rostovtzev, Geza Alföldy, Paul Veyne dentre outros, têm colaborado para ampliar a pesquisa sobre o assunto. De passagem, um pouco de luz que estes autores têm derramado sobre este tema pode nos trazer orientação importante.

Fustel de Coulanges, por exemplo, chamará a escravidão de “fato primordial” e Moses Finley dirá que gregos e romanos transformaram este “fato primordial” em algo novo, absolutamente original na história do mundo (e raro no curso da história), que é um sistema institucionalizado do uso, em larga escala, do trabalho escravo nas cidades e nos campos. Assim, divergindo de Fustel de Coulanges, que entende a escravidão como problema histórico “fácil de se explicar”, Moses Finley mostra que a necessidade de se mobilizar força de trabalho para tarefas superiores à capacidade de um indivíduo ou de uma família, existe desde a Pré-história<sup>8</sup>, portanto demanda muita pesquisa e análises para que se compreenda de modo satisfatório essa problemática histórica.

Muitos autores trabalham a questão da conceituação do termo escravidão, pois se trata de manifestações históricas muito diversificadas, como argumenta Marcelo Rede, por entender que escravidão não se trata de um status, mas um processo:

(...) necessário reafirmar a dificuldade de estabelecer um conceito de escravidão minimamente satisfatório para dar cobertura a manifestações históricas muito diversificadas. É possível que o impasse se deva, sobretudo, ao fato de que a escravidão, ao contrário do que muitas vezes se tem insistido, não seja um status, mas um processo. Ela não se apresenta como uma situação imóvel (que, poderia, então, ser definida por critérios imutáveis), mas como uma complexidade dinâmica que exige, portanto, para sua apreensão um conjunto de conceitos analíticos que dê conta de sua fluidez<sup>9</sup>. (REDE, 1998, 01 p.)

---

<sup>8</sup> FINLEY, M. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. 70 p.

<sup>9</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion; REDE, Marcelo; ARAUJO, Sonia Regina Rebel de. **Escravidão Antiga e Moderna**. Tempo, on-line, São Paulo, vol. 3, nº 6, Dezembro de 1998. Disponível <[http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg6-1.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg6-1.pdf)>. Acesso em 20 set. 2016.

Assim, Rede nos diz que existe uma complexidade em relação à escravidão, que está relacionada diretamente a um processo e neste processo o escravo pode se tornar mercadoria, mas não somente isto; sendo necessário, diante dessa complexidade dinâmica desse ator social, muitos conceitos analíticos, portanto o escravo não se trata apenas de uma ferramenta à venda num mercado, ou um objeto à disposição do seu senhor; é isto também, mas não somente isto.

Em harmonia com esta ideia Norberto Guarinello, por sua vez, nos mostra a complexidade em se tratar do assunto escravidão, argumentando sobre a sua capilaridade no mundo pré-capitalista e sua pluralidade de sentido. O escravo poderia ser apenas um objeto subjugado ao direito pleno que o seu dono tinha sobre seu corpo e vontade, mas essa própria condição de objeto variava, a depender da cultura em que o senhor de escravos pertencesse:

Não é fácil definir a escravidão antiga. A historiografia trata em geral a escravidão como se fosse um fenômeno quase universal, presente, em diferentes graus de intensidade, em quase todas as sociedades humanas pré-capitalistas. Nossa imagem do que seja ou tenha sempre sido a escravidão é calcada na experiência da escravidão colonial nas Américas, particularmente as do sul dos Estados Unidos, do Caribe e do Brasil que, por sua vez, buscaram grande parte de seus fundamentos jurídicos e de sua legitimação no direito romano. A noção mais comum continua sendo de caráter eminentemente legal: a do escravo propriedade, sempre um estrangeiro, adquirido para ser uma coisa pertencendo a outro indivíduo, que seria senhor, não somente de seu trabalho, mas de seu próprio corpo, do qual teria pleno e total direito de utilização e que poderia submeter a qualquer tipo de coação, castigo ou mesmo à execução simples e sumária. Para essa definição o escravo, por ser propriedade, seria uma coisa, uma condição, mas não um agente. Não devemos nos esquecer de que a própria noção de propriedade é culturalmente determinada, de que ela é específica para cada sociedade ou cultura e pode variar, com o tempo, no interior de uma mesma sociedade<sup>10</sup>. (GUARINELLO, 2006, 229 p.)

Guarinello em seus argumentos revela que conceituar o escravo apenas como mercadoria é, certamente, não atentar para o fato de que este também é um agente social importante para a economia.

---

<sup>10</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História, on-line, São Paulo, vol.26, nº. 52, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05)>. Acessado em 20 set. 2016.

Ao pesquisarmos o assunto, neste recorte temporal e espacial, no Principado romano, verificamos que existia a possibilidade legal da manumissão, como comenta Paul Petit que, apesar do conservadorismo e das tendências timocráticas romanas, existia a possibilidade da ascensão pelo viés tanto das riquezas acumuladas pelos escravos, quanto do aspecto geográfico, pois, comumente, eram os escravos urbanos que conseguiam a manumissão<sup>11</sup>. Pois, para os escravos que trabalhavam nos campos arando a terra, plantando, colhendo, beneficiando os grãos, prensando azeitonas etc., suas vidas seriam bastante difíceis, pois se gastariam nessa dinâmica. Pior ainda seria para aqueles que trabalhavam nas minas, pois teriam uma vida muito curta pelos esforços exigidos nas tarefas. Estes morreriam cedo. Portanto, os escravos dos campos e das minas eram muito mais sofridos do que os domésticos.

Guarinello, em harmonia com Paul Petit, revela essa realidade de que, quanto mais próximo ao seu senhor que habitava a cidade, quanto mais dentro da casa do senhor, menos distante a possibilidade de alforria:

“(...) os escravos urbanos tinham trajetórias mais abertas. Podiam ser treinados em ofícios específicos e, muitas vezes, estabelecer-se independentemente, pagando uma taxa a seu dono. Podiam trabalhar na residência de seu senhor, ganhar sua confiança e passar, por exemplo, a administrar seus negócios, a gerir suas propriedades agrícolas, a comerciar em seu nome. Como ponto final da trajetória, podiam obter sua alforria, tornarem-se libertos e, até mesmo, cidadãos romanos, ainda que carregando a mancha da escravidão, da qual só seus filhos se libertariam plenamente<sup>12</sup>. (GUARINELLO, 2006, 232 p.)

É difícil precisar com clareza a origem da escravidão. O autor já citado, Fustel de Coulanges, entendia que esta era um fato primordial, contemporâneo das origens da sociedade e que teve suas raízes numa época da raça humana em que todas as desigualdades tinham sua razão de ser<sup>13</sup>. A escravidão existiu desde sempre, quer por sujeição em relação aos inimigos dominados, por compra em

---

<sup>11</sup> PETIT, Paul. **A paz romana**. São Paulo: EDUSP, 1989. p. 248, 249.

<sup>12</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História, on-line, São Paulo, vol.26, nº. 52, Dec. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05) acesso 20/09/2016 .

<sup>13</sup> DE COULANGES, Fustel. **Recherches sur quelques problèmes d'histoire**. Paris: Librairie Hachette Et Cie, 1885. 3 p.

mercados escravos, por sequestros, por dívidas etc. O pressuposto de Coulanges para a escravidão era a desigualdade e necessidades econômicas, ou seja, em toda e qualquer sociedade humana, havia escravidão.

Esse pensamento encontra harmonia aos argumentos de Finley quando este admite que a maioria das sociedades humanas, até onde se possui registro, explorou escravos. E que

desde a pré-história, existe a necessidade de se mobilizar forças de trabalho para tarefas superiores à capacidade do indivíduo. E essa força de trabalho indispensável foi obtida por compulsão pela força das armas, ou da lei e do costume, em geral por ambos – para todos os fins (ou interesses) não alcançáveis pela simples cooperação: na agricultura, na mineração, nos trabalhos públicos ou na fabricação de armas<sup>14</sup>. (FINLEY, 1991, p. 69-70)

Alberto da Costa e Silva dirá que a escravidão até o fim do século XIX era o sistema mais eficiente (e mais impiedoso) de obter-se e controlar trabalho e existiu em todas as civilizações e em todas as culturas<sup>15</sup>. Ou seja, desde que se conhece a respeito da escravidão, até a abolição nas Américas, esta tratava-se do meio mais eficaz de mão de obra de trabalho controlada.

Registros existem, desde a época dos Faraós e mesmo antes, como diz Joaquim Jeremias, que muitos papiros confirmam o comércio de escravos na Palestina, no século III antes da nossa era<sup>16</sup>. Outros documentos antigos, como o Código de Hamurabi do século XVIII A.C. e o livro de Êxodo da Bíblia judaica do século X ou IX A. C.<sup>17</sup> atestam a realidade escravista de civilizações antigas.

O citado Rei Hammurabi, embora tenha vivido trinta e oito séculos atrás, em seu renomado código de leis esculpido em uma estela de pedra de mais de dois metros de altura, exposto atualmente no Museu do Louvre em Paris, mostra o mais conhecido e mais eloquente dos pensamentos legais das pessoas da antiga Mesopotâmia. Suas quase 300 leis prescrevem o que fazer em casos de roubo, assassinato, negligência profissional e muitas outras áreas na vida diária das

<sup>14</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. p. 11, 69-70.

<sup>15</sup> Nós transatlânticos. Alberto Silva. **A Escravidão na História e na África**. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=Dn\\_2Rlo4QJc](https://www.youtube.com/watch?v=Dn_2Rlo4QJc) >. Acessado em 20 ago. 2017.

<sup>16</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. 157 p.

<sup>17</sup> ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas: da idade da pedra aos mistérios de Eleusis**, Vol 1. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2010. 162 p.

peças que ele governou. E muitos trechos desse achado arqueológico documentam questões relacionadas à escravidão<sup>18</sup>.

Percebemos com essas breves observações que, desde que os homens passaram a dominar outros homens, o fizeram por questões econômicas. E termos ou expressões como força de trabalho, processo escravista, mobilidade, direito, distinções entre campo e cidade, agricultura, mineração, trabalhos públicos, estão relacionados diretamente a economia. Mas, não somente isto, também questões sociais, religiosas, geográficas e de outras naturezas têm sido debatidas a partir da escravidão.

Em cerca de vinte e cinco páginas do capítulo primeiro do seu livro *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*, Moses Finley coloca esta escravidão antiga em discussão de modo importante. Passando, especialmente, por historiadores da Antiguidade, mas também por filósofos, teólogos e cientistas sociais; depois de longa apuração sobre suas produções textuais, mostra que as discussões sobre esta temática, que ele chama de grosseira ou artificial passam, ou por uma visão moralista ou espiritualista, ou ainda, por uma visão sociológica do processo histórico.

Ou seja, a discussão sobre escravidão antiga, sua razão de ser, suas dinâmicas internas, dentro da Grécia e de Roma e nas colônias romanas, seu arrefecimento e término, foram explorados desde o século XVI e nomes de historiadores importantes e outros cientistas sociais, ou pela relevância dos seus argumentos, ou pela excentricidade dos textos, são objetos de discussão de Finley que, neste caldo de ideias e pensamentos sobre esta problemática são reduzidos a duas grandes frentes humanistas objetivas, a da visão moralista bíblica cristã e da visão sociológica, de processos históricos, como dito acima<sup>19</sup>.

Evidentemente que os senhores de escravos desejam ter vida mais confortável, privilégios, benefícios e de tudo isto, de fato, desfrutavam. Logo, a presença do escravo nas sociedades antigas era fundamental para o aquecimento econômico local, por isso também a escravidão se torna complexa de ser compreendida nas sociedades em que se estabelece, implicando em se dificultar o

---

<sup>18</sup> MIEROOP, Marc Van De. **King Hamurabi of Babylon: a biography**. Oxford: Blackwell publishing, 2005. p. VII.

<sup>19</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. p. 13-33.

forro de escravos; essa mão de obra perene, este bem, esta máquina viva a ser usada até que se gaste e acabe.

Numa explicação simples, sabemos que havia sociedades muito antigas e também povos nômades que, temerosos por levantes dos seus dominados, uma vez que eram vitoriosos sobre os inimigos, matavam os homens na idade do vigor, levando poucos consigo, e se apropriavam dos seus celeiros e animais. Assim, a vitória e o ganho estavam presentes quando se subtraía os despojos da batalha ou da invasão. Nestes casos, poucas eram as pessoas feitas escravas. Lembramo-nos do exemplo dos Assírios que saqueavam os povos dominados e impunha-lhes o terror pela violência; além do que misturavam o pouco de cativos que sequestravam a outros povos dominados, enfraquecendo suas etnias e intenções de levante. Este exemplo pode ser visto nos textos dos profetas bíblicos do VT (Ez 23.1-10; Is 37.18). Mas isso, por si só não explica de modo satisfatório a escravidão antiga, uma vez que muitas outras formas de tornar homens livres em escravos eram praticadas.

Desde antes dos tempos da descoberta das Américas as terras eslavas sofreram intervenções europeias, especialmente no que se refere à escravidão. Os eslavos eram vistos como hereges ou pagãos congênitos, e do século X ao XVI essas terras representavam para os vikings e os italianos sua principal fonte de escravos. E este fato foi considerado “escravidão de crise”, aquele meio brutal no qual, uma região dilacerada pela violência e reduzida à miséria, transforma a população excedente em recurso econômico<sup>20</sup>. O próprio termo *slave*, em inglês, que traduzido para a nossa língua significa “escravo”, tem sua origem mais embrionária nesses povos da Europa central, ocidental e meridional, povos da mesma matriz linguística.

Isto reforça a ideia do autor Moses Finley, que nos lembra de que até onde se possui registros das sociedades, escravos têm sido explorados, mas destaca que houve apenas cinco sociedades genuinamente escravistas: a Grécia clássica e a Itália clássica e outras três pertenciam ao Novo Mundo<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> BLACKBURN, Robin. Tradução de Maria Beatriz de Medina. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Rio de Janeiro/ São Paulo: 2003. p. 73, 74.

<sup>21</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. 11 p.

## 1.1 Escravidão no Novo Mundo

O historiador Fabio Joly, mostra aos seus leitores a realidade constatada por Finley, quando comenta que:

É quase consenso atualmente, no campo de estudos históricos, que a Itália antiga, sobretudo entre os séculos III a.C e II d. C., fez parte, ao lado da Grécia clássica, do Brasil, do sul dos Estados Unidos e do Caribe inglês e francês entre os séculos XVI e XIX, do restrito grupo de sociedades escravistas<sup>22</sup>. (JOLY, 2005, 11 p.)

Este Novo Mundo, destacado por Finley, é traduzido por Joly como Brasil, Sul dos Estados Unidos e Caribe; um Novo Mundo descoberto pelos europeus cristãos modernos. E, do ponto de vista cristão medieval a terra era tripartida e suas partes corresponderiam à África, à Ásia e à Europa, em ordem hierárquica ascendente. Sendo esta última, a Europa, mais perfeita por sua natureza e espiritualmente privilegiada<sup>23</sup>. A ampliação do comércio escravista se dará a partir de conjunturas amplas passando pelos novos descobrimentos, avanços tecnológicos e rupturas religiosas que beneficiariam tanto a mobilidade, quanto a economia.

E, antes de Colombo chegar-se às Américas, no período entre o século XI e XIV, ou seja, na Baixa Idade Média, foi engendrada uma mudança radical no Ocidente que, desenvolveu seu comércio com o Oriente e ampliou sua economia. A Europa passou a ser cortada em todas as direções por caravanas de mercadores, sua economia de subsistência tendia a ser substituída pela economia monetária e a influência da cidade passou a prevalecer sobre os campos. Os burgueses enriquecidos buscavam o prestígio político, uma vez que já gozavam de poder econômico. Mas a Peste Negra, as revoltas populares e a Guerra dos Cem Anos foram os fatores principais para o refluxo do desenvolvimento econômico europeu. A solução encontrada para a retomada de uma economia crescente foi adotar uma forma de trabalho mais rentável.

O trabalho assalariado e a liberação dos servos para vender seus excedentes nos mercados das cidades europeias, estimulados por um rendimento próprio

---

<sup>22</sup> JOLY, Fabio Duarte. **A escravidão na Roma Antiga: política, economia e cultura**. São Paulo: Alameda, 2005. 11 p.

<sup>23</sup> O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. Tradução: Ana Maria Martinez Corrêa e Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Editora UNESP. 96 p.



possibilitou a incrementação de técnicas e o aumento da produção. Isto culminou numa dissolução do sistema feudal de produção, contribuindo assim para uma economia monetária, vinda de atividades comerciais variadas e da intensificação no investimento de capital.

O desenvolvimento da navegação, entre Itália e Flandres, através do Atlântico, propiciou negócios em novos centros comerciais como Sevilha, Lisboa e Londres, o que implicou na falta de um maior volume de moedas e mercadorias na Europa. Logo, as navegações ibéricas e a descoberta de novas rotas para a Ásia e África, bem como do novo continente americano no limiar do século XVI, viriam fazer com que o capitalismo comercial europeu respirasse mais aliviado<sup>24</sup>.

Do ponto de vista econômico, a criação desse novo eixo comercial, especialmente as novas rotas do Mar Atlântico provocou rupturas que deixavam a Idade Média para trás do retrovisor da história e uma série de transformações nas mentalidades e nas tecnologias inauguravam um novo momento que, apesar da Peste Negra e da fome, culminaria com a deflagração do Iluminismo Europeu, onde haverá o domínio da razão sobre a visão teocêntrica. Dentro desse conjunto de novas realidades, um dos mais importantes acontecimentos, para não dizer o mais importante, foi a chegada de Colombo à América, o que provocou a conquista e a invenção de um Novo Mundo.

Já, há tempos, quanto à religião, mudanças significativas vinham sendo percebidas. Ainda no século XI a ICAR havia tido a sua primeira grande ruptura, quando a Igreja Oriental, de fala grega, separou-se da Ocidental (latina), nascendo assim a Igreja Ortodoxa Grega e, quase cinco séculos mais tarde, as Reformas Religiosas na Europa contribuíram significativamente para enfraquecer o domínio da Igreja Católica.

No norte da Europa Erasmo de Rotterdam escrevia o *Elogio à loucura*, talvez o texto mais importante naquele momento. Ali ele ataca a imoralidade e a ganância presentes na ICAR, o formalismo vazio a que se reduziam os cultos, a exploração das imagens e das relíquias, o palavratório obscuro dos teólogos, a ignorância dos padres e a venda das indulgências. Segundo entendiam homens como Erasmo, Thomas Morus, John Collet, o Cristianismo deveria centrar-se na leitura do

---

<sup>24</sup> SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 17ª edição revista e ampliada. São Paulo: Atual Editora, 1994. p. 5-8

Evangelho, no exemplo de vida de Cristo, no amor altruísta, na simplicidade da fé e na reflexão interior<sup>25</sup>. Isto já prenunciava um novo momento de ruptura religiosa. O rei Henrique VIII se desentenderia com a igreja católica por questões políticas, pessoais e fundaria sua própria religião anglicana e atores como Martinho Lutero, João Calvino, Philip Melanchton e Ulrico Zwinglio se indispuseram dogmaticamente contra a ICAR e promoveram a Reforma Protestante, quebrando a comunhão definitivamente com a religião oficial.

Nesse tempo de disputas de poder, interesses econômicos e mercados, nações como Portugal e Espanha tinham a fama de as nações mais desenvolvidas na Europa. Mas, Portugal amargava dívidas importantes à época de D. João III, o rei de Portugal e Algarves que estendeu os limites da coroa portuguesa até o Extremo Oriente, enquanto em Portugal o que se conferia era:

A indústria paralisada, a agricultura sem braços, o governo ruído de incuráveis abusos, eis os resultados para a nação “de haver estendido por tão largos territórios os braços de reino, cujas forças não eram igual ao arrojo. Cada província conquistada na Índia era um novo encargo. Os mares que os poetas cantavam subjugados engoliam incalculáveis riquezas em navios e carregações preciosas. (...) eram certos, as perdas visíveis em navios e em vidas e em honra e os lucros demorados e duvidosos. (...) numa palavra: os câmbios e os juros oneravam o erário, o rei estava empenhado, a corte pobre<sup>26</sup>. (SEVCENKO, 1994, 22 p.)

Mas, Portugal e a Espanha tinham fama, pois desenvolveram alta tecnologia de navegação e assim foram conquistando o Novo Mundo. E foi essa tecnologia que lhes propiciou condições de ampliarem ainda mais o comércio e sua fama, como esclarece o Darcy Ribeiro:

Esse complexo do poderio português vinha sendo ativado nas últimas décadas pelas energias transformadoras da revolução mercantil, fundada especialmente na nova tecnologia, concentrada na nau oceânica, com suas novas velas de mar alto, seu leme fixo, sua bússola, seu astrolábio e, sobretudo, seu conjunto de canhões de guerra (...) para praticar esse conhecimento para descobrir

---

<sup>25</sup> SEVCENKO; *Ibidem*, 22 p.

<sup>26</sup> GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil: das origens a extinção do tráfico**, 3ª edição: São Paulo: Ed. Alfa e Ômega, 1975. 69 p.

qualquer terra achável, a fim de a todo o mundo estruturar num mundo só, regido pela Europa<sup>27</sup>. (RIBEIRO, 1995, pp. 38-39)

Esses dois países regiam, desde meados do século XIV, o comércio do Atlântico; e o Tratado de Tordesilhas em 1494 ratificou o monopólio português do comércio de escravos africanos. O historiador Mauricio Goulart entende que a entrada dos primeiros negros no Brasil tem como marco inicial a fabricação dos primeiros açúcares, possivelmente com Pero Capico, entre 1516 e 1526<sup>28</sup>. E essa bizarra forma de se aquecer a economia encontrou força para se sustentar por conta da negligência do Estado e apoio da Igreja, que proibia a venda de escravos a muçulmanos, advogando que a escravidão deveria levar à conversão dos infiéis<sup>29</sup> e, também, os nativos que resistissem ao “papel divino” de Castela, seriam condenados à escravidão. Assim, tanto os africanos trazidos em navios, quantos indígenas pagãos eram submetidos à servidão.

A bula papal, *Romanus Pontifex*, lavrada pelo Papa Nicolau V, em 08 de janeiro de 1454, era a regulamentação das novas cruzadas contra os hereges pagãos e inocentes, autorizando a escravização e domínio sobre os povos pagãos e nativos que encontrassem pela frente. Em partes da mesma podemos ler:

Não sem grande alegria chegou ao nosso conhecimento que o nosso dileto filho Infante D. Henrique, incendiado no ardor da fé e zelo da salvação das almas, se esforça, como verdadeiro soldado de Cristo por fazer conhecer e venerar em todo o orbe, até os mais remotos lugares, o nome gloriosíssimo de Deus (...) Guinéus e negros tomados pela força, outros legitimamente adquiridos por contrato de compra, foram trazidos ao reino, onde em grande número se converteram a fé católica, o que esperamos progrida até a conversão do povo ou ao menos de muitos mais.

(...) Porisso nós, tudo pensando com devida ponderação, por outras cartas nossas concedemos ao dito rei Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. Por esta mesma faculdade, o mesmo D. Afonso ou, por sua autoridade, o Infante legitimamente a adquiriram mares e terras, sem que até aqui ninguém sem sua permissão neles se intrometesse, o mesmo devendo suceder a seus sucessores. E para que a obra mais ardentemente possa prosseguir.

---

<sup>27</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed., 2ª reimpressão: São Paulo: Cia das Letras, 1995. pp. 38-39.

<sup>28</sup> GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil: das origens a extinção do tráfico**, 3ª edição: São Paulo: Ed. Alfa e Ômega, 1975. 95 p.

<sup>29</sup> BLACKBURN, Robin. Tradução de Maria Beatriz de Medina. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Rio de Janeiro/ São Paulo: 2003. 21 p.

(...) vigorando até para quanto foi adquirido antes da data daquela faculdade, como para quanto posteriormente pode ou possa ser conquistado aos infiéis e pagãos províncias e ilhas, portos e mares, incluindo ainda a conquista desde os cabos Bojador e não até toda a Guiné e, além dela, toda a extensão meridional: tudo declaramos pertencer de direito 'in perpetuum' aos mesmos D. Afonso e seus sucessores...

Poderão fundar nessas terras igrejas ou mosteiros, para lá enviar eclesiásticos seculares e, com autorização dos superiores, regulares das ordens mendicantes...

Se alguém, indivíduo ou coletividade, infringir estas determinações, seja excomungado, só podendo ser absolvido se, satisfeitos o rei Afonso e seus sucessores ou o Infante, eles nisso concordarem<sup>30</sup>.

Aqui percebemos que o Infante D. Henrique é chamado pelo Papa de verdadeiro soldado de Cristo, que quer propagar o evangelho em toda orbe, como já vem fazendo; o Papa ainda desautoriza outros a percorrerem para conquistar povos nas mesmas rotas e concede ao rei D. Afonso a plena e livre faculdade, entre outras, de invadir, conquistar, subjugar quaisquer islâmicos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo aplicar em utilidade própria e dos seus descendentes. E ainda lhes confere legitimamente mares e terras, sem que nestes haja intromissão de ninguém, pois isto é para a obra de proclamar o Reino de Deus. Essa autorização da Coroa Portuguesa tem a finalidade exclusiva de dominar o mundo pagão indígena, subjugando à escravidão os nativos, se estes não se convertessem à fé cristã católica. A implicação disto é que os lugares conquistados se tornarão colônias portuguesas com demandas de produção e trabalho, que abrirá um novo negócio bastante lucrativo, a comercialização de escravos negros trazidos da África.

Com a chegada desses europeus na América do Sul, autorizados pelo Papa, haverá uma dizimação daqueles habitantes. Especialmente porque os brancos europeus trazem em seus corpos doenças letais para os indígenas tropicais; e também a exploração das suas terras e da sua mão de obra não voluntária, serão atitudes igualmente destruidoras para aquelas nações de índios, já presentes nas terras americanas,

(Cuja) vida era uma tranquila fruição de existência, num mundo dadivoso e numa sociedade solidária. Claro que tinham suas lutas,

---

<sup>30</sup> HISTEDBR, on-line, Campinas, SP, 2006. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/1\\_Jesuítico/annaes\\_da\\_biblioteca.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/1_Jesuítico/annaes_da_biblioteca.htm)>, acessado em 28/07/2017.

suas guerras. Mas todas concatenadas, como préludios, em que se exerciam, valentes. (Mas, com a chegada do homem branco,) sem embargo, mais ainda que as espadas e os arcabuzes, as grandes armas da conquista, responsáveis principais pela depopulação do Brasil, foram as enfermidades desconhecidas dos índios com que os invasores os contaminaram<sup>31</sup>.

Os índios morriam às dezenas de enfermidades incuráveis trazidas pelos brancos em seus corpos.

Na outra América, a colonizada por ingleses, franceses, espanhóis – sendo esses dois últimos menos aguerridos em seus estabelecimentos – mas a partir da colonização de ingleses protestantes, como os puritanos e os peregrinos, a colônia torna-se, basicamente protestante.

Diferentemente dos ibéricos que conquistaram a parte Sul do Novo Mundo para deflorar e sugar com toda força e possibilidades sua madeira, seu ouro, sua pedraria, os britânicos buscaram na América do Norte um lugar para morar, cultivar a Deus em sua própria expressão religiosa e comercializar. Fugindo também das perseguições impostas por Henrique VIII que acabara de estabelecer sua própria Igreja Anglicana em 1534, uma vez que rompeu com Roma por questões políticas e pessoais. O desenvolvimento das colônias trouxe a demanda e a necessidade de mão de obra para a *plantation*, que foi sendo assimilada e desenvolvida no Norte das Américas.

Assim, as colônias americanas protestantes entendiam que a Bíblia autorizava os senhores de escravos a possuí-los e também comercializá-los. Pautando suas práticas escravistas em interpretações bíblicas particulares, aos silvícolas, já presentes no Novo Mundo quando se estabeleceram, matavam por doença ou por maldade ou, em menor escala que na América do Sul, escravizavam. Para isto, valiam-se, especialmente, de referências bíblicas do NT<sup>32</sup>, justificando suas práticas. Eles afirmavam que as Escrituras ensinavam, em diversos textos, que os escravos deveriam ser obedientes e subservientes aos seus senhores<sup>33</sup>.

---

<sup>31</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed., 2ª reimpressão: São Paulo: Cia das Letras, 1995. pp. 47 e 52.

<sup>32</sup> Nas citações bíblicas aqui referidas preferimos nos valer da tradução da Nova Versão internacional da Bíblia, pois nesta versão o termo grego “doulos” é traduzido por *escravo*. Outras versões traduzem o termo pela palavra *servo*.

<sup>33</sup> BUSWELL III, J. Oliver. **Slavery, Segregation and Scripture**. Michigam: Eerdmans Publishing Co., 1964. p. 15-18.

E mesmo antes da utilização do NT para esses fins, tanto os mercadores europeus e norte-americanos, bem como os compradores dos escravos, entendiam que, desde o VT, a raça negra era declaradamente amaldiçoada e que, por isso, Deus os entregou à servidão, tendo como base legal o texto do livro de Gênesis no capítulo 9, que retrata o drama familiar de Noé.

A respeito da questão cor da pele, alguns interpretavam “este mal” como a própria maldição sofrida por Cam, outros entendiam que eram consequências das reações climáticas, outros ainda criam que se tratava de “infecção natural” que passa de pai para filho. Eles deveriam ter renunciado a Deus; e a sua condição de pagãos representaria o abandono do conhecimento que Noé tinha do verdadeiro Deus<sup>34</sup>.

O registro, que consta no livro de Gênesis no capítulo 9, relata que Noé amaldiçoa seu filho Cam:

E começou Noé a ser lavrador da terra, e plantou uma vinha. E bebeu do vinho, e embebedou-se; e descobriu-se no meio de sua tenda. E viu Cão, o pai de Canaã, a nudez do seu pai, e fê-lo saber a ambos seus irmãos no lado de fora. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, e puseram-na sobre ambos os seus ombros, e indo virados para trás, cobriram a nudez do seu pai, e os seus rostos estavam virados, de maneira que não viram a nudez do seu pai. E despertou Noé do seu vinho, e soube o que seu filho menor lhe fizera. E disse: Maldito seja Canaã; servo dos servos seja aos seus irmãos. E disse: Bendito seja o Senhor Deus de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. Alargue Deus a Jafé, e habite nas tendas de Sem; e seja-lhe Canaã por servo. (Gn 9.20-27)<sup>35</sup>

Segundo a história bíblica, depois da proclamação das bênçãos e maldição, os filhos de Noé seguiram seus próprios rumos com suas famílias. Sendo o mais abençoado os descendentes de Sem, os chamados semitas, de onde se originam também os judeus; depois os descendentes de Jafé e por fim, os descendentes de Cam, que passaram a habitar as regiões da África.

---

<sup>34</sup> BLACKBURN, Robin. Tradução de Maria Beatriz de Medina. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003. p. 95-96.

<sup>35</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 20-22.

Os cristãos colonizadores da América do Norte, que fizeram sua leitura particular dos textos bíblicos em benefício próprio, basearam-se nesse texto. Pois, convenientemente, entendiam que a maldição que Noé lançou sobre seu filho Cam sentenciou sua descendência à escravidão.

J. Oliver Buswell III, em sua pesquisa<sup>36</sup> descreve os primeiros argumentos bíblicos dos senhores de escravos para justificar a escravidão na América do Norte:

(...) a característica dada por Deus a cada filho de Noé, permanecem com eles até os dias atuais, portanto, o caráter dos descendentes de Cam, o filho de Noé, é bestial e degradado, estas são as características do negro<sup>37</sup>. (BUSWELL, 1964, 16 p.)

Ainda, textos bíblicos eram destacados no NT, fora dos seus contextos, para justificar suas práticas escravistas. Assim, da carta escrita ao pastor da igreja em Creta, Tito, destacavam a orientação do autor na tratativa com os escravos que pertenciam àquela comunidade:

Ensine os escravos a se submeterem em tudo a seus senhores, a procurarem agradá-los, a não serem respondões e a não roubá-los, mas a mostrarem que são inteiramente dignos de confiança, para que assim tornem atraente, em tudo, o ensino de Deus, nosso Salvador. (Tt 2.9-10)<sup>38</sup>

Outro texto recorrente para justificar suas ações, eles insistiam que os escravos deveriam obedecer aos seus senhores, não apenas para agradá-los, mas porque eram escravos, primeiramente de Cristo; tendo de servir a esses mestres de boa vontade, pois o Senhor os recompensaria se assim procedessem e havia, neste caso, a contrapartida dos senhores que deveriam também recompensar aos seus escravos, sem ameaças. Para tanto se valiam do texto presente na carta escrita aos Efésios:

---

<sup>36</sup> No corpo do texto, segue a tradução livre do texto original em inglês: (...) the character given of God to each of these three sons is the character of their descendents at the present moment, thus the descendents of Ham, the beastly and degraded son of noah, are the characteristic of Negro.

<sup>37</sup> BUSWELL III, J. Oliver. **Slavery, Segregation and Scripture**. Michigam: Eerdmans Publishing Co., 1964, 16 p.

<sup>38</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 2086-2087.

Escravos obedçam a seus senhores terrenos com respeito e temor, com sinceridade de coração, como a Cristo. Obedçam-lhes não apenas para agradá-los quando eles os observam, mas como escravos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus. Sirvam aos seus senhores de boa vontade, como ao Senhor, e não aos homens, porque vocês sabem que o Senhor recompensará a cada um pelo bem que praticar, seja escravo, seja livre. Vocês, senhores, tratem seus escravos da mesma forma. Não os ameacem, uma vez que vocês sabem que o Senhor deles e de vocês está nos céus, e ele não faz diferença entre as pessoas. (Ef 6.5-9)<sup>39</sup>

Na mesma direção os orientavam de que deveriam obedecer aos senhores terrenos com sinceridade de coração, uma vez que temiam a Deus. Eles deveriam servir de coração, pois estavam servindo também a Cristo com esta atitude. E quem cometesse injustiça a receberia de volta. Esses argumentos sobre o servir compulsoriamente tais senhores tiravam da carta escrita aos Colossenses que dizia:

Escravos obedçam em tudo a seus senhores terrenos, não somente para agradar os homens quando eles estão observando, mas com sinceridade de coração, pelo fato de vocês temerem ao Senhor. Tudo o que fizerem, façam de todo o coração, como para o Senhor, e não para os homens, sabendo que receberão do Senhor a recompensa da herança. É a Cristo, o Senhor, que vocês estão servindo. Quem cometer injustiça receberá de volta injustiça, e não haverá exceção para ninguém. (Cl 3:22-25)<sup>40</sup>

Ainda eram advertidos a serem submissos, suportar aflições quando sofriam injustamente, pois foram chamados para isto, e assim como Cristo sofreu, seus servos também deveriam suportar todo tipo de provação, sofrimento e injustiça. E, o próprio Pedro lhes orientava esse procedimento em sua epístola universal quando escreveu:

Escravos sujeitem-se a seus senhores com todo o respeito, não apenas aos bons e amáveis, mas também aos maus. Porque é louvável que, por motivo de sua consciência para com Deus, alguém suporte aflições sofrendo injustamente. Pois que vantagem há em suportar açoites recebidos por terem cometido o mal? Mas se vocês suportam o sofrimento por terem feito o bem, isso é louvável diante de Deus. Para isso vocês foram chamados, pois também Cristo sofreu no lugar de vocês, deixando-lhes exemplo, para que sigam os

---

<sup>39</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2027 p.

<sup>40</sup> *Ibidem*; 2047 p.



seus passos."Ele não cometeu pecado algum, e nenhum engano foi encontrado em sua boca".Quando insultado, não revidava; quando sofria, não fazia ameaças, mas entregava-se àquele que julga com justiça.Ele mesmo levou em seu corpo os nossos pecados sobre o madeiro, a fim de que morrêssemos para os pecados e vivêssemos para a justiça; por suas feridas vocês foram curados.Pois vocês eram como ovelhas desgarradas, mas agora se converteram ao Pastor e Bispo de suas almas. (I Pe 2:18-25)<sup>41</sup>

Observando o que estava escrito na carta a Timóteo, os senhores insistiam em que os escravos deveriam respeitá-los, pois isso honrava o nome de Deus e convalidava o ensino presente na carta a Timóteo; os escravos de senhores crentes deveriam lembrar que estes eram seus irmãos de fé e que por isso deveriam servi-los ainda melhor, pois os senhores eram fiéis e amados. O texto dizia:

Todos os que estão sob o jugo da escravidão devem considerar seus senhores como dignos de todo o respeito, para que o nome de Deus e o nosso ensino não sejam blasfemados. Os que têm senhores crentes não devem ter por eles menos respeito, pelo fato de serem irmãos; pelo contrário, devem servi-los ainda melhor, porque os que se beneficiam do seu serviço são fiéis e amados. Ensine e recomende essas coisas. (I Tm 6:1,2)<sup>42</sup>

Eles insistiam em que os escravos deveriam permanecer no estado em que foram chamados, usando para isto especialmente a passagem da carta que Paulo escreve aos coríntios, embora a contradição implícita, pois Paulo afirma que se for possível conseguir o forro, que o escravo o faça:

Cada um deve permanecer na condição em que foi chamado por Deus. Foi você chamado sendo escravo? Não se incomode com isso. Mas, se você puder conseguir a liberdade, consiga-a. Pois aquele que, sendo escravo, foi chamado pelo Senhor, é liberto e pertence ao Senhor; semelhantemente, aquele que era livre quando foi chamado, é escravo de Cristo. Vocês foram comprados por alto preço; não se tornem escravos de homens. Irmãos, cada um deve permanecer diante de Deus na condição em que foi chamado. (I Co 7:20-24)<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 2130 - 2131.

<sup>42</sup> *Ibidem*; 2074 p.

<sup>43</sup> *Ibidem*; 1963 p.

Os senhores interessados em justificar seus atos, também argumentavam que os escravos fugitivos deveriam ser devolvidos, segundo o que disse Paulo ao devolver o fugitivo Onésimo ao seu dono, Filemon: Ele (o escravo Onésimo) antes lhe era inútil, mas agora é útil, tanto para você quanto para mim. Mando-o de volta a você, como se fosse o meu próprio coração. (Fl 1:11,12)

Logo, a mínima expressão da Bíblia que pudessem usar para justificar suas ações, sem respeitar contextos e sem uma hermenêutica adequada, era suficiente para subsidiar seus argumentos e práticas.

Diferentemente desses argumentos pró-escravidão, nossa hipótese repousa sobre o fato de que Paulo de Tarso não se posicionou, nem a favor nem contra, a escravidão em seu tempo. Entendemos que sua postura seja resultado da consciência de que tinha outra missão, que envolvia seu engajamento na proclamação dos ensinamentos de Jesus de Nazaré.

Assim, nesta Era Moderna e diante do importante aquecimento econômico através da *plantation*, ampliou-se, de modo jamais visto, o mercado escravo, especialmente porque a escravidão moderna foi uma escravidão de homens negros<sup>44</sup>, conseguidos nas costas e nos interiores africanos e trazidos para as Américas. O historiador britânico Robin Blackburn destaca que:

Estes sistemas escravistas eram de caráter radicalmente novo se comparados com formas anteriores de escravidão, embora fossem compostos de ingredientes de aparência tradicional. Tornaram-se intensamente comerciais, transformando o comércio atlântico na mola propulsora das trocas globais do século XVI ao XIX, embora, dentro da *plantation*, o dinheiro desempenhasse um papel aparentemente modesto, até mesmo desprezível. O tabaco, o algodão, o açúcar produzidos pelos escravos facilitaram o nascimento de um mundo novo e crescente de consumo (...) a aquisição de cerca de doze milhões de cativos na costa da África entre 1500 e 1870 contribuiu para possibilitar a construção de um dos maiores sistemas de escravidão da história humana<sup>45</sup>. (BLACKBURN, 2003, 15 p.)

Também a escravidão no Novo Mundo envolveu os nativos das terras americanas, que praticamente foram dizimados pelas doenças trazidas pelo homem

---

<sup>44</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991. 11 p.

<sup>45</sup> BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003. 15 p.

branco ou exterminados pelo desconhecido poderio bélico empunhado pelos dominadores.

No caso brasileiro estima-se que a população indígena tenha sido de cinco milhões quando da invasão, havendo tanto do lado português quanto do espanhol uma tendência evidente de se minimizar a população indígena original. O antropólogo Darcy Ribeiro entende que esses números não devem estar certos e que, possivelmente, o dobro disto parece fazer sentido em número de silvícolas presentes no Brasil à época da chegada dos portugueses. Ele ainda comenta que:

a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um genocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de se encontrar um lugar e um papel no mundo dos “brancos”. Ao genocídio e ao etnocídio se somam guerras de extermínio, autorizadas pela Coroa contra os índios considerados hostis, como os do Vale do Rio Doce e do Itajaí. Desalojaram e destruíram grande número deles. Apesar de tudo, espantosamente, sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original<sup>46</sup>. (RIBEIRO, 1995, pp. 141 a 145)

Quanto à escravidão negra, os números são muito mais expressivos. Desde o século XVI, com a vinda dos primeiros negros escravizados para trabalhar nos engenhos de açúcar, até a abolição da escravatura em 1888, já quase no século XX, cerca de dezoito milhões de negros foram trazidos para as terras brasileiras.

Diferentemente dos nativos indígenas, os negros eram mais robustos e resistentes a doenças e pestilências. Embora esparsos e pouco expressivos, vários levantes e resistências aconteceram. O mais expressivo certamente foram as formações de quilombos, que acolhiam escravos fugitivos de fazendas, dos quais o mais famoso foi o Quilombo dos Palmares do final do século XVI. Muitas investidas aconteceram contra este quilombo, mas foi somente no final do século XVII, que o bandeirante Jorge Velho conseguiu matar o líder Zumbi e acabar com esse importante foco de resistência.

---

<sup>46</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed., 2ª reimpressão: São Paulo: Cia das Letras, 1995. p.141-145.

Os Malês, que eram negros islamizados e alfabetizados, tentaram subverter a ordem nacional no século XIX (1835). Embora fossem chamados de negros de ganho, pois exerciam atividades livres, sofriam o preconceito, embargo comercial e discriminação religiosa, o que os motivou a se organizar contra o governo. Os muçulmanos era a minoria na Bahia, mas mesmo assim havia uma representação expressiva, segundo João José Reis entre 15 a 20% dos negros africanos<sup>47</sup>. Mas, o plano de rebelião foi denunciado. Eles foram cercados pelos soldados brasileiros enquanto articulavam a revolta e desbaratados, restando um saldo de sete soldados mortos, contra setenta escravos mortos.

A alforria de negros, no caso brasileiro, era possível de diversas formas. Sabemos que a mão de obra primária no Brasil colonial, tanto nas *plantations* como na mineração do ouro, eram os negros escravizados. Um censo realizado em 1798 registrou a presença de 1.582.000 escravos, numa população de 3.248.000 habitantes<sup>48</sup>.

O historiador Robin Blackburn nos diz que, em relação à escravidão do Novo Mundo,

A escravidão no Velho Mundo foi muito mais diversificada, tanto no padrão do emprego quanto em sua composição étnica, com mestres escravos gregos, administradores escravos egípcios, criados escravos ingleses, trabalhadores escravos alemães e muito mais (embora muito pouco africanos negros). E embora o status de escravo fosse transmitido por herança no Velho Mundo e em outras sociedades escravocratas, havia duas restrições a esta forma de reprodução da mão de obra escrava. Em primeiro lugar, os escravos tinham poucos filhos; em segundo nos locais onde tinham filhos costumava ocorrer uma melhora gradual da condição de seus descendentes: as gerações posteriores adquiriam alguns direitos, ou mesmo beneficiavam-se da alforria. A alforria acontece nas colônias do Novo Mundo, embora fosse menos comum nos lugares onde foi maior o desenvolvimento da *plantation*. Em relação à grande maioria, a escravidão no Novo Mundo foi uma maldição da qual até os netos dos netos dos cativos africanos originais achavam extremamente difícil escapar. Foi um tipo de escravidão muito forte, sem precedentes. (BLACKBURN, 2003, 589 p.)

---

<sup>47</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003. 177 p.

<sup>48</sup> BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2003. 589 p.

Com essa digressão nossa intenção é mostrar como a motivação, supostamente religiosa e o uso da Bíblia, estavam presentes nas ações expansionistas dos Europeus em direção ao Novo Mundo. Verificaremos outros modelos de escravidão, para chegarmos ao objeto da nossa pesquisa.

## 1.2 Os judeus e a escravidão

Os textos bíblicos judaicos mostram de maneira muito peculiar a lide com os escravos. Além da própria Torá (os cinco primeiros livros do VT), também no restante do conteúdo do TANAK (Velho Testamento inteiro)<sup>49</sup> há legislações sobre a escravidão e a manumissão. E no Talmud e no Midrash, que são duas grandes obras que constituem a tradição oral do povo judeu, elaboradas no início da Idade Média, encontramos prescrições sobre a escravidão<sup>50</sup>. Assim, os judeus tinham códigos próprios pautados nos textos do AT para lidar com a escravidão dentro da sua sociedade.

E pensando especialmente em Jerusalém à época de Jesus e Paulo, encontramos escravos como domésticos, não sendo muito numerosos e na maioria dos casos não se consegue saber a origem desses escravos, uma vez que muitos deles eram circuncidados pelos donos, o que os tornavam judeus prosélitos. Outro serviçal encontrado em Jerusalem era o diarista, neste caso tratava-se de um homem alugado por um rico habitante de Jerusalém. Esses trabalhadores ganhavam um denário, que era o preço de um dia de serviço e a refeição<sup>51</sup>.

Em alguma medida, a tratativa com o escravo dentro do contexto da Palestina do primeiro século era diferente da tratativa no mundo Greco-romano. Neste último caso a literatura mostra que os escravos daquelas sociedades eram considerados coisas ou animais que somente trabalhavam e que eram desprovidos de capacidade de pensar, e para sobrar forças para o trabalho comiam e dormiam; eram vendidos segundo as mesmas normas que se vendem objetos, contabilizados entre os

---

<sup>49</sup> Lembremos que a expressão “Tanak” refere-se a toda a bíblia judaica, que compreende a Torá ou Pentateuco, os Profetas e Os escritos, abrangendo todos os livros do Antigo Testamento, de Gênesis até o profeta Malaquias.

<sup>50</sup> AZEVEDO, L. V. **Midrash Rabbah: a tradição oral e a discussão rabínica medieval**. *Caderno de Pesquisa CDHIS*, on-line, Uberlândia: vol. 1, nº 37, jul-dez. 2007. Para acessar o artigo, digitar, ou copiar e colar, o nome do mesmo na barra de endereço da internet, acessado em 20/08/2017.

<sup>51</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p. 157-158.

utensílios e os animais, considerados coisa móvel (*res mobilis*) e, contrariamente ao assalariado, a sua pessoa não se distinguia da sua capacidade de trabalho<sup>52</sup>.

Ainda, dentro do contexto Greco-romano, sabemos também que a manumissão era possível, mas muito difícil de obter<sup>53</sup>, especialmente se aquele escravo fosse um trabalhador no campo e/ou nas minas. Neste caso sua vida durará até aos trinta anos, no máximo quarenta; enquanto que o escravo urbano terá vida menos sacrificada, embora também tratado como coisa ou objeto cuja existência restringe-se a vontade do seu senhor. E, a não ser que caia em suas graças e alcance alforria devido à sua juventude lhe servindo como objeto sexual, morrerá de trabalho ou doença.

A diferença na tratativa prescrita por lei nessas sociedades antigas será encontrada na literatura judaica, onde temos que um escravo hebreu não deveria pertencer a um senhor hebreu por mais de seis anos (Êxodo 21.2)<sup>54</sup>. A não ser em caso espontâneo de pertencimento, onde o escravo decide ficar com o seu senhor, depois de expirado o prazo do seu serviço e o senhor concorde com isto.

Mas, o que chama a nossa atenção também é o fato de um escravo judeu ter valor comercial inferior em relação a um escravo estrangeiro. Enquanto aquele valia entre 1 e 2 minas, o preço do estrangeiro poderia chegar até 100 minas. Lembremo-nos de que cada mina era uma medida monetária equivalente a 100 dracmas (cerca de três meses de salário)<sup>55</sup>. Evidentemente por conta de que no caso do escravo judeu seu prazo de serviço é de no máximo seis anos, enquanto que o estrangeiro poderá ser pelo resto da vida.

Joachim Jeremias nos ajuda a entender que dentro da sociedade judaica palestina, do ponto de vista legal, à época de Jesus e Paulo, um judeu poderia se tornar escravo de três maneiras<sup>56</sup>: a primeira, quando furtava e era pego, não tendo

<sup>52</sup> GIARDINA, Andrea. (Org.). **O homem romano**. Trad. Maria Jorge Villar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991, 120 p.

<sup>53</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História, on-line, São Paulo, vol.26, nº. 52, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05)>. Acesso em 20 set. 2016, 232 p.

<sup>54</sup> BÍBLIA, A. T. Êxodo. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992. 136 p.

<sup>55</sup> BÍBLIA, N.T. Lucas. In BÍBLIA. Português. **A Bíblia Anotada** – edição expandida, Charles C. Ryrie: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Susana Klassen. São Paulo: Ed. Mundo Cristão, Barueri: SBB, 2007, 1008 p.

<sup>56</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p. 414-417.

condição de reaver os bens furtados, o tribunal o vendia compulsoriamente, levando em conta o texto de Êxodo 22.3: “Um ladrão terá que restituir o que roubou, mas se não tiver nada, será vendido para pagar o roubo”. Numa segunda maneira, trata-se de que os homens poderiam vender a si mesmos voluntariamente, desde que fosse homem adulto. Assim, em tempos de muita escassez, alguém poderia se colocar nessa condição. O texto que usavam diz:

"Se alguém do seu povo empobrecer e se vender a algum de vocês, não o façam trabalhar como escravo. Ele deverá ser tratado como trabalhador contratado ou como residente temporário; trabalhará para quem o comprou até o ano do jubileu. Então ele e os seus filhos estarão livres, e ele poderá voltar para o seu próprio clã e para a propriedade dos seus antepassados. Pois os israelitas são meus servos, a quem tirei da terra do Egito; não poderão ser vendidos como escravos. Não dominem impiedosamente sobre eles, mas temam o seu Deus." (Lv 25.39-43)<sup>57</sup>

Neste caso, aceitava-se a venda a judeus, mas impunha-se aos pais o direito de resgate. Na maioria das vezes quem chegava a ponto de vender-se o fazia num gesto que demonstrava que esta era a sua última opção para sobreviver.

Um terceiro modo de escravidão, dentro da sociedade judaica, era que a lei outorgava o direito a pais judeus de venderem suas filhas, desde que fossem menores, até a idade de 12 anos, a outro judeu. Neste caso, geralmente, a venda da jovem significava que mais tarde esta se casaria com o seu dono, ou com o filho deste. O texto de Êxodo 21 era a base legal para esta ação:

"Se um homem vender sua filha como escrava, ela não será liberta como os escravos homens. Se ela não agradar ao seu senhor que a escolheu, ele deverá permitir que ela seja resgatada. Não poderá vendê-la a estrangeiros, pois isso seria deslealdade para com ela. Se o seu senhor a escolher para seu filho, lhe dará os direitos de uma filha. Se o senhor tomar uma segunda mulher, não poderá privar a primeira de alimento, de roupas e dos direitos conjugais. Se não lhe garantir essas três coisas, ela poderá ir embora sem precisar pagar nada. (Êxodo 21:7-11)<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 197 p.

<sup>58</sup> *Ibidem*; 127 p.

Mas, se voltarmos antes da Lei Mosaica, para além desta legislação baseada na religião, os povos que formaram o que mais tarde seria conhecido como o povo Hebreu praticavam a escravidão. Se observarmos os textos bíblicos desde a Torá (os cinco primeiros livros do AT), veremos que a primeira menção bíblica sobre escravidão se encontra em Gênesis quando Noé sentencia os descendentes do seu filho Cam por conta de um episódio familiar. Ele diz: “Maldito seja Canaã, que ele seja o último dos escravos!”<sup>59</sup>.

Na Dinastia de Ur dos Caldeus a arqueologia encontrou uma instalação para a produção cerâmica com muitos fornos de oleiros próximos, sinal de uma produção em massa e extrafamiliar<sup>60</sup>, muito provavelmente usando-se de mão de obra escrava essas produções eram realizadas; Ur era uma cidade da Suméria, a mais importante dentre um complexo de cidades-estados, povoada por civilização altamente culta, pelo menos desde a metade do quarto milênio<sup>61</sup>; o próprio Abrão habitante da região era dono de escravos, como diz o texto bíblico: “Abrão tomou sua mulher Sarai, seu sobrinho Ló, todos os bens que tinham reunido e o pessoal que tinham adquirido em Harã” (Gn 12.5<sup>62</sup>). Embora a tradução da BJ traga a expressão “o pessoal que tinha adquirido”, originalmente o termo hebraico utilizado pelo autor bíblico é *Hanefesh* – que pode ser traduzido como: pessoas, almas, indivíduos etc. O sentido do texto aponta para pessoas adquiridas, compradas.

Assim, Abrão era possuidor de muitos escravos e dois destes são destacados dentro da narrativa bíblica, a saber, Eliézer e Hagar. Eliézer era um escravo de origem síria, de Damasco (Gn 15.2<sup>63</sup>) e, provavelmente tenha sido este servo, que era responsável por tudo quanto Abrão tinha, que foi incumbido pelo patriarca de encontrar uma esposa para seu filho Isaque (Gn 24.2<sup>64</sup>). A outra escrava destacada pela narrativa bíblica trata-se de Hagar que era Egípcia, que sob a orientação de

---

<sup>59</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992. 44 p.

<sup>60</sup> Liverani, Mario. **Antigo Oriente: história, sociedade e economia**. Tradução: Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. 100 p.

<sup>61</sup> MERRILL, Eugene H. **História de Israel do Antigo Testamento: o reino de sacerdote que Deus colocou entre as nações**. Tradução: Romell S. Carneiro. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2ª edição 2002. 12 p.

<sup>62</sup> *Op. Cit.*, 47 p.

<sup>63</sup> *Ibidem*; 50 p.

<sup>64</sup> *Ibidem*; 61 p.



Sarai, foi concubina de Abrão e lhe deu seu primeiro filho, Ismael (Gn 16.1-2<sup>65</sup>). Esses dois exemplos podem, minimamente, iluminar como as relações entre senhor e escravos se davam. Ora se Abrão, habitante de Ur dos Caldeus desenvolveu uma relação assim com seus escravos, a ponto de incumbir um deles de escolher uma noiva para o seu filho e a outra de lhe possuir e permitir descendência podemos perceber que a relação nestes casos, entre senhor e escravos, não contemplava apenas o aspecto servil, mas muitas vezes poderia implicar em relações familiares.

Pensando na temporalidade em que esses episódios bíblicos ocorreram, cerca de 1.700 a 1.800 A.C., a questão que se coloca é se haveria alguma legislação sobre escravidão à época, e em caso afirmativo, qual seria esta legislação. Talvez o famoso Código de Hamurabi, da mesma época e região da Suméria, com suas muitas leis sobre a escravatura, fosse uma referência ao *modus vivendi* dos povos possuidores de escravos à época, não sendo diferente a experiência e tipo de relação que Abrão desenvolveu com seus súditos.

O que chama também nossa atenção é que, segundo o texto bíblico, Deus disse a Abrão que seus descendentes seriam escravos numa terra estrangeira durante quatrocentos anos (Gn 15.13<sup>66</sup>). A narrativa bíblica mostra que os hebreus desceram para o Egito em número de setenta pessoas e passaram mais de quatrocentos anos entre os Egípcios (Gn 46.27<sup>67</sup>; Ex 12.40<sup>68</sup>), e que em boa parte desse tempo foram escravos de Faraó (Ex 1. 6-14<sup>69</sup>). Ao que nos parece, lendo o texto bíblico que narra esse tempo, é que os egípcios tratavam os escravos hebreus com muito rigor. O que sabemos a partir das narrativas bíblicas é que os egípcios temiam os hebreus que eram muito férteis e aumentavam em número expressivamente. A legislação Egípcia sobre a escravidão contemplava ao menos três tipos de escravos: os escravos cativos de guerras; aqueles que se tornavam escravos voluntariamente, por conta de dívidas; e os livres que se tornavam escravos compulsoriamente, mediante uma convocação do governo<sup>70</sup>. No caso hebreu, estes tornaram-se escravos pelo fato de serem estrangeiros e também pelo

---

<sup>65</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992. 51 p.

<sup>66</sup> *Ibidem*; 50 p.

<sup>67</sup> *Ibidem*; 97 p.

<sup>68</sup> *Ibidem*; p. 122 e 123.

<sup>69</sup> *Ibidem*; 106 p.

<sup>70</sup> REDFORD, Donaldo B. (Ed.) The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt. Oxford: Oxford University press, 2002.

risco que ofereciam, uma vez que, segundo o relato bíblico, aumentaram expressivamente sua população.

Depois do período de escravidão dos hebreus no Egito, uma vez saídos da África, entraram na Ásia, chegando até à região da Palestina. Estabeleceram-se em doze tribos com governos locais e autonomia e, sobretudo, conectados por vínculos religiosos. Por volta do ano 1.000 A.C. eram orientados pela Torá e também por sacerdotes e profetas. O último profeta que também fora legislador foi Samuel e, à sua época, os israelitas estabeleceram um rei sobre as Doze Tribos (I Sm 8.1-5<sup>71</sup>). Este período foi conhecido como Reino Unido de Israel. Três reis, no período de cerca de 100 anos governaram os Israelitas como uma única nação. O primeiro deles foi Saul, depois Davi e por fim Salomão, filho de Davi. Assim, nesses tempos, o Rei, se constituía como outro elemento de orientação ao povo, além dos demais sacerdotes e profetas.

À época, profetas se levantaram e proferiram suas sentenças contra os israelitas que não estavam andando em conformidade com a Torá. Seguindo-se a isto deu-se uma divisão no Reino, após a morte de Salomão, uma vez que dois de seus filhos disputaram a sucessão, o que implicou numa divisão das doze tribos, ficando duas ao Sul: Judá e Benjamin; e as demais ao Norte: Rúben, Simeão, Zebulom, Issacar, Dã, Gade, Aser, Naftali, Manassés e Efraim<sup>72</sup>.

No ano de 722 A.C. os assírios sob o governo de Senaqueribe, levaram cativos os hebreus habitantes das dez tribos, cuja capital era Samaria. Mais, tarde, em 586 A.C. os Babilônicos de Nabucodonosor levaram cativos os Judeus habitantes da Judeia, cuja capital era Jerusalém. Assim, em tempos diferentes os hebreus foram escravos em terras estrangeiras. Na primeira situação, antes se de constituírem nação, sob o domínio Egípcio, mais tarde pelos Assírios, e posteriormente pelos Babilônicos.

Os modos de domínio desses últimos eram diferentes. Enquanto os assírios espalhavam seus dominados e os misturavam a outros povos, os babilônicos os permitiam permanecer em seus domínios criando vilas, sendo que separavam os que tinham entendimento e nobreza, para fins de contribuir intelectual e

---

<sup>71</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992. 429 p.

<sup>72</sup> SCHULTZ, Samuel J. **A história de Israel no Antigo Testamento**. Tradução: João Marques Bentes. São Paulo: Edições Vida Nova, 1977. 151 p.

administrativamente com o governo babilônico. Por fim, a história mostra que, antes dos hebreus se constituírem como nação, seus patriarcas e, posteriormente, seus descendentes tiveram experiências importantes com a escravidão.

### **1.3 Escravidão grega e romana**

As duas sociedades antigas onde se encontram sólida legislação sobre a instituição da escravidão são Grécia e Roma. E há de se esclarecer que todas as sociedades antigas tiveram escravos, mas isto não significa que todas elas eram sociedades escravistas. As sociedades genuinamente escravistas não se configuram apenas como aquelas que têm escravos, mas sim no “como” esses escravos participam ativamente da economia e da sociedade.

Os gregos tinham seus escravos, conhecidos como hilotas, que eram escravos-propriedade, espécie de funcionários do Estado, responsáveis pela produção. E, ao mesmo tempo também em que estes não eram livres, não pertenciam a indivíduos. Os hilotas eram possuidores de todas as instituições humanas normais, com exceção à liberdade. E, quando havia uma importante necessidade militar, eram incorporados ao exército para atender às demandas da guerra.

Os modos de se tornar um escravo na Grécia, como na maioria das sociedades antigas, em primeiro lugar, se dava através da captura de povos por meio de guerras, e várias cidades transformavam os prisioneiros em escravos. Esparta era uma cidade grega especialmente dedicada à guerra, e a presença tão volumosa de escravos permitia que soldados matassem escravos nas ruas, treinando para a guerra e diminuindo a população, pois muitos escravos demandavam muito consumo de comida, água, roupas, artefatos, espaço físico e outras demandas; a escravidão podia acontecer por dívida, e também era comum em algumas cidades gregas o devedor tornar-se escravo do credor, durante o tempo estabelecido entre ambos; Como também acontecia no caso dos escravos domésticos romanos, na Grécia, o escravo que trabalhava nas casas, limpando, cozinhando, cuidando de crianças tinha uma condição muito menos sacrificada daqueles que trabalhavam nos campos ou nas minas. Os trabalhos braçais, grosso modo, eram dispensados pelo homem grego, voltado ao pensamento, à política e às

artes; assim assumiam a máxima de Platão que afirmava que “é próprio do homem bem nascido desprezar o trabalho”.

Agora, o que seria a escravidão romana no primeiro século? Embora esse termo seja comum e possa parecer de fácil definição, Norberto Guarinello aponta para o fato de que o Império Romano conheceu diferentes formas de trabalho compulsório, dentre elas uma que denominamos escravidão. Com essa afirmação pontua a dificuldade em se definir o termo:

A forma extrema dessas relações de dependência, que podemos, por analogia, denominar de 'escravidão', era aquela na qual o escravo era geralmente um estrangeiro, ou filho de mãe escrava, podendo ser comprado e vendido livremente no mercado e sobre o qual o proprietário exercia um imenso poder, embora não ilimitado. Mas essa forma foi uma exceção e nunca a regra nesse chamado “mundo antigo”<sup>73</sup>.

Dentre as difíceis possibilidades de definição sobre a escravidão na Roma do primeiro século do Império, podemos perceber algumas luzes que revelam certos aspectos da escravidão. Um desses aspectos é descrito por Paul Veyne, quando diz que a escravidão pode se tratar de um estatuto jurídico e não de uma condição social e ainda, sob a sua ótica, não haveria uma pirâmide de classes, como as conhecemos no nosso mundo moderno e, sim, realidades jurídicas e hierárquicas diferentes<sup>74</sup>. Nessa direção, parece também concordar Moses Finley, que entende o escravo como uma categorização jurídica; uma propriedade que, dentro dessa realidade, sofria não só uma perda total do controle sobre o seu trabalho, mas também do controle sobre sua pessoa e personalidade, estendida até seus filhos e os filhos dos seus filhos<sup>75</sup>. Veyne endossa tais observações de Finley quando diz que os escravos são como “criaturinhas sem importância social, não têm nem

---

<sup>73</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História, on-line, São Paulo, vol.26, nº. 52, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05)>. Acesso 20 set. 2016. 229 p.

<sup>74</sup> GONÇALVES, Claudiomar dos Reis. **Classe e cultura no alto império Romano: os libertos de Paul Veyne**. Boletim do CPA, Campinas, nº 6/7, 1998. p. 237.

<sup>75</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991; p. 77.

esposa nem filhos, pois seus amores e proles são como os dos animais do rebanho: o dono ficará contente de ver o rebanho crescer, só isso<sup>76</sup>”.

Observando essas considerações sobre a escravidão, entendemos que embora esta seja de difícil compreensão, no primeiro século, no que se refere a Roma, dinâmicas específicas possibilitavam que escravos se tornassem libertos, podendo até ocupar cargos públicos e acumular riquezas, como é o caso do escravo Trimalcião.

Em Roma, à época de Paulo de Tarso, a realidade do Estado compreendia duas distinções sociais: os livres e os escravos. Os livres poderiam ter duas origens: os que já nasceram livres e aqueles que alcançaram a manumissão. E boa parte da plebe romana era descendente de escravos<sup>77</sup>. A composição daquela sociedade tão eclética passava pela corte imperial, senadores, cavaleiros, plebe, mulheres de modo geral e escravos. Estes últimos, extremamente visíveis em toda cidade, eram considerados como objetos ou ferramentas animadas, possuídos como bens móveis dos seus senhores<sup>78</sup>.

Finley nos ajuda a compreender melhor a complexidade da escravidão dentro daquele contexto:

(...) desenvolveu-se uma hierarquia no seio da população escrava. Basta pensar nas seguintes situações, todas simultâneas: escravos das minas de ouro e prata da Espanha ou acorrentados nas fazendas da Itália; escravos no serviço público imperial; escravos capatazes e supervisores nos campos; escravos urbanos, que conduziam seus próprios estabelecimentos comerciais e manufatureiros em Roma e em outras cidades da Itália, pelo uso do *peculium*. Em outras palavras, os escravos constituíam um tipo dentro da classe mais geral de trabalho involuntário, podendo se dividir em subtipos com sentido próprio. Ou ainda, dito de outra forma, os escravos eram uma classe lógica e uma classe jurídica, mas não, no sentido usual do termo, uma classe social<sup>79</sup>. (FINLEY, 1991, 79 p.)

---

<sup>76</sup> VEYNE, Paul. **O império romano**. Tradução de Hildegard Feist in *História da vida privada*. (org.) São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 64.

<sup>77</sup> GOODMAN, Martin. **The Roman world: 44 BC – AD 180**. New York: 1997, p. 165.

<sup>78</sup> GOODMAN, *Idem*; 177 p.

<sup>79</sup> FINLEY, Moses. **Escravidão antiga, ideologia moderna**. Trad. Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1991, 79p.

Também os modos como as pessoas se tornavam escravas eram bastante diversificados. Os cativos de guerra geralmente se tornavam escravos, de propriedade do Estado (*servi publici*), seu destino era servir a Roma como soldado, na maioria dos casos, para beneficiar o tesouro público. Por exemplo, nas guerras púnicas, que estenderam os limites do território romano, à época de Julio Cesar – somente na primeira guerra púnica (264-241 A.C.), este evento rendeu cerca de um milhão de escravos gauleses à Roma. O número de escravos numa única casa da elite aristocrática romana poderia chegar a quatrocentos<sup>80</sup>.

Havia também os nascidos escravos. Todo aquele que nascesse de uma mulher escrava era escravo por nascimento, pertencente ao senhor da escrava, independentemente de quem fosse seu pai. Mas, exceções a esta regra poderiam ser observadas pela lei *Lex Aelia Sentina*, estabelecida por Augusto. Esta lei, por exemplo, dizia que um escravo só poderia ser liberto a partir dos trinta anos e o senhor que lhe concedia a manumissão deveria ter ao menos vinte anos. Pois, em certos casos, o filho de uma pessoa livre poderia nascer na condição de escravo e, vice-versa, o filho de uma escrava poderia nascer com o status de livre. A depender de cada caso diante da aplicação da lei. Alguém que nascesse livre também poderia se tornar escravo de diversas formas. Se não tivesse uma conduta contrária ao Estado, se fosse desertor nas guerras, se fosse culpado de determinados crimes, essas realidades poderiam comprometer a liberdade do cidadão. As leis possibilitavam que o escravo se tornasse um ser humano, mas sem os direitos de um cidadão<sup>81</sup>.

Os escravos também eram adquiridos em mercados sazonais nos grandes portos metropolitanos, como os presentes em Óstia e Corinto. Pois, havia um mercado bastante aquecido dessa “mercadoria”, uma vez que não eram apenas as famílias mais abastadas que tinham condição de adquiri-los<sup>82</sup>. E, onde quer que se encontrem escravos-propriedade na antiguidade, o seu *stock* será continuamente

---

<sup>80</sup> SAMPLEY, J. PAUL (ORG.) **Paulo no mundo Greco-romano: um compêndio**. Tradução: Jose Raimundo Vidigal. São Paulo: Paulus, 2008, 506 p.

<sup>81</sup> EDWARDS, B.B.; PARK, E. A. (Org.) **Bibliotheca Sacra and Theological Review**. New York and London: Allen, Morrill and Wardwell, 1845. Vol. II. pp. 569-571.

<sup>82</sup> HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. Ohio: Article Express, nº 1238710; 2003. pp. 579, 580.

aumentado não só por nascimento, mas também por importações contínuas do exterior<sup>83</sup>.

Como dito acima, sabemos que durante o Principado os escravos urbanos tinham mais possibilidades de alcançar a manumissão do que os que trabalhavam no campo ou nas minas<sup>84</sup>. Estes últimos tinham vida curta, eram frequentemente acometidos de enfermidades; e se os acidentes frequentes não lhes ceifassem a vida, a própria exaustão do trabalho lhes garantia a morte precoce.

O Imperador Claudio, sabendo que muitos senhores abandonavam seus escravos doentes para morrer na ilha de Escapulário, baixou um decreto determinando que todos aqueles que haviam sido abandonados poderiam considerar-se livres e que, mesmo se curados não mais recairiam sob o poder dos antigos senhores<sup>85</sup>.

Os escravos urbanos, já citados anteriormente, no entanto, ao trabalhar nas cidades, nas rotinas das casas dos seus senhores, estavam sempre sendo observados e, quando revelavam certas aptidões, fosse para aprender a ler e a escrever, fazer contas ou mesmo administrar negócios, comércios e bens, a depender do interesse do seu senhor, a estes eram lhes concedidas oportunidades e, em alguma medida, mais autonomia. Há casos daqueles que passavam a gerir seus próprios negócios sob a tutela dos seus senhores. Ainda, há registros de escravos que possuíam seus próprios escravos e que, não raras foram as vezes em que alcançavam a própria manumissão.

Importante não confundir manumissão com emancipação. Pois, enquanto o pai de família (*patria potestas*) emancipa o filho quando este se torna adulto, o senhor (*domini*) liberta seu escravo, este poderá ser manumitido pelo seu senhor. Assim, nunca se usará o termo emancipação para o caso dos escravos<sup>86</sup>.

#### 1.4 Libertos em Roma

---

<sup>83</sup> FINLEY, Moses I. **A economia antiga**. Tradução: Luisa Feijó. Porto: Edições Afrontamento, 1980. p. 82,83.

<sup>84</sup> PETIT, Paul. **A paz romana**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: EDUSP, 1989; p.249.

<sup>85</sup> SUETÔNIO tranqüilo. Caio, **A vida dos doze Césares**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006; p.262.

<sup>86</sup> HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. Ohio: Article Express, nº 1238710; 2003. p. 579, 580.

Quando investigamos os libertos de Roma no principado, lembramos do famoso caso do manumitido Trimalcião, presente na obra de Petrônio, que era muito preparado para o comércio e bom administrador. Este liberto se tornou muito próspero e, ainda, caindo na graça do seu dono, foi manumitido com a morte do mesmo e herdou do falecido muitos bens, e só fez aumentar sua fortuna pela capacidade que tinha para os negócios. Ainda que isto seja apenas uma novela, ou um romance de Petrônio, ele ilustra a realidade daquela sociedade que estamos investigando.

É certo afirmar também que nenhum outro Imperador Romano se valeu tanto da mão de obra dos libertos como Claudio. Além de honrar pessoalmente Posides, Félix, Harpócrates, Políbio, Palas, dentre outros<sup>87</sup>, também os empregou grandemente em cargos públicos. O liberto Félix, mencionado acima, é citado em Atos dos apóstolos; este foi governador da província da Judeia e recepcionou Paulo que estava sendo acusado pelos judeus de desonrar a César (At 23. 24-35). Diante dos exageros no uso de libertos por Claudio, Suetônio vai afirmar que “aos seus libertos e às suas mulheres, exerceu não o papel de imperador, mas de criado<sup>88</sup>”.

Lembramos que a condição dos escravos era de humilhação em muitos sentidos, tanto em relação à punição corporal, bem como da sua disponibilidade irrestrita para relações sexuais, onde poderiam ser explorados pelos seus senhores, familiares e amigos destes<sup>89</sup>. Os pré-adolescentes e adolescentes eram os preferidos dos senhores, talvez pelo aspecto andrógono, estes lhes agradavam de modo especial. A preferência dos senhores por esses *puerus capilatus*<sup>90</sup> podia ser percebida, inclusive pelo aumento da oferta dessa espécie de criatura nas casas de prostituição em Roma. O próprio Trimalcião relata que durante quatorze anos serviu também desta maneira seu senhor e sua senhora, lhes satisfazendo os desejos<sup>91</sup> e ele também, como cidadão rico tinha o seu *puer delicatus*<sup>92</sup>. O historiador alemão

---

<sup>87</sup> SUETÔNIO tranquilo. Caio, **A vida dos doze Césares**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006, 266 p.

<sup>88</sup> SUETÔNIO; *Ibidem*.

<sup>89</sup> FINLEY, Moses. I. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Tradução: Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1991. p. 99-100.

<sup>90</sup> PETRONIUS. **The Satyricon**. Tradução: J. M. Mitchel. 2ª edição. London: George Routledge and Sons; New York: E. P. Dutton and Co.; 1923. 74 p.

<sup>91</sup> PETRONIUS; *ibidem*, 139 p.

<sup>92</sup> SILVA, G.J. **Aspectos de cultura e gênero na arte de amar de Ovídio e no Satyricon de Petrônio: representações e relações**. 2001. Dissertação. Mestrado em História. Departamento de História. Universidade de Campinas, Campinas, 134 p.



Lujo Basserman comenta que nos lupanares romanos, durante certo período, os adolescentes eram mais numerosos que as mulheres e moças, até o imperador Domiciano proibir esse gênero de prostituição e a castração de crianças e escravos<sup>93</sup>.

Devemos salientar que se o escravo de um cidadão romano fosse manumitido formalmente por seu mestre, pelas formas legais prescritas, ele tornava-se um cidadão romano<sup>94</sup>. Peter Garnsey mostra que esses libertos em Roma e na Itália, foram grandemente envolvidos em atividades industriais e comerciais, além de se tornarem também proprietários importantes, tanto dentro da cidade, quanto no campo. Ele ainda revela que atrás do sucesso de um liberto estava a natureza da sua relação com seu ex-dono<sup>95</sup>; sucesso este ligado, necessariamente, ao fator econômico. Existia também a realidade de que muitos libertos, bem como escravos, condenados ou livres, endividados etc., tinham de defender suas vidas nas arenas para diversão do povo e das elites<sup>96</sup>.

E dentre os debates em relação ao papel do liberto na sociedade romana do primeiro século, Renata Garraffoni<sup>97</sup> pontua que, enquanto Paul Veyne buscava demonstrar objetivamente que os libertos não eram uma burguesia em ascensão, criando, assim, um modelo para os libertos de párias da sociedade romana, com seus hábitos e profissões que não estavam de acordo com as posturas esperadas dos cidadãos romanos. Rostovtzeff, por outro lado, se contrapondo a tal argumentação, entende que haveria uma espécie de capitalismo na Roma do primeiro século, o que possibilitaria ascensão social ao ex-escravo. Ainda, outro autor, com visão distinta em relação às anteriores, Klaus Rosen, conduz o debate noutra direção. Para este autor, os libertos faziam parte da vida política e cultural dos romanos, e a construção de uma imagem negativa feita pela elite romana ao se referir aos libertos, se dava pelo viés da inveja, uma vez que os libertos, de modo

---

<sup>93</sup> BASSERMAN, Lujo. **História da prostituição: uma interpretação cultural**. Tradução Rubens Stuckenbruck. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 83 p.

<sup>94</sup> ST. CROIX, Geoffrey de. **Classtruggle in the ancient greek world: from the Archaic Age to the Arab Conquests**. New York: Cornell University Press, 1981. 174 p.

<sup>95</sup> GARNSEY, Peter. **Cities, peasants and food in classical Antiquity: essays in social and economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 28-29.

<sup>96</sup> GARRAFONI, R. S. **Contribuições da Epigrafia para o estudo do cotidiano dos gladiadores romanos no início do Principado**. on-line, História, SÃO PAULO, v.24, N.1, p.247-261, 2005 ISSN 1980-4369, Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-90742005000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). p. 247. Acessado em 20 jul. 2017.

<sup>97</sup> GARRAFONI, Renata Senna. **Bandidos e salteadores na Roma antiga**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2002. p. 65-67.

mais abrangente do que se imaginava, admiravam seus senhores e, também por isto, estes lhes possibilitavam condições melhores de existência. Isto, em alguma medida, justificaria o exagero em relação ao mal gosto e posturas dos libertos, pintadas de cores bem fortes, na *Cena Trimalquionis* de Petrónio. Rosen entende que a relação entre os libertos e seus ex-donos, em muitos casos, era de harmonia e cumplicidade, porque percebe, através de estudos realizados em lápides mortuárias, em que libertos aparecem com frequência junto aos seus donos, cujos semblantes são sempre bem representados com aspectos de felicidade.

Enfim, qualquer que seja a representação da sua posição dentro da sociedade romana, certamente ele tem um papel político, pois, como diz René Rémont: “Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional, ou se imiscui na sua vida privada<sup>98</sup>”.

Mas, se no debate apresentado os libertos aparecem como párias da sociedade, ou pertencentes a uma burguesia em ascensão ou ainda uma casta feliz, desfrutando da companhia do seu ex-dono, agora como seu herdeiro e membro da sua família; nas comunidades cristãs, como veremos, diante dos dogmas apostólicos presentes no NT, os libertos, bem como os escravos e os livres, serão tratados como qualquer outro membro da comunidade, independentemente do papel social que exerce fora desta. Isto não significa que dentro das comunidades não havia problemas em relação a estes; e o que torna ainda mais turva a visão sobre o mundo dos escravos dentro e fora das comunidades é o fato de não termos nenhum registro dos próprios escravos para uma análise mais plural.

#### 1.4.1 O liberto Trimalcião em Satirycon

Na mesma época em que Paulo escrevia suas cartas, o autor Petrónio deixou-nos um texto importante chamado Satyricon. Embora sua identidade não seja muito bem definida pelos pesquisadores, Pedro Paulo Funari e Renata Garraffoni observam que:

---

<sup>98</sup>DEMONT, R. (Org.) (2003) **Do político: por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003, p.442.

A biografia de Petrônio é bastante imprecisa e desde o período do renascimento há uma grande dificuldade para se determinar quem foi este homem. A maioria dos pesquisadores concorda que o autor do *Satyricon* é o Petrônio descrito por Tácito em suas obras *Anais* e, mencionado, mais brevemente, em algumas passagens de Plínio, o Velho e Plutarco. É bem verdade que, em Tácito, o primeiro nome aparece como Gaio, enquanto que, nos outros dois, mencionou-se Tito. Apesar desta diferença, ao que tudo indica os três falavam da mesma pessoa e, segundo Walsh, é bem provável que Tácito tenha se equivocado. Diante dessa situação considera-se que o nome completo do autor seria Tito Petrônio Niger, cônsul romano durante o ano 62 d.C., e conhecido como *Arbiter elegantiae* (árbitro da elegância), já que estabelecia padrões de elegância na corte de Nero.<sup>99</sup> (FUNARI, GARRAFONI, 2008, 107p.)

Fabio Favversani<sup>100</sup> comenta que a obra foi escrita por um consular romano em meados do Século I. Embora a incerteza sobre quem, de fato, seria Petrônio; sua obra, *Satyricon*, trata-se de um texto riquíssimo, considerado obra prima da literatura latina, traduzida e publicada para inúmeros idiomas, tida como uma das origens da novela moderna e o primeiro romance realista da literatura universal<sup>101</sup>.

O fragmento mais expressivo que restou de *Satyricon* é a *Cena Trimalchionis*. Nesta passagem da obra, do capítulo XXV ao CXXVIII, Petrônio apresenta Trimalcião, liberto milionário, esposo de Fortunata, que administra seus bens. Ele oferece um banquete, explica a origem da sua fortuna, expõe suas ideias, hábitos e cultura, apresentando, ainda, diversos personagens: escravos, libertos, ricos e pobres, e outros de origem livre.

Grosso modo, a *Cena Trimalquionis* mostrará ao leitor uma festa promovida pelo liberto Trimalcião e nesta festa, dentre outras coisas acontece a libertação de escravos, com a participação de diversos atores sociais (cidadãos, estrangeiros, libertos e escravos) que se pronunciam revelando realidades daquela sociedade, naquele contexto.

---

<sup>99</sup> GARRAFONI, R. S. **Gêneros e conflitos no *Satyricon*: o caso da dama de Éfeso**. História: Questões & Debates. on-line, Curitiba, nº 48/49.pp. 101-117, 2008, editora UFPR, 106 p. disponível em

<[https://www.researchgate.net/publication/277151227\\_Genero\\_e\\_Conflitos\\_no\\_Satyricon\\_o\\_caso\\_da\\_Dama\\_de\\_Efeso](https://www.researchgate.net/publication/277151227_Genero_e_Conflitos_no_Satyricon_o_caso_da_Dama_de_Efeso)>. acessado em 20 de setembro de 2016.

<sup>100</sup> FAVERSANI, Fabio. **Trimalchio, classe social e estamento**. Revista de História – FFLCH, USP, São Paulo, nº 134, setembro 1996. p. 8,9.

<sup>101</sup> BRITO, Mario da Silva. **Satyricon**. São Paulo: Martin Claret, 2003. 13 p.

É importante esclarecer que o liberto não desfrutava socialmente das mesmas condições de um cidadão romano; sua nova condição não implicava em igualdade social. O cidadão desfrutava de um conjunto de direitos jurídicos exclusivos, que não estavam disponíveis para os demais atores sociais presentes em Roma, fossem estes estrangeiros, escravos ou libertos<sup>102</sup>. Logo, uma possível mudança de status dentro da sociedade romana não correspondia à ascensão social nos moldes como se conhece atualmente no sistema econômico ocidental.

Sobre o aspecto acima Claudiomar Gonçalves<sup>103</sup> comenta que:

Trimalcião (...) comprado por um Caio Pompeu, não foi conduzido aos trabalhos agrícolas, mas à *família urbana*, onde entrou em íntima relação com seu patrão e com a patroa. Assim, a partir desse “servilismo patético”, se faz notar pelos patrões aprendendo a ler e contar. Sobe na hierarquia da escravidão chegando a *dispensator*, tesoureiro, visto a estrutura hierárquica romana possibilitar aos escravos ambiciosos a conquista de melhores lugares.

A condição social do liberto é entendida por Guarinello como uma zona de fronteira entre a escravidão e a liberdade. Uma espécie de limbo, uma área da qual as classificações habituais não dão conta<sup>104</sup>. Mas, o liberto era essencial para a normalidade romana e, em certo sentido, era também uma perturbação do normal. Ele ainda comenta que a normalidade seria o esperável, o aceitável nas interações sociais, definindo para cada sociedade e para cada grupo dentro dela o que seria permitido e permissível, o que seria o poder legítimo, a propriedade legítima, a ação legítima; e que essa normalidade não se tratava de definições naturais, mas culturais. Assim, dentro dessa realidade, a tendência natural seria a exclusão do “diferente”, logo, o liberto, dentro da normalidade deveria ser excluído, mas, embora perturbadora, sua presença, tornava a vida possível e era também essencial à economia<sup>105</sup>.

<sup>102</sup> FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.94 p.

<sup>103</sup> GONÇALVES, Claudiomar dos Reis. **Classe e cultura no alto império Romano: os libertos de Paul Veyne**. Boletim do CPA, Campinas, nº 6/7, 1998. 237 p.

<sup>104</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História, on-line, São Paulo, vol.26, nº. 52, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200010#nt05)>. Acesso 20 set. 2016. 233 p.

<sup>105</sup> GUARINELLO, Norberto. **História Científica, História Contemporânea, História Cotidiana** in Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p. 29 e 30.

Nessa distinção particular entre o liberto e o cidadão, o próprio modo social de comportamento de um liberto o distinguia de um cidadão romano. Tomando apenas um dos muitos exemplos do texto de Petrônio, no banquete de Trimalcião, o jovem Creso, lhe traz muitos transtornos constrangedores durante a festa que está promovendo, e em nenhum momento é advertido por Trimalcião; ao contrário, este põe às costas o jovem amante como se “brincasse de cavalinho” com um filho. Segundo Delfim Leão, isto revela o mau gosto e os maus costumes, que caracterizam o universo do qual faz parte o liberto<sup>106</sup>.

Como citados acima, os escravos urbanos, neste particular, como Guarinello esclarece, podiam ser treinados em ofícios específicos e, muitas vezes, estabelecer-se independentemente, pagando uma taxa a seu dono. Podiam trabalhar na residência de seu senhor, ganhar sua confiança e passar, por exemplo, a administrar seus negócios, a gerir suas propriedades agrícolas, a comercializar em seu nome. Como ponto final da trajetória, podiam obter sua alforria, tornarem-se libertos. Assim, libertos oriundos das cidades poderiam ter melhores oportunidades em relação aos seus destinos, uma vez que os libertos oriundos do campo, grosso modo, tinham a vida ceifada com mais antecedência por conta de enfermidades frequentes e do próprio desgaste em árduos trabalhos.

Mas, Peter Garnsey problematiza a questão da independência daquele que alcançava sua manumissão; ele comenta que os libertos, mesmo aqueles que eram economicamente ativos, não eram independentes em medida significativa, antes por trás deles estavam patrões que exerciam um alto grau de controle sobre suas vidas<sup>107</sup>. Assim, o “patrão” ou “patrono” do liberto, que na expressiva maioria das vezes tratava-se exatamente do seu antigo dono<sup>108</sup>, mantinha ainda voz de comando sobre o alforriado.

---

<sup>106</sup> LEÃO, Delfim. **Petrônio e a inconstância dos Pueri Delicatt**. Humanitas, on-line, Coimbra, nº 58, 2006 p. 119-131. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas58/07\\_-\\_Delfim\\_Lea\\_o.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas58/07_-_Delfim_Lea_o.pdf)>, acessado em 20 ago. 2014. 120 p.

<sup>107</sup> GARNSEY, Peter. **Cities, Peasants and food, in classical antiquity: essays in social and economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 30 p.

<sup>108</sup> ALFÖLDY, Geza. **Historia Social de Roma**. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editora Esperança, 1989. p. 33, 34.

Logo, esse novo ator social romano, ao se tornar liberto através da compra da sua liberdade ou do favor do seu dono, nem sempre seria tratado com mais dignidade, pois as relações continuavam de servilismo e dependência. Embora não fosse mais sua “propriedade”, o liberto continuava dependendo daquele para sua sobrevivência. Deixando de ser escravo, tornava-se uma espécie de empregado; uma extensão da sua situação anterior, embora num plano jurídico diferente<sup>109</sup>.

### 1.5 Leis de concessão de manumissão

Eram quatro as leis que possibilitavam a libertação de escravos no Principado, basicamente. A começar pela compreensão do termo temos que manumissão, significa “demissão pela mão”, isto é concessão da liberdade a um escravo pela mão do seu senhor. E, como também prescrevia o Digesto: as manumissões são do direito das gentes. Assim, sabemos que através de alguns métodos legais era possível o escravo romano à época paulina alcançar a manumissão. Os nomes das leis eram: *Manumissio Vindicta*, *Manumissio Censu*, *Manumissio Testament* e *Peculium*<sup>110</sup>.

*Manumissio Vindicta* era originalmente uma reivindicação simulada de liberdade do escravo para um terceiro (*adsertor libertatis*), feita pela autoridade judicial, previamente acordado com o proprietário, que concordava com tal pedido. Mais tarde, a formalidade foi reduzida para uma cerimônia, que consistia essencialmente de uma manifestação do *dominus*, em colaboração com o *adsertor*, perante o magistrado, que nem sequer era necessário que tivesse chegado oficiando no tribunal, onde a justiça era administrada.

*Manumissio Censu*, que consistia na inscrição do escravo no censo como cidadão; assim, pedia-se uma concessão ao sensor, previamente acordado com seu dono (*iussu domini*), e lavrava-se um documento (*lustrum conditum*) dando ao escravo a liberdade.

*Manumissio Testamento* era a concessão de liberdade ao escravo, feita pelo dono, registrando isto em seu testamento. Nessa condição, o dono poderia declarar

---

<sup>109</sup> JOLY, Fabio Duarte. **A escravidão na Roma antiga**. São Paulo: Alameda, 2005, 58 p.

<sup>110</sup> **DERECHO ROMANO**. Disponível em < <http://www.derechoromano.es/2013/07/maneras-de-salir-esclavitud-manumissio-formas-solemnnes.html>>. Acessado em 20 set. 2016.

de modo direto a libertação do seu escravo (*Stichum servus meus liber esto*), ou encarregar algum herdeiro de fazê-lo (*fideicommissaria libertas*).

No primeiro caso, o servo era livre no momento em que o herdeiro aceitasse a herança, salvo houvesse alguma cláusula condicional no testamento; no segundo caso o herdeiro deveria realizar a manumissão segundo a orientação do testamento; mas, nem sempre o fazia e muitos escravos não obtinham a liberdade, mesmo estando registrada a vontade do seu dono; em certas situações os magistrados eram acionados para que a vontade do falecido acontecesse e seu escravo fosse, finalmente, liberto. E o *Peculium* era a possibilidade de o escravo acumular bens e, mesmo dinheiro, administrando assim seus próprios recursos, o que lhe poderia auferir negócios diversos, inclusive a própria compra da manumissão.

Colaborando com esses argumentos, o já citado historiador Fábio Joly, elenca as três das formas de manumissão vistas aqui:

(...) pelo censo, isto é, inscrevendo-se o escravo entre os cidadãos no momento do recenseamento; por *uindicta*, quando a manumissão era intermediada por um magistrado, geralmente o pretor; e por testamento, quando o testador explicitava o desejo de ver livres os seus após sua morte. O liberto podia casar e ter filhos legítimos, fazer contratos, ter e permitir propriedades por testamento. Mas, a manumissão não o desobrigava de manter certos laços com o seu ex-senhor, agora patrono: o *obsequium*, que compreendia um conjunto de obrigações legais e costumeiras, tais como a de não instaurar um processo legal e jurídico contra o seu patrono. Em alguns casos, o patrono, ou seus herdeiros, tinham direito a parte dos bens do liberto deixados em testamento. Que o vínculo escravista não se rompesse definitivamente demonstra-o também o fato de que muitos libertos continuavam trabalhando com seus patronos, como agentes comerciais ou gerindo propriedades<sup>111</sup>.

Dando um salto de três séculos, encontraremos mais tarde a *Manumissio in Ecclesia*. Esta se tratava de uma declaração do proprietário, diante da autoridade eclesiástica e dos fiéis, que tornava seu escravo num liberto. Esta lei foi estabelecida a partir de 316 A.D, durante o reinado de Constantino<sup>112</sup>.

Isto corrobora com uma hipótese desta pesquisa, de que esta lei que se estabelece a partir do século IV, *Manumissio in Ecclesia*, época do Imperador

---

<sup>111</sup> JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura**. São Paulo: Alameda, 2005. p. 23-24.

<sup>112</sup> WESTERMANN, W. L. **Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: Independence Square, 1955. p. 129-130.

Constantino, tenha se desenvolvido e amadurecido através de recorrentes manumissões praticadas espontaneamente no seio das comunidades cristãs à época de Paulo, dos demais apóstolos e dos seus sucessores. Assim, teríamos senhores de escravos que, uma vez convertidos ao Cristianismo entenderam que a igualdade entre os homens era um dogma cristão e esta consciência os levava a libertar seus escravos crentes, que também participavam dessas comunidades.

Inicialmente, nos começos das comunidades cristãs, a manumissão talvez acontecesse de modo isolado. Mas, quem sabe se não foram sendo cada vez mais recorrentes; se não foram se consolidando, passando a serem praticadas de modo cada vez mais frequente? E o que, talvez, fosse uma prática marginal, pela recorrência durante décadas e até séculos, se tornou uma questão consuetudinária, um costume presente no seio das comunidades cristãs. Logo, as razões podem ter sido as mais diversas possíveis, mas fato é que, se transformou nesta lei, sancionada pelo imperador no século IV.

Entendemos que o recorte da nossa pesquisa se detém no Principado romano e o nosso documento principal é a carta escrita por Paulo de Tarso ao seu amigo Filemon, mas pensar essas questões não deixa de nos ser instigantes. Assim, a seguir veremos quem foi Paulo de Tarso e como seus escritos orientavam os participantes das comunidades em relação aos senhores, escravos e libertos, dentro do contexto da sociedade romana do século I.





## 2. Paulo de Tarso, sua origem e contextos

O trabalho de investigação da questão escravidão e a possibilidade de manumissão nos escritos de Paulo implica, inicialmente, compreender melhor a sua pessoa que, certamente, com exceção a Jesus de Nazaré, foi o maior influenciador do Cristianismo, dentro daquele mundo tão diversificado. Para tanto, além de biografia específica, nos valeremos dos escritos do próprio autor, através de suas cartas; e também nos valeremos dos três registros feitos por Lucas, autor bíblico, a saber, os registros da conversão e da vida de Paulo, presentes no livro dos Atos dos Apóstolos (At 9,1-29; 22,1-15; 26,1-18); bem como, da crítica historiográfica a respeito.

### 2.1.1 Um homem de tríplice cultura

Paulo é de uma família da diáspora judaica. Como está registrado em Atos dos Apóstolos: “eu sou judeu nascido em Tarso da Cilícia, e nesta cidade (Jerusalém), criado aos pés de Gamaliel” (At 22.3); “porque também eu sou israelita, da descendência de Abraão, da tribo de Benjamim” (Rm 11.1); e ainda, “circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu de hebreus; segundo a lei, fui fariseu” (Fl 3.5). E, ao evocar suas credenciais ele expõe a preocupação em revelar suas origens judaicas e, ao mesmo tempo, mostra-se como um expatriado, isto é, um judeu que vivia na diáspora<sup>113</sup>.

A cidade na qual Paulo nasce, vive sua adolescência e juventude é a cidade de Tarso, na Cilícia, como afirma Lucas no texto acima. Esta cidade é tida por Xenofonte<sup>114</sup> como uma grande e próspera cidade da Cilícia “(...) pelo meio da qual, flui um rio chamado o Cydnus”, com duzentos pés de largura. O geógrafo Estrabão, nos primeiros anos do primeiro século da era cristã escreve que o povo de Tarso era ávido por atividades culturais; que se dedicavam ao estudo da filosofia, das artes, e

---

<sup>113</sup> MURPHY-O’CONNOR, Jerome. **Paulo: Biografia Crítica**. Tradução de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Edições Loyola; 2015; 3ª ed. 47 p.

<sup>114</sup> JENOFONTE, **Anabasis**. Tradução: Ramón Bach Pelliccer. Madrid: Gredos, 1982, 48 p.

“de todo círculo de aprendizado em geral<sup>115</sup>; quanto à geografia local comenta: Tarso, encontra-se numa planície e foi fundada por Argives (...), ficando numa intersecção entre o Rio Cydnus que flui após o ginásio dos jovens. Paulo vivia nesta cidade cosmopolita, aberta tanto para o oriente como para o ocidente, num cadinho de culturas; nascido numa cidade de história antiquíssima com mais de cinco mil anos A.C., tornando-se colônia romana por Pompeu no I Século A.C. e a comunidade judaica estava presente desde a época de Alexandre, a partir dos Selêucidas, distribuídas por todo o império e mesmo em outras partes<sup>116</sup>. É certo que essa característica da cidade de Tarso colaborou para que Paulo se tornasse o apóstolo mais intelectualizado de Jesus de Nazaré.

Segundo Jerônimo, em seu comentário da Carta a Filemon, Paulo é de família abastada; eles são judeus da cidade de Giscala, ao norte da Galileia que, uma vez devastada pela mão de Roma e os judeus dispersados pelo mundo, mudaram-se para Tarso, cidade da Cilícia, onde provavelmente Paulo tenha nascido. Esta cidade passou por diversos domínios, com cinco mil anos de história antes do nascimento de Paulo. Pompeu, general romano, incorporou a cidade de Tarso ao império romano no século I A.C. e transformou-a em capital da província da Cilícia e, desde 66 A.C., seus cidadãos receberam o direito a cidadania romana<sup>117</sup>.

Assim, Paulo que é judeu praticante, nasce e cresce em Tarso. Sabemos que desde a infância as crianças judias tinham sua educação norteada pela família e cultura, baseadas na Lei de Moisés. Nesse sentido, Paulo não foi exceção à regra, pois a religião exigia que a educação dos filhos dos judeus obedecesse tais princípios (Dt 2, 6, 7 e 20). O historiador da educação Henri Marrou<sup>118</sup>, derrama luz sobre esses aspectos da infância judaica na diáspora quando escreve que:

A educação familiar imposta pela Lei sobrepõe, ou substitui, um sistema de educação coletiva no coração de escolas regularmente organizadas: tal sistema atinge seu pleno amadurecimento no Baixo Império e assume, então, três graus consagrados: o primeiro da leitura da Bíblia, depois o estudo dos comentários jurídico-exegéticos e cada vez mais desenvolvidos do Mischna, e finalmente, o Talmud.

---

<sup>115</sup> **The Geography of Strabo.** Boston: Harvard University Press, 1961 Perseus. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0239%3Abook%3D14>> STRABO. Acessado 20 de dez. 2016.

<sup>116</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações.** São Paulo: Editora Paulus, 2013. 29 p.

<sup>117</sup> VASCONCELOS, FUNARI, *ibidem*, 27 p.

<sup>118</sup> MARROU, Henri-Irène. **Historia de la educación en la antigüedad.** Tradução de Yago Barga Quiroga. Madri: Akal Universitária, 1971. p. 405 - 406.

Essas escolas foram estabelecidas em todos os lugares: a "casa de instrução", bethamidrasch, a "casa do livro", correspondem à sinagoga, casa de oração: uma e outra, juntas, representam a alma de toda a comunidade judaica: "Enquanto a voz de Jacó ressoa nas sinagogas e escolas, as mãos de Esaú (se entenda a este como o Império Romano, o perseguidor) não alcançarão a vitória"<sup>119</sup>. (MARROU, 1971, pp.405-406)

A observação de Marrou mostra como a educação familiar foi sendo substituída pelo sistema de ensino coletivo, que teve seu pleno desenvolvimento no Principado, através de escolas primárias tanto pagãs quanto judaicas<sup>120</sup>. As escolas de orientação judaica foram estabelecidas praticamente em todos os lugares da diáspora; seus ensinamentos eram, num primeiro estágio, através da leitura da Bíblia, depois nos estudos dos comentários da Lei (midrash) e, finalmente, no Talmud, que trata-se de comentários rabínicos do VT. É certo que Paulo tenha passado por esses estágios em Tarso e em Jerusalém, tornando-se discípulo de Gamaliel, um dos principais mestres do farisaísmo (At 22.3).

A educação de Paulo obedeceu esses princípios judaicos, onde, desde a idade dos seis anos o garoto judeu era iniciado numa escola de mestres que o ensinavam a ler, escrever, contar e, sobretudo, guardar os ensinamentos da sua religião, baseada na Lei Mosaica. Deveria também ter conhecimento da Septuaginta, versão em grego do Antigo Testamento hebraico, feita em Alexandria onde havia muitos judeus de fala grega, à época de Ptolomeu Filadelfo; nos dias de Cristo essa versão era de uso comum, inclusive muitas citações do VT presentes nos evangelhos são originárias da Septuaginta<sup>121</sup>.

Embora o conhecimento do hebraico fosse menos comum na diáspora, Paulo devia saber hebraico e aramaico, uma vez que falava de si mesmo como hebreu de

---

<sup>119</sup>O texto presente no trabalho originalmente é este que segue na língua espanhola: A la educación familiar impuesta por la Ley se superpone, o la sustituye, un sistema de enseñanza colectiva em el propio seno de las escuelas regularmente organizadas: tal sistema alcanza su florecimiento pleno em el Bajo Imperio y supone, entonces tres grados que se consagran: primero a la lectura de la Biblia, luego al estudio de los comentarios jurídicos-exegeticos y cada vez mas desarrollados de la Mishna, finalmente, al Talmud. Estas escuelas se establecieron em todas partes: la "casa de instrucción", bethamidrasch, la "casa del libro", betsefer, corresponden a la sinagoga, casa de oración, προσευχή: una y otra, conjuntamente, representan el alma de toda La comunidad judia: "Mientras la voz de Jacob resuena em las sinagogas y las escuelas, las manos de Esau (entiendase el Imperio Romano, perseguidor) no alcanzaran La victoria.

<sup>120</sup> MARROU, Henri-Irène. **Historia de la educación em la antigüedad**. Tradução de Yago Barga Quiroga. Madri: Akal Universitária, 1971. 61 p.

<sup>121</sup> HALLEY, Henry H. **Manual Bíblico: um comentário abreviado da Bíblia**. Tradução de David A. de Mendonça. 4ª edição. São Paulo: Ed. Vida Nova, 1995. 361 p.

hebreus (Fl 3,5) e também, diante de um alvoroço causado por ele em Jerusalém defendeu-se em hebraico diante do povo (At 22.1); a língua grega que se aprendia em casa tinha de ser aprimorada com leitura e escrita; e as crianças judias da diáspora, uma vez que davam continuidade aos seus estudos, passavam a estudar os poetas e outros escritores clássicos como Homero, Hesíodo, Quérilo, Esquiló, Sófocles, Menandro etc.<sup>122</sup>

Sobre a Bíblia judaica, esclarecemos que a Torá corresponde aos cinco primeiros livros do AT, e eram conhecidos como a *Lei de Moises*; Neviim corresponde aos oito livros posteriores à Torá e era conhecido como os *Profetas* e Ketuvim corresponde aos onze livros posteriores aos profetas, e trata-se dos *Escritos*. Assim, estas três partes (Torá, Neviim e Ketuvim) formam o que é conhecido como o TANACK, ou seja, o Velho Testamento hebraico.

As escolas palestinas do tempo de Jesus tratavam-se de uma invenção relativamente recente, datando apenas de cerca de 100 anos A.C. O rabino Shimon benShetach, a exemplo disto, abriu a primeira *bet ha-sefer* (Casa do Livro) em Jerusalém<sup>123</sup> e seu exemplo foi seguido por outros e, pouco a pouco, todo um sistema de educação pública veio a existir. Na *bet ha-sefer*, era, praticamente, através da Torá que a criança aprendia o alfabeto e a leitura; e a principal tarefa do grupo de meninos que se assentava ao redor do mestre, era repetir de memória, e todos juntos, as sentenças ditas por ele, e em alta voz. Paulo não foi exceção a esta regra, e continuou seus estudos na *bet ha-midrash*, que se tratava de escolas específicas para o estudo da religião judaica, sob as orientações dos principais doutores da lei; nessa ocasião houve sua aproximação ao famoso Gamaliel (Atos 5.34; 22.3).<sup>124</sup>

Ainda sobre sua educação, Murphy-O'connor sugere que Paulo, como qualquer jovem da sua época que terminasse a educação básica, tenha se aventurado durante a juventude pelo mundo<sup>125</sup>. Como argumentam Pedro Paulo Funari e Pedro Vasconcelos:

---

<sup>122</sup> MARROU, Henri-Iréene. **Historia de la educación em la antigüedad**. Tradução de Yago Barga Quiroga. Madri: Akal Universitária, 1971. p. 216-217.

<sup>123</sup> FELDMAN, Louis H. **Jews and Gentile in the ancient world: attitudes and interactions from Alexander to Justinian**. New Jersey: Princeton University Press, 1993. 38 p.

<sup>124</sup> DANIEL-ROPS, Henry. **A vida diária nos tempos de Jesus**. Tradução: Neyd Siqueira. São Paulo: Edições Vida Nova, 1961; reimpressão, 1991. p. 79 - 80.

<sup>125</sup> MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Paulo: Biografia Crítica**. Tradução de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Edições Loyola; 2015, 61 p.

Paulo, como Josefo, fazia parte dessa imensa e variada comunidade judaica, que falava diversas línguas e interpretava o judaísmo de forma muito variada. Ambos, Paulo e Josefo, falavam o hebraico e o aramaico, falado à sua época em Israel, mas o seu idioma cotidiano era o grego. Liam e conheciam as obras clássicas, a retórica, a filosofia, e interpretavam as escrituras bíblicas com esse idioma, com os conceitos gregos. Para completar esse quadro complexo, faziam parte de um mundo romano, com sua língua latina, mas também com uma série de valores e costumes que lhes eram familiares, e com o poderio militar com pretensões de onipresença<sup>126</sup>.

Necessariamente, alguém que continuasse seus estudos desenvolveria uma tendência política, geralmente a do seu mestre mais inspirador. No caso de Paulo, tornou-se fariseu. O farisaísmo<sup>127</sup> era uma espécie de partido, presente mais na Judeia do que na Galileia, cujas opiniões divergiam de outro grupo importante daquele contexto, os saduceus que eram influentes aristocratas em Jerusalém, ocupando posições privilegiadas na religião, muitos deles eram sacerdotes e observavam especialmente a Torah, não acreditando na ressurreição do corpo, nem em espíritos<sup>128</sup>.

Já os Fariseus que eram muito criteriosos em relação à Lei mosaica, sentiam-se distintos e superiores dos demais habitantes de Jerusalém, o que ficava evidente através dos seus discursos presentes no Novo Testamento; esses sentimentos cresciam ainda mais por conta da pretensiosa vida casta e regrada que viviam, o que levou Jesus, muitas vezes, a acusá-los de hipocrisia. (Mt 15.7; 23.15; Lc 12.56) Sobre o pertencer ao partido dos fariseus, Funari e Vasconcelos elucidam que:

Pertencer ao movimento fariseu é muito revelador das convicções de Saul (Paulo). Os fariseus derivam seu nome do hebraico *perushim*, “os separados”, aqueles que se distinguem do povo comum, dos hebreus pouco atentos aos preceitos, bem como do grupo mais próximo à alta cúpula do sacerdócio de Jerusalém, os saduceus. Formavam uma confraria e se chamavam de “companheiros” (*haverim*). Os fariseus acreditavam que as responsabilidades do crente perante a Torá referiam-se a manter os mandamentos divinos (*ha mitzvot*). O conceito de *mitzvá* era central para os fariseus, englobando tanto a obediência aos mandamentos de Deus, como os

---

<sup>126</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013. p. 07 e 08.

<sup>127</sup> YOUNGBLOOD, Ronald F (org.). **Dicionário Ilustrado da Bíblia**. Vários tradutores. São Paulo: Ed. Vida Nova, 2004. 552 p.

<sup>128</sup> YOUNGBLOOD, *Ibidem*; 1271 p.

valores associados a tais indicações divinas. Não é a toa que a confirmação na fé judaica passou a ser conhecida com o nome de *bar mitzvá*, “filho do mandamento ou da aliança” <sup>129</sup>. (VASCONCELOS, FUNARI, 2013, 25-26)

Assim, Paulo, crescido em Tarso, educado aos pés de Gamaliel, fariseu exemplar, tornou-se da nova seita do Nazareno, mais ou menos, com a idade de trinta anos, quando teve a sua experiência de conversão, dirigindo-se à Damasco capital da Síria para perseguir justamente àqueles a quem mais tarde defenderia. (At 9.1-20)

Nessa nova etapa da vida ficará claro através das suas cartas que ele havia trazido consigo o zelo do judaísmo, inculcado por seus pais ainda na infância; a rigidez do farisaísmo estético e político, compreendido na juventude e fase adulta; o conceito militarizado e organizado presente no mundo romano e a cultura vinda através da leitura e vivências com filósofos e poetas, perpassadas pela ética estoica, presentes em sua formação helênica.

A vida de Paulo, desde a infância, na cidade de Tarso, na diáspora judaica, num mundo dominado por romanos, não o isentaria, certamente, de conviver com a escravidão e a manumissão, que eram realidades presentes dentro daqueles contextos. Assim, as instruções paulinas a respeito dos assuntos escravidão e manumissão partirão do que lhe era familiar. Ainda que não diretamente, Paulo instruirá em suas cartas às comunidades cristãs, em como revisitar essas realidades, agora sob a ótica cristã.

Ao que parece, o apóstolo aos gentios era bastante conhecedor da Lei Mosaica e, também, da própria Lei Romana, assim sabia das prescrições a respeito da escravidão e da manumissão. Mas há de se considerar que a escravidão entre judeus se dava através de outros códigos, que não os que vigoravam pela Lei Romana. E também sob a influência helênica de filósofos, como Zenão e o seu estoicismo.

Entendemos que é certo que este vínculo étnico-religioso dos judeus faria diferença na tratativa entre senhor e escravos judeus. Embora, do ponto de vista religioso, restrições importantes eram impostas ao escravo, como por exemplo, não podiam impor as mãos sobre a cabeça da vítima (no ritual judaico), sua presença

---

<sup>129</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013. p. 25-26.

não contava para o número das dez pessoas exigidas para a oração pública e não podiam fazer a leitura da Torá<sup>130</sup>.

Como visto acima, o tempo de servidão de um escravo judeu ao seu senhor também judeu teria o prazo máximo de seis anos, a não ser por acordo firmado entre ambos. A lei judaica pontuava as três vias pelas quais um judeu poderia tornar-se escravo: no caso de furtar sem condição de restituir o equivalente do que fora furtado – e esta era a via mais comum de um judeu tornar-se escravo de outro judeu; vender-se voluntariamente, e neste caso, somente israelitas adultos e que estivessem vivendo em extrema pobreza, e se tivesse esposa e filhos, o dono deveria sustentar também a casa daquele que se tornou seu escravo; e no caso de jovens meninas israelitas com até a idade de 12 anos, estas poderiam ser vendidas pelos pais a outro judeu, desde que, mais tarde, se tornassem esposas de seus donos ou dos filhos destes. No caso de falecimento do amo, a escrava judia, se tornaria livre e proprietária dos seus bens, o que não acontecia com o homem escravo, que passaria a ser posse do filho do falecido<sup>131</sup>. Essas realidades eram bem conhecidas de Paulo.

Já, no caso da escravidão romana, William Westermann elenca outros, e mais, métodos que possibilitavam essa condição social. Métodos que se diferenciavam dos métodos judaicos, também porque se davam por razões diferentes. Pessoas poderiam se tornar escravas por nascimento, assim os filhos dos escravos nascidos dentro dos domínios do senhor, pertenciam a este senhor; por recolhimento de recém-nascidos de monturos, onde a criança indesejada pelo *pater familias*, era dispensada à sorte em monturos, quem a recolhesse tornava-se seu senhor; outros se submetiam voluntariamente a senhores, uma vez que a vida que viviam em liberdade era pior do que estar sujeito à escravidão; havia os que se tornavam escravos por condenação penal; ainda, crianças encontradas perdidas e solitárias, poderiam se tornar escravas de quem as encontrasse; os capturados em guerra eram naturalmente escravos dos romanos e, por fim, aqueles que se autoescravizavam por questões de dívidas. Outra categoria de escravos nessas

---

<sup>130</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravatura no Império Romano**. on-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978. p. 157. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)>. Acessado em 22 jun. 2016.

<sup>131</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. p. 414-416.



sociedades escravistas eram os escravos públicos, que pertenciam ao estado e serviam como atendentes litúrgicos no templo em celebrações religiosas, tanto municipais quanto do império<sup>132</sup>.

Ainda sobre sociedades escravistas, pesquisadores apontam que há uma importante diferença entre as sociedades genuinamente escravistas em relação às sociedades que possuem escravos. As sociedades escravistas são assim denominadas, não pelo número de escravos que possuem, mas em como esses escravos colaboram para a integração e a economia dessas sociedades<sup>133</sup>. Assim, a sociedade judaica, que é uma das bases culturais de Paulo, seria uma sociedade que poderia ter escravos, mas certamente não se tratava de uma sociedade genuinamente escravista, como era a sociedade romana, com a qual o apóstolo tinha também bastante contato. Logo, sua formação multicultural, grego-judaico-latina, certamente orienta seus argumentos em relação à escravidão.

A ética judaica sobre a escravidão era pautada na Lei de Moisés, mas é certo afirmar que os argumentos das cartas paulinas sofriam a influência helênica, especialmente do estoicismo.

No estoicismo encontramos uma doutrina filosófica nascida em Atenas com Zenão no século III A.C., período em que este conceito filosófico é denominado como Estoicismo Antigo; a partir do século II A.C., com a perda da rigidez inicial, é denominado como Estoicismo Médio; e pós-Cristianismo, nos séculos I e II D.C., fica sendo conhecido como Estoicismo da Época Imperial. Neste período se torna essencialmente romano e abandona por completo a Lógica e a Física para interessar-se apenas pela Moral<sup>134</sup>, que está relacionada às condutas apropriadas ao homem<sup>135</sup>. E é inegável o caráter progressista das doutrinas estoicas sobre a igualdade natural de todos os homens e, concretamente, pelo menos a partir do século I A.C., sobre a dignidade dos escravos<sup>136</sup>. É certo que os estoicos tiveram

<sup>132</sup> WESTERMANN, William. **The slave system of Greek and Roman antiquity**. Philadelphia: The American Philosophical Society, 1955. 84 p.

<sup>133</sup> HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. On-line, Ohio: Article Express, nº 1238710. p. 575-607; 2003. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12128028/Paul\\_and\\_Slavery](http://www.academia.edu/12128028/Paul_and_Slavery)>. Acessado em 19 jun. 2016.

<sup>134</sup> BRUN, Jean. **El estoicismo**. Buenos Ayres: Ed. Universidade de Buenos Ayres, 1977; p. 11.

<sup>135</sup> BRUN, *Ibidem*. p. 107e108.

<sup>136</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravatura no Império Romano**. on-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978, 146 p. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)>. Acessado em 22 jun. 2016.

influência na diminuição de tratamento cruel para com os escravos, no interesse da manutenção da escravidão. E, especialmente Sêneca, orientou a Lucílio a ter essa postura, trataremos mais à frente este caso. Os estoicos ainda acreditavam que os homens nasciam livres, não se podendo fazer distinção entre eles<sup>137</sup>.

Sendo assim, o Cristianismo, que é uma religião baseada no judaísmo, possivelmente tenha sofrido influências helênica e latina, uma vez que o contexto no qual se expande são os domínios romano e grego, pois que, a formação cultural paulina passava por esses vieses. Em decorrência disto, os argumentos cristãos paulinos a respeito da escravidão e da manumissão revelam a valoração do ser humano; assim seus argumentos, em alguma medida, se harmonizam com o estoicismo. Mas, entendemos que o objetivo das orientações paulinas às comunidades cristãs nesse particular, diverge dos objetivos propostos pelos filósofos estoicos. Em nossas considerações finais voltaremos a este assunto.

## 2.2 As cartas paulinas

Após sua conversão, Paulo se vê divinamente comissionado a difundir o Cristianismo e terá como sua área de atuação mais intensa a Ásia Menor, helênica e sob o domínio romano, no primeiro século. Talvez o fato de Paulo ter cidadania romana fosse um elemento que contribuiria para um acesso mais amplo às colônias de César espalhadas por aquela região. Tendo como religião inicial o judaísmo, estrategicamente, pós-conversão ao Cristianismo, Paulo visitava as sinagogas espalhadas pela Ásia Menor na intenção de expandir o Cristianismo primeiramente entre os seus patrícios e depois entre os gentios (At 9.20; 14.1; 17.10; 18.26).

Os relatos bíblicos registrados no livro de Atos dos apóstolos mostram a realização de três viagens missionárias dentro da Ásia Menor, realizadas por Paulo. (At 13.4-14.28; 15.39-18.22; 18.23-21.17) Fruto dessas viagens foram conversões de judeus e, sobretudo, gentios ao Cristianismo e o estabelecimento de algumas comunidades (*ekklesias*), para as quais Paulo escreveu cartas, inicialmente para orientá-las sobre diversos assuntos. Estas cartas tornaram-se, depois, a cartilha

---

<sup>137</sup> WOODHOUSE, W. J. Slavery (Roman), in **Encyclopedia of Religion and Ethics**, vol. 11. New York: Scribner's Sons, 1955, p. 625.

doutrinária do Cristianismo, o catecismo através do qual as comunidades organizadas seguiriam sendo orientadas.

No Mundo Antigo as cartas tinham importância fundamental na forma de comunicação<sup>138</sup>. No Novo Testamento, por exemplo, dos vinte e sete livros contidos nele, com exceção aos evangelhos e o Livro de Atos dos Apóstolos, todos os demais são cartas. Como o período da nossa pesquisa se localiza no Principado romano é importante salientar que as composições das cartas contidas no Novo Testamento se deram dentro desse tempo, variando entre o ano 45 e o ano 100 A.D.

Lembramos aqui, brevemente, que há discussões sobre o que de fato pode ser legitimamente de autoria paulina e o que não poderia ser-lhe atribuído historicamente. Assim, diferentemente do que pensam alguns especialistas como Carson<sup>139</sup>, Bruce<sup>140</sup>, Stott<sup>141</sup> dentre tantos outros, que atribuem a Paulo a autoria de treze cartas no Novo Testamento, argumentando que desde o século I até início do século XVIII não houve divergência sobre essa posição; historiadores como Vasconcellos e Funari<sup>142</sup>, Crossan e Reed<sup>143</sup>, Philipp Vielhauer<sup>144</sup>, dentre outros tantos, entendem que, das treze cartas presentes no NT que são atribuídas a Paulo, somente sete – a saber, Romanos, I e II Coríntios, Gálatas, Filipenses, I Tessalonicenses e Filemon – podem ser consideradas autênticas, sendo, as demais, deuteropaulinas.

Além disso, há os que entendem que poucos escritos do Novo Testamento podem ser considerados obras apostólicas de fato; é o caso do historiador alemão

<sup>138</sup> CHEVITARESE, André. **Cristianismos: questões e debates metodológicos**. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2011. 124 p.

<sup>139</sup> CARSON, Donald; MOO, Douglas J.; MORIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997; p. 241.

<sup>140</sup> BRUCE, F. F. **Paulo, o apóstolo da graça: sua vida, cartas e teologia**. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Shedd Publicações, 2003; p.12.

<sup>141</sup> STOTT, John R. W. **A mensagem de I Timóteo e Tito**. Tradução de Milton Azevedo de Andrade. São Paulo: ABU Editora, 2004; p. 16.

<sup>142</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013. p. 22,23.

<sup>143</sup> CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. **Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007; p. 105.

<sup>144</sup> VIELHAUER, Philipp. **A história da literatura cristã primitiva: introdução ao Novo Testamento, aos apócrifos e aos Pais Apostólicos**. Tradução: Ilson Kayser. São Paulo: Academia Cristã, 2005; p. 96,97.

Ferdinand Baur, que considera apenas cinco livros de todo o Novo Testamento como legitimamente apostólicos: Romanos, I e II Coríntios, Gálatas e Apocalipse<sup>145</sup>.

Os argumentos dos teólogos e historiadores que admitem a autenticidade de todos os livros do NT como sendo paulinos são baseados no fato de que desde o século I até o início do século XIX a autoria paulina era universalmente aceita, e foi somente a partir do começo do século XVIII que estudiosos alemães, como os próprios Baur, Barth<sup>146</sup>, Houlden<sup>147</sup> e outros, começaram a questionar a autenticidade de algumas de suas cartas.

Para citar apenas uma delas, por exemplo, a carta aos Efésios, alguns desses historiadores advogam que o vocábulo, o estilo e os conteúdos próprios de Paulo ali não ocorrem, nem as palavras prediletas do apóstolo podem ser encontradas nesta carta<sup>148</sup>. Já, para os que defendem a autenticidade paulina da carta, os argumentos dos alemães são bastante subjetivos, uma vez que Paulo tem uma mente muito criativa, sendo capaz de transitar por variados estilos com riqueza de vocabulário; e que, temas diferentes requerem palavras diferentes e circunstâncias alteradas requerem vocabulário próprio<sup>149</sup>.

Assim, os estudiosos que defendem que as cartas presentes no NT são autenticamente paulinas se valem inclusive do próprio estilo usado na escrita do documento, na erudição presente nas cartas e em assuntos similares recorrentes em todas elas<sup>150</sup>. O teólogo anglicano, o britânico John Stott, em seus argumentos afirma que:

(...) a antiga visão de que essas cartas são autenticamente paulinas recusam-se a desvanecer. Durante o século XX uma vigorosa defesa foi montada por eruditos, tanto evangélicos quanto católicos, dentre eles destacam-se Newport J.D. White (1910), Walter Lock (1924), Joachim Jeremias (1934), C. Spicq (1947), E. K. Simpson (1954), Donald Guthrie (1957), William Hendricksen (1957), J. N. D. Kelly (1963), Gordon D. Fee (1984), Thomas C. Oden (1989), George W. Knight (1992) e Philip H. Towner (1994). Enquanto que os

---

<sup>145</sup> ELLIS, Edward Earle. **History and interpretation in New Testament perspective**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 200. p. 42-43.

<sup>146</sup> BARTH, Markus. **The broken wall: a study of epistle of Ephesians**. United Kingdom: Collins, 1960. 12 p.

<sup>147</sup> HOULDEN, J. H. **The Pelican New Testament Commentaries**. Paul's Letters from prison: Philippians, Colossians, Philemon and Ephesians. London: 1970. 235 p.

<sup>148</sup> HOULDEN, *Ibidem*; p.106.

<sup>149</sup> STOTT, John. R. W. **A mensagem de Efésios**. São Paulo: ABU Editora; 5ª edição, p. 2.

<sup>150</sup> STOTT, *ibidem*; 02 p.

argumentos contrários à autenticidade paulina passam por questões históricas, linguísticas, teológicas e éticas <sup>151</sup>. (STOTT, 2004, p. 16)

Esse debate ocorre especialmente entre acadêmicos seculares e acadêmicos cristãos, mas independentemente dos seus pontos de vista, os principais argumentos paulinos sobre escravidão e manumissão se encontram em cartas consideradas por ambos os grupos como autênticas, sendo I e II Coríntios, Gálatas e, especialmente, a carta escrita a Filemon, onde se encontra o objeto principal do nosso estudo, a saber, o escravo Onésimo que, possivelmente, foi beneficiado com a manumissão.

E o que não pode ser negado é que, além da Carta a Filemon, todos os demais documentos que compõe o Novo Testamento, atribuídos a Paulo ou não, têm valor histórico dentro do recorte temporal da nossa pesquisa e pode iluminar, de algum modo, o que se pretende estudar sobre a escravidão e a manumissão.

## 2.3 Escravidão no NT

No Novo Testamento uma série de textos abordam a escravidão, tanto de modo metafórico como de modo literal. E, a partir das informações pesquisadas nesse trecho dos textos bíblicos, temos de lidar com alguns elementos que estarão presentes no modo como Paulo abordará a escravidão e a manumissão.

Sabemos que Paulo é de origem religiosa judaica, logo, conhece o que prescreve a lei judaica a respeito da escravidão e da libertação de escravos, como já mostrou Joachim Jeremias<sup>152</sup>. Paulo, embora de origem judaica, da tribo de Benjamim (Fp 3.5)<sup>153</sup>, desde a sua infância até a juventude, cresce na diáspora judaica, na cidade de Tarso, na Ásia Menor, ou seja, para além de uma cultura judaica, também é helenizado; e, ainda, tanto o seu judaísmo quanto seu helenismo, estão sob o domínio romano, assim, o terceiro elemento cultural que forma o pensamento paulino é a cultura latina. O modo como o apóstolo vai desenvolver

---

<sup>151</sup> STOTT, John. R. W. **A mensagem de I Timóteo e Tito**. Tradução de Milton Azevedo de Andrade. São Paulo: ABU Editora, 2004. 16 p.

<sup>152</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. 414 p.

<sup>153</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 2036-2037

seus argumentos, necessariamente, terá esse viés tríplice que, ao fim e ao cabo, será o seu parecer sobre os assuntos que tratará em suas cartas.

Os primeiros discípulos não admitiam que os gentios (não judeus) também deveriam ser alcançados pelo Messias (Cristo), antes, imaginavam que o Messias viera exclusivamente para os judeus. Tanto que Pedro só se dispôs a visitar o centurião romano Cornélio depois de ser divinamente advertido (Atos 10)<sup>154</sup>. E Paulo se tornou o apóstolo aos gentios por conta de uma revelação divina (Gl 2.8<sup>155</sup>; Cl 1.26-29<sup>156</sup>).

À época, esta nova condição deixava aos de origem judaica confusos e resistentes. E Pedro é um destes e, mesmo depois da experiência na casa de Cornélio, Paulo tem de repreendê-lo por conta do preconceito que percebeu nele ao se afastar dos crentes gentios em Antioquia. Pedro deixou de comer com eles. Não sabemos se tratava-se da Ceia estabelecida por Jesus, ou se de uma refeição comum. Mas, fato é que quando chegaram àquela comunidade gente da circuncisão, ou seja, judeus ortodoxos convertidos ao Cristianismo, aos quais, Paulo chama de “os da parte de Tiago”, Pedro se afastou deles (Gl 2.11,12<sup>157</sup>). Essas novas realidades terão implicações sociais importantes, inclusive sobre questões relacionadas à escravidão e à manumissão.

Ora, para os judeus a prescrição legal mosaica já lhes bastava, mas agora, com a possível conversão de pagãos à fé cristã, como se dará essa nova legislação? Como seria, a partir dessas novas realidades, cear com escravos, libertos, cidadãos, livres, eunucos, gente de outras e variadas nações? Por isso Paulo, com sua cultura e experiência fora do ambiente judaico tradicional, será fundamental para legislar sobre o assunto.

As cartas que ele escreve são para comunidades ou pastores localizados na Ásia Menor, portanto sob a legislação romana. De todo modo, ainda que isto seja uma realidade, em suas recomendações aos cristãos dessas comunidades, a lei romana não será um elemento a ser considerado.

---

<sup>154</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 1871-1875.

<sup>155</sup> *Ibidem*; 2007 p.

<sup>156</sup> *Ibidem*; 2044 p.

<sup>157</sup> *Ibidem*; 2008 p.

Joaquim Jeremias elucida que a expressiva maioria de escravos presentes em Jerusalém vinha de outras localidades:

Escravos de ambos os sexos vinham principalmente da Síria, passando por Tiro, muitas vezes chegavam de mais longe e passavam como mercadoria em trânsito, pelo grande mercado de escravos em Tiro. A importância dessa classe representou papel considerável: havia em Jerusalém uma pedra onde os expunha para a venda pública<sup>158</sup>.

Em nossa investigação percebemos que os termos escravos, livres, escravidão, manumissão e afins, no Novo Testamento, precisam ser diferenciados, uma vez que são utilizados tanto para situações literais e como de modo metafórico.

E mesmo as citações feitas por Jesus a respeito de escravos tratam-se mais de uma referência sobre o *status quo*, sem qualquer indicação imediata de aprovação ou condenação<sup>159</sup>. Em duas ocasiões, por exemplo, os escritos dos evangelistas, mostram que Jesus realizou cura em escravos. Numa delas o escravo pertencia a um centurião romano e na outra, tratava-se de um escravo do sumo sacerdote que fora enviado para prender Jesus (Mt 8:5-13<sup>160</sup>; Lc 22:50-51<sup>161</sup>).

No primeiro caso citado, o evangelho de Mateus, mostra que um centurião intercedeu a Jesus por seu escravo. Isto revela que existiam diferentes tratativas entre senhores e escravos. Assim, se alguns eram rudes com seus escravos, outros poderiam ser mais amigáveis. Porém, não se pode desconsiderar totalmente a possibilidade de que o interesse primeiro na cura do seu servo fosse com relação à utilidade e o valor de mercado dele para o seu senhor. Lembremos também que, neste caso, não era um senhor judeu quem intercedia e sim romano, e não sabemos qual a origem étnica do escravo.

Na passagem bíblica escrita no evangelho de Lucas, um soldado citado, servo do Sumo Sacerdote, tem a orelha decepada por Pedro, quando os homens da

---

<sup>158</sup> JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983. 54 p.

<sup>159</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravatura no Império Romano**. on-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978, 146 p. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)>. Acessado em 22 jun 2016.

<sup>160</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 1629-1630.

<sup>161</sup> *Ibidem*; 1776 p.

parte daquele religioso foram enviados para prender Jesus no Jardim do Getsêmani. O texto diz que Jesus cura-o *colando* a orelha que lhe fora decepada. Assim, pela passagem, entendemos que o sumo sacerdote tinha, ao menos, um escravo. Malco era o seu nome, citado em passagem paralela no evangelho de João (Jo 18.10<sup>162</sup>).

As passagens acima tratam de experiências pessoais tidas por Jesus, mas Ele se valeu de personagens escravos em muitas das suas parábolas e ensinamentos. Citando alguns exemplos, Ele disse em certa ocasião que “o discípulo não era mais do que seu mestre, nem o escravo maior do que o seu senhor” (Mt 10.24<sup>163</sup>); quando o vizinho inimigo de um fazendeiro, por inveja, semeou joio em sua plantação de trigo, os escravos deste fazendeiro perguntam-lhe se queria que arrancassem o joio plantado (Mt 13.25-27<sup>164</sup>); ele ainda mostra que há escravos coletores, citados na passagem do evangelista Mateus (Mt 21.34-36<sup>165</sup>); explica que felizes serão os escravos que forem encontrados vigiando quando do retorno do seu senhor (Lc 12.37<sup>166</sup>); na passagem do filho pródigo que retorna ao lar, o pai manda que seus escravos acudam ao jovem que retorna à casa (Lc 15. 22<sup>167</sup>); ainda, ele faz o contraste entre o senhor e o escravo, mostrando a incoerência do senhor servir ao seu escravo em passagem registrada pelo evangelista Lucas (Lc 17.7-10<sup>168</sup>). Em todas essas passagens o termo grego utilizado é *doulos*, que é traduzido pelas palavras escravo ou servo.

## 2.4 Escravos na literatura paulina

O leitor atento das cartas paulinas perceberá que o autor bíblico usa de modo recorrente o termo *escravo*.

Ora, se Paulo e os demais autores do Novo Testamento usam tantas vezes o termo *doulos* (escravo), isto faz eco à época e contexto em que se encontravam. A

---

<sup>162</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1829 p.

<sup>163</sup> *Ibidem*; 1633 p.

<sup>164</sup> *Ibidem*; 1639 p.

<sup>165</sup> *Ibidem*; 1653 p.

<sup>166</sup> *Ibidem*; 1755 p.

<sup>167</sup> *Ibidem*; 1760 p.

<sup>168</sup> *Ibidem*; 1764 p.



sociedade na qual estão imersos trata-se de uma sociedade escravista, logo muitos dos exemplos presentes nos seus escritos, de sujeição, respeito, temor, reverência, dependência etc. encontrarão sentido na metáfora do escravo – *doulos*. Assim, essa palavra terá um efeito muito didático na ética aplicada do Cristianismo apresentado por Paulo aos seus leitores e/ou ouvintes.

Os textos de Paulo contemplam cerca de trinta vezes<sup>169</sup> o termo grego *doulos* (escravo) e seus cognatos, no sentido de alguém que vive permanentemente numa relação de serviço ou pertencimento em relação a outrem<sup>170</sup>. E, somente uma vez o termo *apeleutheros* (liberto) é contemplado nos escritos Paulinos, a saber, em I Coríntios 7.22<sup>171</sup>.

Entendemos que há nessa relação entre senhor e escravo, especialmente nas cartas paulinas, um sentido figurado, onde o apóstolo retrata a relação entre o crente e Cristo e vice-versa, diferente do uso secular do termo, que revela uma relação natural de servilismo entre o escravo e o seu senhor<sup>172</sup>.

Um exemplo disto está registrado na carta que Paulo escreve aos Gálatas, datada entre 45 e 50 A.D.<sup>173</sup> Em seu argumento sobre a realidade dos que se tornam cristãos, ele dirá que “não há judeu nem grego, escravo nem livre, homem nem mulher; pois todos são um em Cristo Jesus.” (Gl 3.28<sup>174</sup>); assim, nesse texto, sua ênfase está em destacar que a metáfora da liberdade que há em Cristo, estabelece igualdade entre os homens que se convertem ao evangelho.

---

<sup>169</sup>BROWN, Colin. COENEN, Lothar. (orgs.) Tradução: Gordon Chown. **Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento**. 2ª Edição. São Paulo: Edições Vida Nova, 2000. 676 p.

<sup>170</sup>ZHODIATES, Spiros. **The Complete WordStudy Dictionary: New Testament**, Iowa: World Bible Publishers, 1994. 483 p.

<sup>171</sup>BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1963 p.

<sup>172</sup>SUPER, Joseph Francis. **Slavery and manumission in the Pre-Constantine Church**. Eleutheria: Vol 2, Iss. 2, Article 2; <<http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1074&context=eleu>>. Acessado em 22 jun. 2016.

<sup>173</sup>CARSON, Donald; MOO, Douglas J.; MORIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997. 326 p.

<sup>174</sup>BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2010 p.

O historiador J. Albert Harrill se vale de um texto presente na Primeira Carta aos Coríntios, no capítulo 7, versículos 20 a 24, para defender seus argumentos. O texto, na tradução da Bíblia de Jerusalém<sup>175</sup>, diz:

20. Permaneça cada um na condição em que se encontrava quando foi chamado. 21. Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isto. Ao contrário, ainda que te pudesses tornar livre, procura antes tirar proveito da tua condição de escravo. 22. Pois, aquele que era escravo quando chamado no Senhor é um liberto no Senhor. Da mesma forma, aquele que é livre quando foi chamado é um escravo de Cristo. 23. Alguém pagou alto preço pelo vosso resgate; não vos torneis escravos dos homens. 24. Irmãos, cada um permaneça diante de Deus na condição em que se encontrava quando foi chamado.

Com base nesse texto, Harrill entende que Paulo aceitava a possibilidade, e incentivava à manumissão de escravos do ponto de vista legal, não em oposição à instituição e à ideologia da escravidão presentes em sua época, naquele mundo romano; mas incorporando tanto à institucionalização, quanto a prática vigente de manumissão à sua teologia. Mas, ele ainda exortava os escravos a permanecerem como estavam. Isto talvez seria mais um elemento de fé, reforçando a ideia de que Cristo estava na eminência de voltar e traria consigo os valores do reino de Deus e assim, faria as mudanças necessárias naquela sociedade tão injusta<sup>176</sup>.

Devemos lembrar que quando Paulo pensa nas autoridades, quer sejam romanas ou outras, ele advoga com veemência que estas deveriam ser respeitadas e honradas, pois as autoridades eram servas de Deus, estabelecidas para proteger os que praticavam o bem (Rm 13.1-4<sup>177</sup>).

Mas, por outro lado, embora, segundo Harrill, não houvesse um “incentivo” explícito apostólico para a manumissão, Henri Wallon entendeu que o Cristianismo foi a causa primeira das melhorias oferecidas aos escravos no período do Principado romano<sup>178</sup>.

---

<sup>175</sup> BIBLIA. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. Antigo e Novo Testamentos. 2ª impressão. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. 2156 p.

<sup>176</sup> HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. On-line. Ohio: Article Express, nº 1238710; 2003. Disponível em: [http://www.academia.edu/12128028/Paul\\_and\\_Slavery](http://www.academia.edu/12128028/Paul_and_Slavery)>. Acessado em 19 jun. 2016. 588 p.

<sup>177</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 1943-1944.

<sup>178</sup> WALLON, Henri. **Histoire de l'esclavage dans l'antiquité**. Paris: Librairie Hachette, 1879. p. 37.

A leitura feita por Inácio mostra que, pela experiência que tinha, uma vez que fora bispo de Antioquia durante décadas e agora estava sendo levado ao martírio em Roma, os escravos poderiam ser oportunistas e, como em qualquer instituição, a igreja não escapava à condição de se tornar um ambiente de possibilidades interessantes aos maus intencionados.

Sabemos, então, por essas leituras que embora não houvesse incentivo dogmático por parte dos apóstolos para se acabar com a escravidão, o Cristianismo, aos poucos, foi se consolidando como um instrumento social importante para a diminuição dos abusos praticados na escravidão e, com o passar do tempo, talvez o Cristianismo se consolidou como instrumento para a extinção da escravatura.

Yvon Thébert, comentando sobre Sêneca, que foi jurista romano contemporâneo a Paulo de Tarso, argumenta que nos discursos sobre a escravidão, nada há que coloque em questão ou causa a escravatura, os discursos serão para reforçá-la. E ainda mais que, reconhecer uma alma ao escravo, permite localizar nessa alma sua liberdade, liberdade espiritual que ninguém lhe pode roubar, mas que não entrava minimamente o funcionamento das relações sociais<sup>179</sup>.

A realidade mostrava que a classe dominante, os senhores, foi percebendo a necessidade de se exercer uma pressão moral sobre os escravos e não violenta, uma vez que os escravos eram cada vez menos controlados por uma disciplina rígida de açoites, prisões e imposição dos piores sofrimentos. Temos o exemplo de Sêneca que em sua Carta 47 a Lucílio dedica-se ao problema da escravidão, especialmente. E o ponto de partida é o apelo àquilo que se convertera num lugar comum no pensamento helenístico: a igualdade entre os homens<sup>180</sup>.

Talvez os autores portugueses, Anacleto de Oliveira e Rogério Oliveira, tenham razão em seus argumentos quando mostram que em muitas passagens de todo Novo Testamento, as ênfases tanto de Jesus quanto a apostólica, recaem sobre a igualdade, a fraternidade, o amor. Essas passagens revelavam, especialmente, um cuidado mútuo e necessário, e até dogmático, a ser praticado naquelas novas comunidades cristãs<sup>181</sup>.

---

<sup>179</sup> GIARDINA, Andrea. (Org.). **O homem romano**. Trad. Maria Jorge Villar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991. 136 p.

<sup>180</sup> *Ibidem*; 135 p.

<sup>181</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravatura no Império Romano**. On-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978; p. 165; Disponível em: <

Assim, nossa pesquisa tem percebido também como hipótese que manumissões pontuais entre senhores cristãos e seus escravos, aos poucos, tornaram-se questões de ordem consuetudinárias; que, por sua vez, mais tarde se transformaria noutro elemento, à época, legal: a *Manumissio Ecclesiae*, lei estabelecida pelo Imperador Constantino que dava condição a cristãos escravos de se tornarem cidadãos livres<sup>182</sup>.

É correto afirmar que todos os povos são regidos por leis e por costumes, como nos orienta o *Digesto* de Justiniano<sup>183</sup>. Assim, muitas vezes, questões de costume se tornam lei. As questões consuetudinárias, em muitas situações, têm mais peso do que a prescrição legal, de modo que a lei vigente é quebrada mais frequentemente do que podemos imaginar; enquanto que outra lei pode se estabelecer em círculos de relacionamentos mais intimistas.

Um exemplo importante é a carta que Paulo escreve aos gálatas; esta carta, basicamente, foi escrita para corrigir o equívoco de que alguns elementos da Lei de Moisés, especialmente a circuncisão, eram complementos do Cristianismo. Diante disto, Paulo chega a ser duro em suas palavras com os crentes da Galácia e uma questão é pontuada por ele, que pode aspergir um pouco de luz sobre suas ideias, ele diz:

Mas, quando chegou a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido debaixo da lei, a fim de redimir os que estavam sob a lei, para que recebêssemos a adoção de filhos. (Gl 4.4,5)

Ora, fato é que Paulo aqui está explicando que Jesus, considerado por ele Filho de Deus, nascido de Maria, era judeu, portanto, praticante da Lei de Moisés. Ele teve a missão de libertar da Lei de Moisés os que nele acreditassem, tornando-os filhos adotivos de Deus. Libertar, como explica Paulo, através da Lei, pois os homens sabiam que haviam transgredido alguma regra. O argumento de Paulo mostra que em Cristo, não há mais a necessidade de seguir a Lei Judaica e sim a Lei do Amor, explicada por Jesus e reforçada por ele mesmo (Mc 12.29-33; I Co 13).

---

[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)>. Acessado em 22 jun. 2016.

<sup>182</sup> HARPER, Kyle. **Slave in the late Roman world: AD 275 – 425**. Cambridge: Cambridge University Press, 211. 477p.

<sup>183</sup> JUSTINIANO. **DIGESTO: liber primus**. Tradução: Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Osasco: UNIFIEO, 2002. 21 p.

Ora, esta é certamente uma metáfora do que aconteceria a qualquer pessoa que, mesmo sendo escrava ou liberta, uma vez que cresse em Jesus de Nazaré, passaria a não mais ser escrava do pecado e, se tornaria filho de Deus por adoção. Assim, libertadas do pecado, se tornariam escravas de Cristo.

Paulo se vale desta metáfora, pois os gálatas estavam voltando às práticas judaicas, dentre elas a da circuncisão, então argumenta que se assim procedem, devem observar toda a lei de Moisés (Gl 5.3<sup>184</sup>). Noutras palavras, ele se vale da metáfora da escravidão para explicar que enquanto em Cristo há liberdade, na Lei de Moisés há escravidão. E, embora a carta não trate diretamente sobre a questão social do escravo e o papel deste na sociedade, ela pode ser usada para que tenhamos uma compreensão sobre o ponto de vista do apóstolo, a respeito da escravidão e da possibilidade da manumissão.

E também porque há muitas passagens no Novo Testamento que mostram que havia conversão de diversas personagens, juntamente com as suas casas, isto pode significar que muitos dos escravos que passaram a pertencer às comunidades cristãs seguiam seus senhores, o que seria natural dentro da sociedade judaico-romana, onde a instituição familiar exercia papel social fundamental<sup>185</sup>.

Por exemplo, boa parte dos membros da congregação de Corinto era composta de escravos e escravas; sendo poucos sábios, poderosos ou de nobre nascimento (I Co 1.26<sup>186</sup>); assim, a maioria de membros daquela comunidade é composta de gente simples. A fé cristã, que alcançava os mais simples e pobres, também, alcançava alguns cultos e abastados, portanto, é certo que muitos desses abastados eram senhores de escravos e, com o passar do tempo, pela pregação da igualdade, foram sendo constrangidos a manumitir escravos. Os cristãos, de modo geral, viam em Deus o Pai de todos os homens<sup>187</sup>. E, pelo menos metade dos que

---

<sup>184</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2012 p.

<sup>185</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravatura no Império Romano**. on-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978; p. 164; Disponível em: < [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)>. Acessado em 22 jun. 2016.

<sup>186</sup> *Op. Cit*, 1955 p.

<sup>187</sup> WESTERMANN, W. L. **Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philladelphia: Independence Square, 1955. 161 p.

enviam saudações aos cristãos de Roma, elencados na Carta aos Romanos, tem nomes muito comuns a escravos e a libertos (Romanos 16.1-16<sup>188</sup>).

---

<sup>188</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1948-1949 p.



### 3. O caso de Onésimo na carta a Filemon

Algumas perguntas que devemos fazer a esta carta antes de uma análise mais criteriosa do problema histórico que ela coloca, passariam pela autoria, local em que fora escrita, quem seria seu destinatário e seu portador. Outras questões que estão para além desses detalhes técnicos são as relacionadas à interpretação da mesma. Diante disso surge ainda outra questão: será que esse documento pode ser tratado como um dogma aos senhores de escravos daquele contexto?

Presume-se que a carta de Paulo a Filemon tenha sido escrita entre meados dos anos 50 e começo dos anos 60 A.D., a depender da prisão em que Paulo se encontrava, se em Roma, Cesareia ou Éfeso. Portanto, foi escrita durante o governo do Imperador Nero que reinou de 54 a 68 A.D.

Nero Claudio Cesar, este mesmo imperador que teve seu governo, inicialmente, bem assistido pelo auxílio do filósofo Sêneca, mas que enlouqueceu após o incêndio em Roma. Acusando os cristãos do incêndio promoveu perseguições contra estes, assassinou a própria mãe, a esposa, condenou Sêneca ao suicídio, acusando-o de conspiração e, depois de tantos desvarios, cometeu suicídio com os avanços das tropas de Galba, que viria a ser o próximo imperador<sup>189</sup>.

Dentro desse contexto, ao lermos esta carta escrita ao seu amigo Filemon, na mesma época em que Nero está no poder, será que Paulo de Tarso se atreveria a criar um modelo de *práxis* aos cristãos senhores de escravos? Lembremos que, embora o Cristianismo ainda tivesse pouca idade, talvez trinta anos desde a morte do seu fundador – Jesus de Nazaré, já mostrava certa capilaridade e influência durante o governo de Nero. Mas, segue esta dúvida durante nossa pesquisa.

Pensando no autor da carta que, embora na Galácia e em Corinto tenha encontrado problemas e resistências em relação ao reconhecimento de sua autoridade apostólica (Gl 1.1<sup>190</sup>; I Co 1.1<sup>191</sup>), nas demais comunidades não era este

---

<sup>189</sup> SUETÔNIO tranquilo. Caio, **A vida dos doze Césares**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006. pp. 279-322

<sup>190</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2006 p.

<sup>191</sup> *Ibidem*; 1954 p.



o caso. Aliás, o autor de Atos dos apóstolos dirá que já os primeiros convertidos, se dedicavam ao ensino dos apóstolos e à comunhão, ao partir do pão e às orações (At. 2.42<sup>192</sup>). O ensino dos apóstolos era a orientação de como os participantes das comunidades deveriam proceder.

Ora, se Paulo se converteu mais ou menos nos anos 30, a carta foi escrita pelo menos vinte anos depois de sua experiência de conversão. Assim, passadas duas décadas, o apóstolo é uma autoridade consolidada na igreja, especialmente por conta das suas ideias, dos seus escritos, dos seus avanços missionários e de tudo quanto vinha sofrendo por causa do evangelho que insistia em pregar. Logo, uma orientação desse líder tão importante da igreja poderia sim se transformar num dogma.

Lembremos que as cartas, ainda que pessoais, poderiam mesmo diante dessa peculiaridade, serem lidas nas comunidades. Ou, como no caso da carta a Filemon, ao citar nominalmente outras pessoas da liderança daquela comunidade junto a Filemon, como é o caso de Ápia e Arquipo, o fato de Paulo nomeá-los parece sugerir que eles também tomariam contato com a carta<sup>193</sup>.

É certo afirmar que esta carta é bastante intimista. Paulo tem uma amizade especial com Filemon, o que fica evidenciado no modo como escreve o documento. E por isto também que, nesta carta escrita ao seu amigo, mais do que sugestão, Paulo constrange-o a perdoar o escravo Onésimo e quase que exige que deva tratá-lo como um irmão. Isto já poderia ser considerado como um divisor de águas, um elemento absolutamente novo na sociedade romana, cuja mecânica social dependia da escravidão nos moldes como vinha acontecendo. O trecho do texto que segue chama a nossa atenção para este fato:

Talvez ele (Onésimo) tenha sido tirado de ti por um pouco de tempo, a fim de que o recuperasses para sempre, não mais como escravo, mas bem melhor do que como escravo, como um irmão amado: muitíssimo para mim e tanto mais para ti, segundo a carne e segundo o Senhor. Portanto, se me consideras teu amigo, recebe-o como se fosse a mim mesmo. (...) Eu te escrevo certo da tua obediência e sabendo que

---

<sup>192</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1855 p.

<sup>193</sup> CHEVITARESE, André. **Cristianismos: questões e debates metodológicos**. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2011, 128p.

farás ainda mais do que te peço<sup>194</sup>. (Fm 15-17, 21, tradução nossa)<sup>195</sup>

Em nossa pesquisa percebemos que palavras como alforria, libertação ou seus cognatos não estão presentes no texto original, mas que o pedido de Paulo a Filemon, neste trecho trata-se de um apelo para que libertasse seu escravo, está suficientemente claro<sup>196</sup>.

Outro problema que temos com as ausências do texto está relacionado ao que, de fato aconteceu: se Onésimo fugiu ou não. O tipo de trabalho que o escravo Onésimo desenvolvia não se sabe, mas possivelmente trata-se de um escravo doméstico, dentro de uma cidade, que estava retornando espontaneamente ao seu dono, em sua casa. Ao contrário do que acontecia no caso de alguns escravos serem mensageiros, pois muitos fugiam dos seus donos enquanto levavam correspondências a seu mando<sup>197</sup>, Onésimo percorre as vias às avessas, pois de ladrão fugitivo, se torna mensageiro de Paulo, a ponto de levar responsavelmente às mãos do seu senhor, a quem defraudou, a carta escrita pelo apóstolo.

A historiadora Monique Clavel-Lévêque diz que um dos problemas colocados sobre o caso de Onésimo é o tipo de trabalho prestado por ele, pois as habilidades dos trabalhadores em suas atividades diversas (os alfabetizados de modo geral, bibliotecários e pedagogos, escravos de confiança, mensageiros e confidentes etc.) que determinam fundamentalmente o grau, natureza e a forma de exploração de cada escravo<sup>198</sup>. Assim, embora não saibamos especificar qual tipo de tarefa Onésimo exercia, suas atividades eram ligadas diretamente ao cotidiano de uma

---

<sup>194</sup> O texto original traz a seguinte construção dos versículos 15-17 e 21: τάχα γὰρ διὰ τοῦτο ἐχωρίσθη πρὸς ὥραν, ἵνα αἰώνιον αὐτὸν ἀπέχης, οὐκέτι ὡς δοῦλον ἀλλ' ὑπὲρ δοῦλον, ἀδελφὸν ἀγαπητόν, μάλιστα ἐμοί, πόσω δὲ μᾶλλον σοὶ καὶ ἐν σαρκὶ καὶ ἐν κυρίῳ. εἰ οὖν με ἔχεις κοινωνόν, προσλαβοῦ αὐτόν ὡς ἐμέ. Πειποιθὼς τῇ ὑπακοῇ σου ἔγραψά σοι, εἰδὼς ὅτι καὶ ὑπὲρ ᾧ λέγω ποιήσεις. ALAND, Barbara. ALAND, Kurt. KARAVIDOPOULOS, Johannes. MARTINI, Carlo M. & METZGER, Bruce M. eds. **Nestle-Aland – Novum Testamentum Graece**. 28th revised ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.

<sup>195</sup> A NVI traduz da seguinte maneira o texto: talvez ele tenha sido separado de você por algum tempo, para que você o tivesse de volta para sempre, não mais como escravo, como irmão amado. Para mim ele é um irmão muito amado, e ainda mais para você, tanto quanto pessoa, como quanto cristão. Assim se você me considera companheiro na fé, receba-o como se estivesse recebendo a mim. Escrevo-lhe certo de que você me obedecerá, sabendo que fará ainda mais do que lhe peço.

<sup>196</sup> VIELHAUER, Philipp. **A história da literatura cristã primitiva: introdução ao Novo Testamento, aos apócrifos e aos Pais Apostólicos**. Tradução: Ilson Kayser. São Paulo: Academia Cristã, 2005. 203 p.

<sup>197</sup> CHEVITARESE, André. **Cristianismos: questões e debates metodológicos**. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2011. 125 p.

<sup>198</sup> CLAVEL-LÉVÊQUE. **Monique, La lettre de Paul à Philémon et les rapports esclavagistes**. Dialogues d'histoire ancienne, Paris, vol. 7. p. 221-233, 1981.

casa de alguém de posses. Aparentemente este o caso de Filemon, que incluía um quarto de hóspedes em sua residência (Fm 22<sup>199</sup>).

O endereço onde morava Filemon, senhor de Onésimo, não se sabe. O comentário de Ferdinand Baur está em consonância com a maioria dos autores que admitem a cidade de Colossos como a cidade de Filemon, portanto, também de Onésimo:

A epístola a Filemon tem seu lugar ao lado das epístolas aos Efésios, aos Colossenses e aos Filipenses, e é considerada um escrito de Paulo durante o seu cativeiro em Roma. Ela está conectada mais intimamente a Epístola aos Colossenses; e Filemon, de acordo com a maioria dos estudiosos tratava-se de um membro da Igreja em Colossos. (...) E não há dúvida de que a pessoa citada em Cl 4. 9, trata-se do mesmo Onesimus (da epístola a Filemon)<sup>200</sup>.

Originalmente esta cidade, bem como Hierápolis e Laodicéia, fazia parte da Frígia que, à época de Paulo era parte da província romana da Ásia, embora o apóstolo nunca tenha feito missão na mesma<sup>201</sup>; elas estavam situadas no vale do rio Lico<sup>202</sup>. A cidade de Colossos era próspera, já nos dias de Xerxes I, rei da Pérsia que reinou de 485 a 465 A.C., Heródoto a nomeará como a grande cidade da Frígia<sup>203</sup> e Xenofonte<sup>204</sup> como cidade habitada, próspera e grandiosa.

Tentando responder as questões colocadas acima sobre a autoria, é lugar comum admitir Paulo de Tarso como autor da carta. Já o local de onde fora escrita, não se pode afirmar categoricamente que foi Éfeso pela proximidade de Colossos ou Cesaréia. Os argumentos de Baur e de Hendriksen, baseado no texto paralelo de Atos dos Apóstolos, nos parecem mais convincentes:

---

<sup>199</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2090 p.

<sup>200</sup> BAUR, Ferdinand Christian. **Paul, the apostle of Jesus Christ: his life and the work, his epistles and his doctrine**. Translated from the German by Rev. A. Menzies. Vol. II. Edinburgh, London: William and Norgate, 1875. 80 p.

<sup>201</sup> VIELHAUER, Philipp. **A história da literatura cristã primitiva: introdução ao Novo Testamento, aos apócrifos e aos Pais Apostólicos**. Tradução: Ilson Kayser. São Paulo: Academia Cristã, 2005. 202 p.

<sup>202</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: exposição de Colossenses e Filemon**. Tradução: Ézia Cunha Mullins. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1993. 265 p.

<sup>203</sup> HERÓDOTO. História. **Traduzido do grego por Pierre Henri Larcher**. On-line. Versão para o português de J. Brito Broca. BRASIL: EBOOKS, 2006. 528 p. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>>. Acessado em 27 nov. 2017.

<sup>204</sup> JENOFONTE. **Anabasis**. Tradução: Ramón Bach Peliccer. Madrid: Gredos, 1982. p. 43-44.

A medida da liberdade gozada por Paulo se harmoniza com o relatório de sua condição em Roma (At 28.30-31), mas não com o seu encarceramento em Cesareia (At 24-26). A presença de Lucas é injustificável se estas cartas foram remetidas de uma prisão em Éfeso, pois Lucas nos tem remetido uma narrativa um tanto detalhada do ministério de Paulo naquela cidade (At 19), mas não diz nada sobre seu aprisionamento ali e, na realidade não estava com Paulo naquela época. Mas, Lucas, definitivamente, foi com Paulo a Roma (At 27.1; 28.16). E assim também Aristarco (At 27.2) <sup>205</sup>.

A carta é escrita a Filemon e o autor acrescenta se tratar de “nosso amado irmão e colaborador” (*to agapeto kai sunergo*). Certamente é bem conhecido de Paulo; e quem sabe, também, não o tenha ajudado em suas ações missionárias? O portador da carta, o próprio texto sugere que seja Onésimo, o escravo fugitivo. Paulo diz: mando-o de volta a ti, como se fosse o meu próprio coração (*on anepempsa soi auton tout estin ta ema splachna*, Fm 12).

Mas o que esta carta, sob a nossa ótica traz de maior importância, que é o próprio objeto da nossa investigação, é a questão da escravidão dentro das comunidades cristãs primitivas, em contraposição à escravidão constituída no contexto do Principado romano, na sociedade comum. E, naturalmente nos leva a questões como: será que dentro das comunidades cristãs (*ekklesias*) o tratamento para com os escravos era diferenciado em relação ao restante da sociedade romana?

Em alguma medida a discussão estabelecida entre o historiador alemão Joseph Vogt (1895-1986) e norte americano Keith Bradley<sup>206</sup>, é muito pertinente para nossa investigação. Vogt admitirá que a escravidão era mais branda, mais humanizada durante o período de Paulo e que por isso o Cristianismo enfraqueceu a dinâmica da escravidão, levando-a a extinção. Por sua vez, Keith Bradley, em contraposição, informa que havia muita violência durante a escravidão, isto, mesmo durante o Principado romano.

Bradley não admitia, como fazia a escola alemã de Vogt, que tanto a filosofia estoica quanto o cristianismo primitivo foram os elementos que acabaram com a escravidão romana. Para ele isto era um mito abolicionista do século XIX. Antes,

<sup>205</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: exposição de Colossenses e Filemon**. Tradução: Ézia Cunha Mullins. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1993. p. 286 - 287.

<sup>206</sup> HARRILL, J. Albert. **Slavery and inhumanity: Keith Bradley's legacy on slavery in New Testament studies**. On-line, Ohio, Biblical Interpretation, 2013. p. 506-514. Disponível em <http://booksandjournals.brillonline.com/content/journals/10.1163/15685152-2145p0005>, acessado em 18/08/2016.

Bradley entendia que historiografia desse progresso era anacrônica e totalmente inapropriada para se pensar a escravidão em Roma. Argumentando ainda que a manumissão proposta pelo Imperador Augusto no primeiro século e por Constantino, no quarto, não mostrou nenhuma mudança que resultasse em compaixão ou melhor trato humanitário para com os escravos; de modo geral o que se via no cotidiano em Roma nada tinha de “humanitário”, isto mesmo sob imperadores cristãos, pois havia muita severidade e até tortura a escravos no período<sup>207</sup>.

Joseph Vogt, por sua vez, entendia que a escravidão foi enfraquecida com o Cristianismo primitivo, também por não concordar com a visão econômica marxista que prevalecia sobre os estudos de escravidão naquele período. Suas ideias sobre a escravidão cristã dentro das comunidades do primeiro século, acabou por influenciar muitos acadêmicos nas décadas de 1970 e 1980. Assim, muitos estudiosos encontraram na pesquisa da Universidade de Mainz uma explicação pronta do *porque* de os primeiros cristãos, como o apóstolo Paulo, não condenarem aquela instituição, uma vez que, a escravidão antiga era relativamente “humana” e muito diferente da escravidão moderna no Novo Mundo<sup>208</sup>.

Assim, Joseph Vogt argumentava que a antiga escravidão não era tão brutal, antes tratava-se de uma relação mais humanizada, e seus argumentos se apoiavam em duas “evidências”. A primeira dizia respeito a relativa falta de rebeliões de escravos no mundo romano na era cristã, uma vez que os historiadores de gerações passadas, admitiam que as rebeliões de escravos eram a forte evidência de que os escravos eram extremamente mal tratados. E seu segundo argumento estava focado no contraste entre a definição de escravidão no direito romano em relação a filosofia aristotélica, que entendia o escravo não como objeto mas como ser humano igual ao seu dono, com função diferente. Portanto a escravidão seria fruto de uma convenção anti-natural e injusta, que foi perdendo sua força, especialmente, associando a isto o Cristianismo primitivo.

Mas, Bradley afirma que o problema é admitir que a escassez de revoltas registradas na história seja prova de contentamento dos escravos em relação ao sistema. Ele tenta corrigir esse equívoco ao expandir os estudos sobre a escravidão

---

<sup>207</sup> BRADLEY, Keith. **Slavery and Society at Rom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 154-173.

<sup>208</sup> HARRILL, J. Albert. **The Manumission of Slaves in Early Christianity**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1995. p. 87-102.

de modo mais globalizado e com isso pretende mostrar metodologicamente os equívocos nos argumentos de Vogt. Pois, a história mundial da escravidão revela que as revoltas dos escravos são ocorrências extremamente raras. Ainda argumenta que apenas quatro grandes revoltas escravas são as mais conhecidas: uma na moderna no Haiti, duas na Sicília antiga, e uma liderada por Espártaco na Itália. E essas revoltas coincidiram com o relaxamento do sistema escravista e não com sua rigidez. As resistências dos escravos nesse período estão mais relacionadas ao absentismo, arrogância, roubo, sabotagem, violência aleatória, comportamento desleixado, doença fingida, suicídio.

Além disto, ao lermos as cartas do NT perceberemos detalhes que podem nos auxiliar na compreensão desse problema histórico existente e, em alguma medida, nos ajudará a responder se a comunidade cristã era um refúgio diferenciado aos escravos, em relação às demais realidades dos escravos existentes na Roma do primeiro século do império.

### **3.1 Análise da Carta a Filemon**

Uma análise da carta que Paulo escreveu a Filemon, que é o objeto principal da nossa pesquisa, derramará alguma luz sobre este problema. No texto temos:

1. Paulo, prisioneiro de Cristo Jesus e o irmão Timóteo, a Filemon, nosso muito amado colaborador.
2. A nossa irmã Ápia, ao nosso companheiro de armas Arquipo e à igreja que se reúne na tua casa.
3. Graça e paz a vós, da parte de Deus nosso pai e do Senhor Jesus Cristo.
4. Dou sempre graças ao meu Deus lembro-me de ti em minhas orações,
5. porque ouço falar do teu amor e da fé que te anima em relação ao Senhor Jesus e para com todos os santos.
6. Possa a tua generosidade, inspirada pela fé tornar-se eficaz pelo conhecimento de todo bem que nos é dado realizar por Cristo.
7. De fato, tive grande alegria e consolação por causa do teu amor, pois, graças a ti irmão foram reconfortados os corações dos santos.
8. Por isso, tendo embora toda liberdade em Cristo de te ordenar o que convém,
9. prefiro pedir por amor. É na qualidade de Paulo, velho e agora também prisioneiro de Cristo Jesus

10. que venho suplicar-te em favor do meu filho Onésimo, que eu gerei na prisão.
11. Outrora ele te foi inútil, mas doravante será muito útil a ti, como se tornou para mim.
12. Mando-o de volta a ti; ele é como se fosse meu próprio coração.
13. Eu queria segurá-lo comigo para que em teu nome, ele me servisse nesta prisão que me valeu a pregação do evangelho.
14. Entretanto, nada quis fazer sem teu consentimento para que tua boa ação não fosse como que forçada, mas espontânea.
15. Talvez ele tenha sido tirado de ti por um pouco de tempo, a fim de que o recuperasses para sempre,
16. Não mais como escravo, mas bem melhor do que como escravo, como um irmão amado: muitíssimo para mim e tanto mais para ti, segundo a carne e segundo o Senhor.
17. Portanto, se me consideras teu amigo, recebe-o como se fosse a mim mesmo.
18. E se te deu algum prejuízo ou te deve alguma coisa, põe isso na minha conta.
19. Eu, Paulo, escrevo de meu punho, eu pagarei... para não dizer que tu és devedor de ti mesmo a mim!
20. Sim, irmão, eu quisera mesmo abusar da tua bondade no Senhor! Dá este conforto a meu coração em Cristo.
21. Eu te escrevo certo da tua obediência e sabendo que farás ainda mais do que te peço.
22. Ao mesmo tempo, prepara-me também um alojamento, porque graças as vossas orações espero que vos serei restituído.
23. Saudações de Epafras, meu companheiro de prisão em Cristo Jesus,
24. de Marcos, Aristarco, Demas e Lucas, meus colaboradores.
25. A graça do Senhor Jesus Cristo esteja com o vosso espírito<sup>209</sup>.

A carta, como a entendemos, sugere que Onésimo, o escravo que pertencia a Filemon, havia fugido da casa do seu senhor, não se sabe em que circunstâncias. Como temos dito, esta tem sido a hipótese mais recorrente, a de que Onésimo

---

<sup>209</sup> BÍBLIA, A. T. Êxodo. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992. p. 2240, 2241.

tratava-se de um escravo fugitivo, e não era incomum escravos fugitivos, especialmente quando enviados para realização de determinados trabalhos, distante das propriedades dos seus senhores.

O pedido de Paulo a Filemon, em alguma medida, foi um gesto muito inusitado à época, em contraste ao tratamento aplicado a escravos fugitivos, que variava desde prisão, açoites e outros castigos brutais, indo até a crucificação<sup>210</sup>. O perdão puro e simples já era suficientemente radical no ambiente em que Paulo atuava como missionário, e o simples uso da palavra “fujão”, dentro daquele contexto, já causava mal estar<sup>211</sup>.

Observando a carta encontramos Paulo já velho (*presbites* – v.9), portanto, agora deve ter mais ou menos sessenta anos, uma vez que se convertera ao Cristianismo com cerca de trinta anos. Ele também se identifica duas vezes como prisioneiro (*desmios* – v.1, 9), e está acompanhado do seu discípulo Timóteo. O apóstolo revela ter intimidade com Filemon, assim, pede para que atenda a um pedido, ou seja, para que fosse misericordioso com Onésimo, não o recebendo mais como escravo (*doulos*, v.16), antes, ousadamente pede o amigo encarcerado, acima de escravo, que o receba como a um irmão amado (*adelphon agapethon*, v.16), assim como o é Filemon (*agapeto*, v.1, 16); Paulo espera receber de Filemon esse favor (*ego sou onaimen*, v.20); pois, embora Onésimo tenha sido inútil (*acreston*, v.11), se tornou útil (*eucreston*, v.11) para o Reino.

Paulo pede que Filemon seja misericordioso para com Onésimo e essa misericórdia deveria ser traduzida em receber Onésimo como se fosse o próprio Paulo (*proslabou auton os eme*, v.17) e os possíveis prejuízos causados por Onésimo, Paulo pede que lhe sejam imputados, com a ressalva de que Filemon lhe deve a própria vida. (v.18,19)

O apóstolo espera ser atendido em seu pedido e pede ainda hospedagem, porque sugere que em breve estará à solta. À época, isto mostra que Filemon era próspero, a ponto de que em sua casa existia um quarto de hóspede. Por fim, se despede de Filemon, citando nos cumprimentos finais, nomes de outros

---

<sup>210</sup> MOULE, C. F. D. **The Epistles to the Colossians and to Philemon: The Cambridge Greek New Testament commentary**. Cambridge: Cambridge United Press, 1957. p. 34-37.

<sup>211</sup> RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013. 174 p.



companheiros: Epafras (*sunaimalotos* – *companheiro de prisão*, v.23) e cooperadores (*sunergoi* – v.23), como Marcos, Aristarco, Demas e Lucas (v. 24).

Sobre esta carta a filóloga de Harvard, Sarah Ruden diz se tratar do principal testemunho da atitude de Paulo em relação à escravidão, no qual ele não se importava em ser contra ou a favor da mesma<sup>212</sup>. E, há divergências interpretativas sobre a intenção do apóstolo nesta carta; enquanto alguns argumentam que Paulo está exigindo que Filemon liberte seu escravo<sup>213</sup>, outros entendem que deve apenas perdoá-lo e tratá-lo igual a um liberto<sup>214</sup>.

Albert Harrill nos dá três hipóteses interpretativas sobre o texto a Filemon, que, segundo ele, não resolvem todos os problemas hermenêuticos encontrados na epístola. A primeira hipótese passa pelos comentários de João Crisóstomo, da Era Patrística (IV século) onde, para Crisóstomo, Onésimo tratava-se de um escravo fugitivo, que defraudou seu dono e, de algum modo, entrou em contato com Paulo na prisão e ali se converteu e foi batizado.

Neste caso, Harrill lembra que a atitude dos escravos fugitivos era buscar asilo num templo ou ainda, poderiam buscar, clandestinamente, na periferia de uma grande cidade, oportunidades junto a bandos de saqueadores, ou alistar-se como impostor em algum exército. Onésimo não recorreu a nenhuma dessas opções, ou foi capturado antes de ter a chance de fazer isto. E, com muita sorte, foi jogado na mesma cela onde estava Paulo, onde quer que fosse essa prisão: Roma, Cesareia de Filipe ou Éfeso. Assim, Paulo o levou à conversão, tornou-se seu pai na fé e o devolveu ao seu dono, Filemon, com a carta que lhe escreveu.

Harrill ainda lembra que, muitos que se valem dessa hipótese, associam-na ao caso registrado por Plínio, o jovem, quando este encontra um liberto do seu amigo Sibenianus. Plínio fica com o liberto e pergunta ao amigo se a situação dele é regular. Tendo a resposta afirmativa, depois de dar uma bronca exemplar no liberto, cheia de ameaças, o manda embora, convencido de que, de fato está numa condição legal. Mas, isto não acontece no caso de Onésimo, onde Paulo, se quer, pede alguma explicação a Filemon sobre o escravo fugitivo, antes, simplesmente, se

---

<sup>212</sup> RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013. p. 169 - 170.

<sup>213</sup> CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. **Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007. 58 p.

<sup>214</sup> MARTIN, Ralph P. **Colossenses e Filemon: introdução e comentário**. Tradução: Gordon Chown. São Paulo. Ed. Vida Nova, 194. Reimpressão, 2007. 156 p.

convence dos argumentos do próprio Onésimo e o leva a uma experiência com a fé cristã.

A segunda interpretação apresentada por Harrill é a hipótese da intercessão, que rejeita o pressuposto de que Onésimo fosse um escravo fugitivo. Neste caso, Onésimo não estaria fugindo para a liberdade, mas estaria, propositalmente, indo ao encontro de Paulo, depois de algum delito praticado. Harrill vê que Onésimo, de acordo com a Lei Romana sobre escravidão, neste caso, pode não se tratar de um escravo fugitivo, mas de um delinquente que foge a uma obrigação (delinquent truant). Se for aceita essa condição como hipótese, teremos a mesma questão do escravo fugitivo, por que Paulo não repreende Onésimo por deixar a casa do seu patrão sem permissão? Por que Paulo não escreve uma carta no mesmo tom da carta que Plínio escreve a Sabinianus? Para Harrill, isto também não responde ao problema colocado aqui.

Por fim, na última hipótese apresentada por Harrill, Onésimo não seria um fugitivo, mas estaria sendo enviado por Filemon a Paulo. O autor lembra-se do caso de Epafrodito, que era uma espécie de mensageiro da igreja em Filipos e ajudador de Paulo, a quem este se referia sempre com alegria e gratidão, pelos benefícios que lhe eram auferidos. (Fl 2.25<sup>215</sup>; 4.18<sup>216</sup>)

Seria este o mesmo caso de Onésimo, um enviado da parte de Filemon para beneficiar Paulo? Sabemos que na igreja primitiva, neste período, Paulo vinha sofrendo bastante com prisões e perigos, assim, Onésimo poderia ser uma importante ajuda ao apóstolo, ou como escriba, ou como um mensageiro, ou, ainda, como assistente pessoal. Mas, seria uma atitude desonesta e ilegal de Paulo manter Onésimo consigo, que tratava-se de um escravo enviado para um propósito.

Por algumas razões entendemos que a hipótese de Onésimo se tratar de um escravo fugitivo, seja a que mais dá conta de responder aos problemas que envolvem a epístola, embora não os contemple completamente. Tentando responder aos problemas colocados por Harrill, do porque Onésimo não foi a um templo, não se ajuntou a bandos de saqueadores das estradas e também não tentou alistar-se clandestinamente em tropas militares, em parte o próprio Harrill já nos responde,

---

<sup>215</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2035 p.

<sup>216</sup> *Ibidem*; p. 2038-2039.

quando afirma que: pode ter sido capturado antes de ter a chance de fazer isto; e tendo sido capturado e lançado coincidentemente na mesma cela em que estava Paulo, e Onésimo o reconheceu, se converteu com sua pregação e foi batizado.

Embora toda dificuldade possível, entendemos que esta coincidência pode ter ocorrido, uma vez que Paulo era íntimo de Filemon, sendo Onésimo seu escravo, participava das reuniões cristãs naquela residência. Lembremos que escravos somente poderiam participar das reuniões cristãs nas casas, se os seus senhores também participassem ou sob sua autorização, o que seria muito difícil.

Partindo dessa hipótese, Onésimo que participava ativamente dos cultos em casa poderia estar vivenciando um processo de conversão ao Cristianismo, pelos contatos anteriores que teve com os líderes dirigentes das reuniões realizadas na casa de Filemon. Agora, também é possível que, num momento de fraqueza e tentação, roubou ao seu senhor e fugiu.

Entendemos então que, embora a intenção do fujão fosse, como argumenta Harrill, ou se juntar clandestinamente a uma tropa militar, ou continuar sua carreira de larápio, teve de rever seus projetos, depois da prisão e desse reencontro inesperado com alguém tão íntimo do seu dono, com argumento tão diferente da atitude que teve o escravo.

Uma vez na prisão junto a Paulo há a hipótese de que Onésimo tenha se convertido, de fato, ao Cristianismo. Não sabemos quanto tempo durou esse contato dentro da prisão, se dias, semanas ou meses; de todo modo, seria pouco provável que a convivência com a mensagem e presença de Paulo não afetasse seus parceiros de cela, especialmente alguém como Onésimo, que já vinha sofrendo influências do Cristianismo. Na Carta aos Filipenses, nos cumprimentos finais o autor assim se despede dos seus leitores: “Todos os santos vos saúdam, especialmente os casa do imperador” (Fl 4.22<sup>217</sup>). Ora, segundo este cumprimento, pelo menos alguns da casa do imperador ou se converteram ao Cristianismo, ou tornaram-se simpatizantes do mesmo, sob a influência de Paulo. Se este era o caso dentro da casa de César, com gente mais preparada para o debate e com mais

---

<sup>217</sup> BÍBLIA, A. T. Êxodo. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992, 2210 p.

experiência de vida do que um jovem escravo, podemos, ao menos, desconfiar de que Onésimo se dobrou ao Cristianismo paulino.

### 3.2 O termo escravo (*doulos*) no NT

Ao analisarmos o termo “escravo” (*doulos*) e seus cognatos nos escritos paulinos, perceberemos que se trata de um termo relativamente recorrente, tanto usado literalmente, quanto de modo metafórico e das 126 vezes em que aparece no NT, 33 vezes é encontrado nos textos paulinos. E, ao observarmos o modo como Paulo emprega o termo isso poderá nos levar a uma compreensão mais ampla que o apóstolo, possivelmente, intenciona ao fazer do uso do mesmo em suas cartas.

A começar, quando Paulo se autodenomina escravo de Cristo, registrado em três passagens:

“Paulo, servo de Cristo Jesus, chamado para ser apóstolo, separado para o evangelho de Deus” (Rm 1.1<sup>218</sup>);

“Paulo e Timóteo, servos de Cristo Jesus, a todos os santos em Cristo Jesus que estão em Filipos, com os bispos e diáconos” (Fl 1.1<sup>219</sup>);

“Acaso busco eu agora a aprovação dos homens ou a de Deus? Ou estou tentando agradar a homens? Se eu ainda estivesse procurando agradar a homens, não seria servo de Cristo”. (Gl 1.10<sup>220</sup>)

Nesse sentido, ele usa o termo de modo metafórico, para ilustrar que pertence a Cristo, não tendo vontade própria, uma vez que foi escolhido para pregar o evangelho e que não buscava agradar aos homens, pois isso implicaria em desagradar a Cristo. Esses aspectos revelam seu modo de pensar a respeito de sua relação com o Cristo que se revelou para ele, e como deve ser sua postura em relação aos participantes das comunidades cristãs.

---

<sup>218</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1920 p.

<sup>219</sup> *Ibidem*; 2031 p.

<sup>220</sup> *Ibidem*; 2006 p.

Noutra passagem ele dirá: “Porque, embora seja livre de todos, fiz-me escravo de todos, para ganhar o maior número possível de pessoas.” (I Co 9.19<sup>221</sup>). Nesta passagem ele revela o caráter altruísta do seu ministério, no sentido de se tornar servo para convencer as pessoas do evangelho que ele anuncia, tendo a possível intenção de revelar que a sua principal tarefa era servir a igreja de Cristo, a comunidade de crentes que se reúnem em torno da mesa da comunhão e que se espalha pela sociedade.

E intencionando a exortar pelo exemplo, orientará aos crentes das comunidades a tornarem-se escravos de Cristo e/ou escravos de todos, como ele também o faz (Rm 12.11<sup>222</sup>; 14.4<sup>223</sup>, 18<sup>224</sup>; 1 Co 7.22,23<sup>225</sup>; Gl 5.13<sup>226</sup>; I Co 1.11<sup>227</sup>). Pois, as comunidades dependem da mutualidade para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, demonstrando o serviço em amor, atrairão novos interessados à comunidade.

Mas, por outro lado, Paulo se ofende com os coríntios que se deixam escravizar por líderes exploradores (2 Co 11.20<sup>228</sup>). Esses líderes ao invés de recomendarem a Cristo, recomendavam a si mesmos e suas ideias religiosas cativavam os mais simples. Neste sentido o apóstolo repreende aos seus leitores, advertindo-os a não se deixarem escravizar.

O apóstolo se valerá da linguagem simbólica da escravidão de cativos de guerra, como numa procissão de escravos conquistados em batalha, na intenção de revelar o senhorio de Cristo, (2 Co 2.14<sup>229</sup>; Cl 2.15<sup>230</sup>); pois, na cruz, anulou a dívida que os homens tinham com as trevas e levou cativos os seus inimigos, sujeitando-os e escravizando-os.

---

<sup>221</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1966 p.

<sup>222</sup> *Ibidem*; 1943 p.

<sup>223</sup> *Ibidem*; 1945 p.

<sup>224</sup> *Ibidem*; p. 1945-1946.

<sup>225</sup> *Ibidem*; 1963 p.

<sup>226</sup> *Ibidem*; 2012 p.

<sup>227</sup> *Ibidem*; 1954 p.

<sup>228</sup> *Ibidem*; 2000 p.

<sup>229</sup> *Ibidem*; 1988 p.

<sup>230</sup> *Ibidem*; 2045 p.

Afirmará que Cristo assumiu a forma de escravo, refletindo uma imagem de humilhação; fará alusão ao imaginário do antigo mercado de escravos sendo negociados (1 Co 6.12-20<sup>231</sup>; 7.23<sup>232</sup>); advertirá, se utilizando desta figura de linguagem para que os crentes não se tornem escravos dos desejos, admoestando seus leitores ao autocontrole (Rm 16.18<sup>233</sup>; 1 Co 9.24-27<sup>234</sup>; Tito 2.3<sup>235</sup>; Ef 2.3<sup>236</sup>); E em alguns textos, nomes comuns a escravos (libertos) são mencionados como pessoas que participavam das comunidades (Rm 16.10,11<sup>237</sup>; 1 Co 1.11, 16, 26<sup>238</sup>; 16.17<sup>239</sup>; 2 Tm 1.16<sup>240</sup>; 4.19<sup>241</sup>; At 16.14, 32-34<sup>242</sup>; 18.8<sup>243</sup>); E, ainda, também muitas instruções apostólicas são registradas como sobre códigos domésticos para escravos e senhores (Ef 6.5-9<sup>244</sup>; Cl 3.22-4.1<sup>245</sup>; 1 Tm 6.1,2<sup>246</sup>; Tt 2.9,10<sup>247</sup>; I Pe 2.18-25<sup>248</sup>)<sup>249</sup>.

### 3.3 A escravidão em Filemon e noutros textos paulinos

A compreensão do termo escravo, à luz dos textos bíblicos que temos pesquisado, refere-se a alguém escravizado, cativo, subserviente (Rm 6.9<sup>250</sup>); um serviçal em vários níveis de subserviência (Mt 8.9<sup>251</sup>); um servidor, por isso, trata-se

---

<sup>231</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1961 p.

<sup>232</sup> *Ibidem*; 1963 p.

<sup>233</sup> *Ibidem*; 1949 p.

<sup>234</sup> *Ibidem*; 1966 p.

<sup>235</sup> *Ibidem*; 2086 p.

<sup>236</sup> *Ibidem*; 2020 p.

<sup>237</sup> *Ibidem*; 1949 p.

<sup>238</sup> *Ibidem*; p.1954-1955.

<sup>239</sup> *Ibidem*; 1982 p.

<sup>240</sup> *Ibidem*; 2078 p.

<sup>241</sup> *Ibidem*; 2082 p.

<sup>242</sup> *Ibidem*; p. 1888-1889.

<sup>243</sup> *Ibidem*; 1892 p.

<sup>244</sup> *Ibidem*; 2027 p.

<sup>245</sup> *Ibidem*; 2047 p.

<sup>246</sup> *Ibidem*; 2074 p.

<sup>247</sup> *Ibidem*; p. 2086-2087.

<sup>248</sup> *Ibidem*; p. 2130-2131.

<sup>249</sup> HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. On-line. Ohio: Article Express, nº 1238710; 2003. Disponível em: <[http://www.academia.edu/12128028/Paul\\_and\\_Slavery](http://www.academia.edu/12128028/Paul_and_Slavery)> acessado em 19/06/2016, 599 p.

<sup>250</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1929 p.

<sup>251</sup> *Ibidem*; 1961 p.

de uma pessoa em condição inferior (Fl 2.7<sup>252</sup>); o mesmo aplicando-se ao gênero diferente: uma escrava, serva (Lc 1. 38, 48<sup>253</sup>; At 2.18<sup>254</sup>); seu uso pode ser figurado, sendo também utilizado para pessoas sem bom senso (Jo 8.34<sup>255</sup>; Rm 6.17, 20<sup>256</sup>; I Co 7.23<sup>257</sup>; II Pe 2.19<sup>258</sup>); podendo o termo ser usado de modo positivo, como a alguém que tenha o bom senso de um servo devoto ou, ainda, como um ministro religioso (At 16.17<sup>259</sup>; Rm 1.1<sup>260</sup>); ou ainda, alguém que está prometido ou é obrigado a servir (I Co 7.22; II Co 4.5)<sup>261</sup>.

Diante dos usos empregados pelo apóstolo em relação ao termo *doulos*, observando a carta a Filemon, objeto da nossa pesquisa, Paulo diz no verso 19 que Filemon lhe é devedor da própria vida. Não deixa dúvidas disto quando declara: “(...) para não dizer que tu és devedor de ti a mim.”, conforme a tradução bíblica da Bíblia de Jerusalém<sup>262</sup>; ou “(...) para não dizer que você me deve a própria vida.”, conforme a tradução bíblica da Nova Versão Internacional<sup>263</sup>. Fica evidenciado na carta que a preocupação principal do apóstolo era a reconciliação positiva entre os dois e a relação de ambos com o Senhor, pois esta relação com o Senhor relativizava totalmente a relação mútua entre ambos<sup>264</sup>. O que também percebemos no texto é que o uso do termo “escravidão” serve como subsídio didático, talvez para constranger Filemon e lembrá-lo da sua dívida para com Paulo, pois, segundo o apóstolo, Filemon deve-lhe a própria vida. Portanto, se Filemon acatou esta advertência paulina e sentiu-se servo do apóstolo, espera-se que, pelo constrangimento ele trate a Onésimo segundo as recomendações do apóstolo.

---

<sup>252</sup> *Ibidem*; 2034 p.

<sup>253</sup> *Ibidem*; 1723 p.

<sup>254</sup> *Ibidem*; 1853 p.

<sup>255</sup> *Ibidem*; 1808 p.

<sup>256</sup> *Ibidem*; 1930 p.

<sup>257</sup> *Ibidem*; 1963 p.

<sup>258</sup> *Ibidem*; 2143 p.

<sup>259</sup> *Ibidem*; 1888 p.

<sup>260</sup> *Ibidem*; 1920 p.

<sup>261</sup> MOULTON, Harold K. **The analitic greek lexicon revised**. London: 1980, 106p.

<sup>262</sup> BÍBLIA, N. T. FILEMON. In BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992, 2240 p.

<sup>263</sup> BÍBLIA, N. T. Filemon. In Bíblia. Português. **Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000, 960p.

<sup>264</sup> DUNN, James D. G. **A teologia do Apóstolo Paulo**. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Ed. Paulus, 2ª Edição, 2008. p. 786-787.

Do mesmo modo, nas cartas em que Paulo se apresenta como escravo de Cristo orienta aos senhores a respeito do trato com seus escravos e insiste em argumentar que os crentes devem se sujeitar uns aos outros (Ef 6.5-9<sup>265</sup>; Cl 3.22-4.1<sup>266</sup>; 1 Tm 6.1,2<sup>267</sup>; Tt 2.9,10<sup>268</sup>). Esses argumentos levarão seus leitores da carta a refletir sobre suas próprias condições, especialmente por lembrá-los, com frequência, que todos os cristãos são escravos de Jesus Cristo; mas, que, embora sejam seus escravos, somente nele terão liberdade espiritual.

Uma consulta à Concordância Bíblica Strong<sup>269</sup> revelará números surpreendentes na quantidade de vezes que os termos são utilizados pelos autores bíblicos. Nesse estudo percebemos que não é por acaso que o Novo Testamento utiliza-se de mais de 170 vezes do termo senhor (*kyrios*)<sup>270</sup>, sem levar em conta seus cognatos, pois, se isto fosse contabilizado a cifra subiria para mais de 700 vezes esta ocorrência. Assim, no Novo Testamento a palavra Senhor, referindo-se a Deus ou a Jesus, aparece cerca de 80 vezes nos evangelhos, mais de 20 vezes em Atos dos apóstolos, 55 vezes nos textos paulinos, 10 vezes na carta aos Hebreus, 03 vezes na carta a Tiago, 04 vezes nas cartas de Pedro, 03 vezes na carta de Judas e 11 vezes no livro do Apocalipse.

Já o termo escravo (*doulos*)<sup>271</sup> e seus cognatos ocorrem mais de 120 vezes no Novo Testamento. Esta palavra aparece 74 vezes nos evangelhos, 03 vezes em Atos dos Apóstolos, 33 vezes nos escritos paulinos, 4 vezes nas epístolas gerais (Tiago, Pedro e Judas) e 14 vezes no livro do Apocalipse. Assim, entendemos que os escritos paulinos ou deuteropaulinos torna a condição social do escravo como metáfora da realidade de todo cristão.

E, há também o termo liberto (*eleutheros*)<sup>272</sup> e seus cognatos, cujas ocorrências se dão por mais de 20 vezes no Novo Testamento, sendo 03 vezes no

---

<sup>265</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2027 p.

<sup>266</sup> *Ibidem*; 2047 p.

<sup>267</sup> *Ibidem*; 2074 p.

<sup>268</sup> *Ibidem*; p. 2086-2087.

<sup>269</sup> Disponível em: <<http://biblehub.com/>>. Acesso em 15 set. 2017.

<sup>270</sup> Disponível em: <<http://biblehub.com/greek/2962.htm>>. Acesso em 15 de set. 2017

<sup>271</sup> Disponível em: <<http://biblehub.com/greek/1401.htm>>. Acesso em 15 de set. 2017

<sup>272</sup> Disponível em: <<http://biblehub.com/str/greek/1658.htm>>. Acesso em 15 de set. 2017



evangelho, 16 vezes nos escritos paulinos, 01 vez em Pedro e 03 vezes no livro do Apocalipse.

Na carta aos Filipenses, há o exemplo de que Cristo se esvaziou de sua divindade e se tornou escravo. (*eauton ekenosen morphen doulou*) – *esvaziou-se a si mesmo assumindo a forma de escravo* (Fl 2.7, tradução nossa). O que está implicado nesse texto é que Paulo insiste em dizer que é um imitador de Cristo e que os crentes que compõe as comunidades também devem imitá-lo:

“Tornem-se meus imitadores como eu sou de Cristo” (I Co 11.1<sup>273</sup>);

“Portanto, suplico-lhes que sejam meus imitadores” (I Co 4.16<sup>274</sup>);

“Irmãos, sigam unidos o meu exemplo, e observem os que vivem de acordo com o padrão que lhes apresentamos” (Fl 3.17<sup>275</sup>);

“De fato, vocês se tornaram nossos imitadores e do Senhor” (I Ts 1:6<sup>276</sup>);

A base fundamental dos seus argumentos é que ele, Paulo de Tarso, é escravo de Jesus Cristo. Portanto, como tem autoridade sobre aqueles irmãos pode adverti-los a serem seus imitadores e, por conseguinte, tornarem-se imitadores de Cristo. Noutras palavras, a insistência do apóstolo é para que os seus leitores desenvolvam uma nova mentalidade, um modo de pensar onde os valores da sociedade em que estão inseridos ainda que sejam outros, segundo ele, não são os mesmos do que os que devem ser praticados nas comunidades. E, ainda que essa mudança lhes provoque sofrimento, estes sofrimentos serão leves e momentâneos e estarão produzindo naqueles crentes uma glória muito maior, a ser desfrutada depois dessa vida. “(...) os nossos sofrimentos leves e momentâneos estão

---

<sup>273</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1969 p.

<sup>274</sup> *Ibidem*; 1958 p.

<sup>275</sup> *Ibidem*; 2037 p.

<sup>276</sup> *Ibidem*; 2051p.

produzindo para nós uma glória eterna que pesa mais do que todos eles” (II Co 4.17<sup>277</sup>).

Assim, entendemos que a Lei Romana, a respeito da escravidão, não tinha influência ou autoridade nas comunidades cristãs, a partir dos escritos dogmáticos e metafóricos de Paulo de Tarso. Pois, enquanto congregados, todos deveriam se sentir como escravos de Cristo: os senhores, bem como os livres e também os próprios escravos.

E, também, por isso, entendemos que não houve tanta influência estoica de Sêneca sobre o Cristianismo paulino, pois o estoicismo de Sêneca, especialmente o relatado na Carta 47, prezava pelo bom tratamento para com o escravo com a finalidade de manter a escravidão sem riscos aos senhores. Esta filosofia trabalhava com esta ideia de que se o senhor tratar melhor o seu escravo, este não lhe oferecerá perigo, uma vez que será tratado com mais dignidade sentindo-se, em muitos casos, até parte da família. Por outro lado, a mentalidade paulina transita noutra direção, pois para ele ninguém é digno ou merecedor de favor algum. Ele dirá escrevendo aos romanos que todos pecaram e estão afastados de Deus, assim todos os homens são seus devedores (Rm 3.23<sup>278</sup>). Este “todos” incluía o senhor, o livre, o liberto, o escravo, as mulheres, as crianças etc. Embora esta seja a realidade de todos os homens, segundo o argumento paulino, em Cristo todos os homens podem se reconciliar com Deus e se tornar livres. E ainda completa a sua ideia dizendo que nessa nova vida não há diferença entre grego ou judeu, circunciso ou incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre, pois Cristo é tudo e está em todos. (Cl 3.11<sup>279</sup>)

Logo, segundo o que podemos apreender dos pensamentos de Paulo é que o escravo (ou a escrava) não terá uma maior liberdade ao ser bem tratado por seu senhor, antes a liberdade almejada por todos os homens está no reconhecimento do senhorio de Cristo sobre todas as coisas. Quando alguém tem a experiência de se render a Cristo, mesmo sendo esta pessoa escrava, torna-se livre. Ele ainda

---

<sup>277</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1991p.

<sup>278</sup> *Ibidem*; 1924 p.

<sup>279</sup> *Ibidem*; 2046 p.

argumenta que é miserável o cristão que espera acima de tudo desfrutar de liberdade humana ou de algum benefício à sua vida, nesse momento da existência. Sua mente trabalha noutros códigos, pois dirá que: “Se é somente para esta vida que temos esperança em Cristo, dentre todos os homens somos os mais dignos de compaixão (I Co 15.19<sup>280</sup>)”.

Logo, ao analisarmos esses textos entendemos que a intenção paulina não era enfraquecer nem fortalecer a escravidão vigente na sociedade na qual estavam inseridas as comunidades cristãs. Ele deixa clara essa ideia quando diz que todos os cristãos, à sua época, são escravos de Cristo. Assim, a escravidão será uma metáfora no seu discurso e, entendemos que, mais do que isto, a escravidão será um recurso didático para ensinar aos seus leitores e discípulos imediatos a lidar com aquele mundo, enquanto esperam pelo próximo.

Evidentemente que ele não se vale somente da escravidão como metáfora para comunicar seus ensinamentos. Ele ainda se vale de outras metáforas, especialmente metáforas esportivas. Assim, quando diz que corre para alcançar o alvo, possivelmente está fazendo alusão à Maratona; que esmurra o seu corpo, possivelmente pensando na luta livre, e quando escreve sobre o “ter combatido o bom combate”, talvez se refira aos combates das arenas. (Fl 3.4<sup>281</sup>; I Co 9.27<sup>282</sup>; II Tm 4.7<sup>283</sup>)

Paulo é tido pela maioria dos autores como uma pessoa de capacidade incomum, portanto não seria de estranhar que se valesse de certa realidade social, para traçar paralelos e comunicar coisas do seu interesse. E ele se vale desse recurso na própria carta escrita a Filemon. Nos versos 10 e 11, Paulo adverte Filemon sobre o filho que ele gerou na cadeia (Onésimo), que outrora lhe fora inútil, mas agora se tornou útil. O interessante aqui é que o significado da palavra Onésimo é *útil*. E Paulo se vale de um trocadilho metafórico e argumenta que o útil (Onésimo) que se tornou inútil, passou a ser útil novamente, depois que abraçou a fé cristã.

---

<sup>280</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1978 p.

<sup>281</sup> *Ibidem*; 2036 p.

<sup>282</sup> *Ibidem*; 1966 p.

<sup>283</sup> *Ibidem*; 2081 p.

Assim, entendemos que Paulo ao escrever seus argumentos em seus diversos documentos mostra a realidade da escravidão aos seus leitores, que vivem em sociedades escravistas, com a intenção de provocar neles uma consciência do que a escravidão pode representar. Ora, a escravidão tem um sentido literal para a sociedade. Porém, a sua presença, para os participantes das comunidades cristãs, à luz do que escreveu Paulo de Tarso, nos parece que deve ter um sentido também didático. Pois, a relação primária com Cristo relativizava tudo o mais<sup>284</sup>.

No capítulo dois dessa pesquisa nos detivemos mais na pessoa de Paulo de Tarso, e o próprio nome *Paulo de Tarso* já evoca a sua tríplice cultura – Paulo, nome latino; Tarso, cidade do mediterrâneo, região da Cilícia, de cultura helênica; e ele ainda se identifica como judeu de nascimento, fariseu e zeloso da lei judaica (Gl 1.14<sup>285</sup>). Este homem de cultura judaico-helênica-latina foi quem desenvolveu o papel mais significativo na formação do Cristianismo.

O autor James Dunn salienta que o apóstolo foi o responsável por transformar o Cristianismo embrionário de uma seita messiânica em uma religião aceitável aos gregos, e ainda comenta que o impacto das atividades missionárias de Paulo se deveu a três fatores. Sendo o primeiro relacionado à geografia, pois o centro de suas atividades passou a ser a região da Ásia Menor ao invés de Jerusalém; também porque as comunidades estabelecidas eram basicamente pagãs, ou seja, não havia a presença tão recorrente de judeus, logo eram comunidades cuja maioria era formada por gentios helênicos; e o outro fator trata-se de que Paulo escreveu a maioria dos seus textos durante, mais ou menos, os oito anos de atividades missionárias desenvolvidas na região. Nas palavras do próprio Dunn:

O impacto crucial do trabalho de Paulo foi causado durante sua missão na região do Mar Egeu relatado em Atos 16-20. Por um lado ele marcou uma guinada decisiva para o Ocidente. Só este desenvolvimento já foi suficiente para deslocar o centro de gravidade do Cristianismo mais antigo de Jerusalém, da orla oriental do Mediterrâneo para os centros metropolitanos da Ásia Menor e da Grécia, e depois para Roma. Por outro lado, as igrejas fundadas por Paulo eram cada vez mais pagãs, não judaicas, quanto a origem dos

---

<sup>284</sup> DUNN, James D. G. **A teologia do Apóstolo Paulo**. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Ed. Paulus, 2ª Edição, 2008, 787p.

<sup>285</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2006 p.

membros. Só esses dois fatores já podem ter sido suficientes para assegurar a transformação da seita judaica em religião predominantemente pagã. Porém, no longo prazo, a terceira razão foi ainda mais decisiva. Porque foi durante sua missão no Egeu que Paulo escreveu a maioria de suas cartas – é quase certo que foi então que ele escreveu suas cartas mais importantes, e possivelmente todas as cartas que podem ser atribuídas ao próprio Paulo<sup>286</sup>.

Durante suas ações missionárias, a atividade de maior duração nesse tempo foi na cidade de Éfeso, pois por mais de dois anos esteve na Escola de Tirano, talvez um teatro ou prédio construído para fins de ensino, e ali defendia a doutrina cristã (At 19.9<sup>287</sup>). Provavelmente o colossense Epafras tenha conhecido a fé cristã em Éfeso, durante a estada de Paulo de Tarso por lá. Embora Paulo não tenha estado em Colossos pelo que saibamos, o estabelecimento de uma comunidade cristã naquela cidade se deveu as ações missionárias de Epafras, que é citado na carta aos Colossenses e também na carta remetida a Filemon. (Cl 1.7<sup>288</sup>, 4.12<sup>289</sup>; Fm 1.23<sup>290</sup>)

Onésimo, objeto imediato da carta, é parte da casa de Filemon, pois lhe pertence. Antes de existir prédios com finalidade específica para as reuniões cristãs, as comunidades se reuniam nas casas. Nas epístolas por quatro vezes encontramos a expressão: a igreja que está em sua casa (*he kat' οικον ekklesia*) (Cl 4.15<sup>291</sup>; I Co 16.19<sup>292</sup>; Rm 16.5<sup>293</sup>; Fm 1.2<sup>294</sup>). Este termo está associado as pessoas que pertenciam a mesma família e não necessariamente essa ligação vinha através de laços de sangue. Família era muito mais ampla do que a chamada família nuclear composta por pai, mãe e filhos. Nas palavras de Wayne Meeks:

(...) a casa era muito mais ampla do que a família nas sociedades ocidentais modernas, incluindo não só parentes próximos, mas

---

<sup>286</sup> DUNN, James D. G. **Jesus, Paulo e os Evangelhos**. Tradução: Nélcio Schneider. Petrópolis: Editora Vozes, 2017, 156 p.

<sup>287</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1895 p.

<sup>288</sup> *Ibidem*; 2042 p.

<sup>289</sup> *Ibidem*; 2047 p.

<sup>290</sup> *Ibidem*; 2090 p.

<sup>291</sup> *Ibidem*; 2048 p.

<sup>292</sup> *Ibidem*; 1982 p.

<sup>293</sup> *Ibidem*; 1949 p.

<sup>294</sup> *Ibidem*; 2090 p.

também, escravos, libertos, trabalhadores contratados e, algumas vezes, atendentes e parceiros no comércio ou na profissão. (...) para além disto, a casa não era simplesmente a casa onde as pessoas se reuniam para oração, ela não correspondia rigorosamente aos limites da casa. (...) nem sempre todos os membros de uma casa se tornavam cristãos quando o seu chefe se convertia ao Cristianismo, como o caso de Onésimo nos mostra.<sup>295</sup>

Nas discussões da pesquisa sobre a escravidão romana no Principado, no que se refere a severidade ou menor rigor com que os escravos eram tratados, como vimos, encontramos argumentos daqueles que entendiam que os escravos viviam tanto sob o regime de maior rigor, violência e morte social, quanto argumentos diferentes destes, onde se percebia menos severidade, especialmente associando esse tipo de atitude com o estoicismo e o Cristianismo. Vimos isto, respectivamente, em Bradley, Vogt e Ruden. Os dois primeiros no *paper* elaborado por Albert Harrill, citado neste trabalho. Para além de se perceber esta ou aquela atitude dos senhores para com seus escravos, nos interessou especialmente, compreender a realidade do escravo dentro das comunidades cristãs e o que os textos paulinos e o Cristianismo primitivo, a partir dos textos bíblicos, nos mostrariam.

Vale lembrar que Sêneca, conselheiro de Nero, foi um grande pensador sobre muitas questões, incluindo a relação entre senhores e escravos. Através da Carta 47, dirigida a Lucílio, como citado acima, Sêneca mostra a necessidade de se conseguir não apenas uma submissão física do escravo, conseguida através do castigo, mas também a submissão moral, sendo esta última uma garantia maior do que aquela. Em todo esse discurso não está colocando em questão a escravatura, pelo contrário a intenção é reforçá-la. Como diz Giardina:

Reconhecer uma alma ao escravo permite localizar nessa alma a sua liberdade, liberdade espiritual que ninguém lhe pode roubar, mas que não entrava minimamente o funcionamento das relações sociais. Pode mesmo favorecê-las, já que, se for bem tratado, o escravo não se limitará a obedecer, mas demonstrará a sua devoção com as suas iniciativas. A liberdade moral do escravo pode e deve produzir fidelidade<sup>296</sup>.

---

<sup>295</sup> MEEKS, Wayne A. **Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo**. Tradução: I. F. L. Ferreira. São Paulo: Ed. Academia Cristã e Ed. Paulus, 2015, 172 p.

<sup>296</sup> GIARDINA, Andrea. (Org.). **O homem romano**. Trad. Maria Jorge Villar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991, 135p.

Sabemos que os escravos romanos tinham origens variadíssimas, o que não abria a possibilidade de associação entre escravidão e cor de pele; esta será uma característica exclusiva da escravidão moderna do Novo Mundo. Como disse Harrill: os romanos adquiriam seus escravos de todo o Mundo Mediterrâneo – do Egito, Ásia Menor e da Síria, da Espanha e da Grécia, da Arábia e da Etiópia, da Cítia e da Trácia, da Gália e da Bretanha<sup>297</sup>.

E os escravos manumitidos no Principado tinham destinos variados. Um debate importante sobre o destino dos libertos é pontuado por Renata Garrofoní<sup>298</sup>, onde mostra que enquanto Paul Veyne buscava demonstrar objetivamente que os libertos não eram uma burguesia em ascensão, criando, assim, um modelo para os libertos de párias da sociedade romana, com seus hábitos e profissões que não estavam de acordo com as posturas esperadas dos cidadãos romanos, autores como Michael Rostovtzeff contrapõem essa argumentação; para ele haveria uma espécie de capitalismo na Roma do primeiro século, o que possibilitaria ascensão social ao ex-escravo. Outro autor citado por Garraffoni, Klaus Rosen, conduz o debate noutra direção. Para este autor os libertos faziam parte da vida política e cultural dos romanos, e a construção negativa pelos membros da elite romana se dava pelo viés da inveja, uma vez que admiravam seus senhores; isto, em alguma medida, justificaria o exagero apresentado em *Satyricon*.

Sabemos que alguns desses libertos tinham como destino as arenas, portanto tornavam-se gladiadores; outros, ainda que raro, conseguiam autonomia econômica através da administração de recursos oriundos de manufaturas e comércio, como é o caso de Trimalcíão de Petrônio, em *Satyricon*, que após quatorze anos de servidão ao seu senhor, sendo o amante favorito tanto do seu senhor, quanto da sua ama, tornou-se liberto após a morte, daquele que o fez seu herdeiro. Mas, ainda insatisfeito, desenvolveu sua paixão pelos negócios<sup>299</sup>.

---

<sup>297</sup> SAMPLEY, J. Paul. (Org.) **Paulo no mundo Greco-romano: um compêndio**. Tradução: Pe. José Raimundo Vidigal. São Paulo: Ed. Paulus, 2008, 509 p.

<sup>298</sup> GARRAFONI, Renata Senna. **Bandidos e salteadores na Roma antiga**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2002. p.65-67.

<sup>299</sup> PETRONIO, **Satyricon**. Tradução: Michel Heseltine, W.H.D. Rouse. Londres, Harvard: United Press. Coleção Loeb, 1987, 151 p.

Eu era o favorito do meu mestre por quatorze anos. Não há nenhuma desgraça em obedecer as ordens do seu senhor. Bem, costumava divertir minha amante também. Você sabe o que eu quero dizer; Não digo mais nada, pois não sou um homem presunçoso. Então, como os deuses queriam, eu me tornei o verdadeiro mestre da casa, e simplesmente tinha seus cérebros no meu bolso. Eu só preciso acrescentar que eu era um herdeiro comum (...) Mas ninguém está satisfeito com nada.<sup>300</sup>

Ainda outros libertos eram recomendados a funções variadas, por exemplo, no caso do Imperador Claudio, muitos dos seus súditos e funcionários eram libertos a ponto do governador da Judeia, à sua época, ser o liberto Félix. E ainda, muitos outros libertos se tornavam funcionários dos seus ex senhores.

Essa condição é especialmente investigada por Peter Garnsey, cujo argumento diz que a manumissão transformava o escravo em homem livre, e que os libertos eram economicamente ativos, mas não eram plenamente independentes, pois atrás destes havia patrões exercendo alto grau de controle, por isso que o liberto não era livre, nem na Itália e nem na Grécia<sup>301</sup>.

Evidentemente que os escravos cristãos que participavam das comunidades poderiam também alcançar a manumissão, baseado no que a lei propunha. É importante lembrarmos que, geralmente, as comunidades eram compostas por famílias e, raramente por indivíduos isolados. Logo, a maioria dos escravos que participava das comunidades era trazida por seus senhores. O próprio caso de Filemon elucida isto. A carta é escrita a um senhor que, aparentemente exercia alguma liderança na igreja, pois ele hospeda a comunidade (*ekklesia*) em sua casa (v.2). Assim, na casa em que se reúnem os crentes, possivelmente na cidade de Colossos, há escravos, inclusive do senhor da casa, partícipe da comunidade.

Como citado acima, no caso dos libertos, encontramos textos que defendiam que estes faziam parte da economia romana, através dos seus préstimos, fosse

---

<sup>300</sup> Tradução livre deste texto original: "I was my master's favourite for fourteen years. No disgrace in obeying your master's orders. Well, I used to amuse my mistress too. You know what I mean; I say no more, I not a conceited man. Then, as the Gods willed, I became the real master of de house, and simply had his brains in my pocket. I need only add that I was joint residuary legatee (...) But no one is satisfied whit nothing."

<sup>301</sup> GARNSEY, Peter. **Cities, Peasants and food, in classical antiquity: essays in social and economic history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998, 30 p.



servindo no comércio, na manufatura, na diversão das arenas, como prostitutas etc. ou, que não, necessariamente, fossem importantes para a realidade social, política e econômica do principado.

Sobre estes, ainda, encontramos quem os via infelizes, como seres numa condição de limbo social, onde não encontravam colocação e, argumentam que o exemplo dessa realidade seja o texto *Satyricon* de Petrônio, onde na *Cena Trimalquiones*, o liberto rico, extravagante e de mau gosto, Trimalcião, representa o pior do que uma sociedade poderia produzir.

Mas, por outro lado, há quem argumente analisando lápides mortuárias, que as feições das imagens dos libertos em tais lápides revelam alegria e leveza, e que os comentários que insistem em menosprezar os libertos da sociedade romana, viria de parte da elite aristocrática que, por inveja dos libertos teciam tais comentários ferinos; mas, o que de fato acontecia era que, mesmo tendo um passado de escravidão, aqueles libertos desfrutavam em muitos casos da fidelidade dos seus amos, que os incluía em suas próprias lápides, como membros das suas famílias.

Não sabemos se este foi o caso do escravo, ladrão e fujão Onésimo, que certamente reunia as piores características que uma ferramenta viva poderia ter. Como temos visto, o escravo era tratado como objeto para o prazer do seu senhor e como elemento que poderia auferir lucros aos seus donos. Não tendo vontade própria, nem podendo emitir opinião sobre nada, cabia-lhe a subserviência, o serviço, a presteza, a humilhação, em muitos casos, o frio, a fome, a nudez, não muito raro, em condições insalubres de trabalho. Enfim, era tratado, na maioria das vezes, como seres iguais ou inferiores a animais. Caso seu dono não lhe outorgasse condição diferenciada, sua vida valia o serviço que lhe prestava.

Se admitirmos que o Onésimo tratava-se de um escravo fugitivo, teremos então um exemplo ainda pior da espécie. A vontade do *pater familiae* violada por um ser por quem pagou preço, seria um dos piores insultos, e neste caso, não cabia misericórdia, caso fosse encontrado. As leis prescritas para este tipo de comportamento, além de comprometer possíveis cúmplices de fuga ou por omissão de informação, para o escravo, implicavam castigos terríveis.

Os amigos dos senhores defraudados estavam sempre à disposição para caçar tais elementos, e até mesmo, recompensas eram oferecidas aos que trouxessem de volta o fujão. Se reavidos, seriam devolvidos aos donos sob os maiores alardes, sendo arrastados pelas ruas principais; seriam açoitados, em alguns casos, teriam membros do corpo decepados e outros, ainda, pagariam com a própria vida sendo crucificados, em local específico. Suspenso num madeiro, que poderiam inclusive fazer as vezes do moderno *outdoor* propagandeando, como foi infiel ao seu dono e o que mereceu, por sua infidelidade, um castigo exemplar para impor medo àqueles que tentassem algo parecido.

A morte de cruz era, certamente, a pior das experiências de execução legal, pela qual alguém poderia passar. Criada pelos persas, assimilada e utilizada pelos egípcios; aprimorada, e usada em larga escala pelos romanos era, sem dúvida, a morte mais vergonhosa, mais dolorosa e a mais demorada praticada naqueles dias<sup>302</sup>. O condenado sofreria pelo menos durante um dia e meio as agonias, chegando, ocasionalmente, a demorar nove dias, até que expirasse<sup>303</sup>. Completamente nu e tenso, o que enrijecia todos os seus músculos, ficava esticado, com braços abertos, sofrendo para respirar, sem conseguir; tentando, inutilmente, sugar o mínimo de ar que fosse, ao se elevar por um pequeno apoio onde estavam pregados seus pés.

O modo como um ladrão era visto na sociedade romana passava por leis que implicavam, muitas vezes, na própria escravização do transgressor, dependendo do tipo de roubo que fosse cometido, especialmente se o dono não tivesse condições de reaver os bens roubados. Os ladrões estavam presentes nas vilas e nas cidades e, especialmente, nos seus entornos, onde poderiam surpreender os viajantes. Há alguns exemplos bíblicos que ilustram essas situações. E a mais famosa das passagens certamente trata-se da parábola do bom samaritano, onde um homem fora surpreendido por ladrões no caminho que saía de Jerusalém, que quase o mataram, fora da cidade, enquanto se dirigia a Jericó (Lc 10.30-35). Um escravo que roubasse seu senhor, a este não caberia nenhuma misericórdia. Se capturados por

---

<sup>302</sup> SWINDOLL, Charles R. **As trevas e o amanhecer**. Tradução: Tânia Mara Alves Pereira Mendes e Wladimir Pereira Mendes. Belo Horizonte: Editora Atos, 2003. p. 131.

<sup>303</sup> BENTES, João Marques; CHAMPLIN, Russell Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. 4ª Ed. São Paulo: Ed. Candeia, 1995. p. 1020.

civis, poderiam passar por todo tipo de humilhação, até mesmo por estupro coletivo<sup>304</sup>.

Paulo foi acusado, na cidade de Filipos, de impedir o lucro ao dono de uma escrava pitonisa, que predizia o futuro aos transeuntes. Depois que a moça teve contato com Paulo e Silas fora exorcizada perdendo assim sua capacidade de adivinhação, e eles foram levados diante de magistrados pelos donos da moça. Diante do episódio coube-lhes a sentença de açoites e, em seguida, aprisionamento. (At 16. 16-24) Citamos o caso para ilustrar com que severidade a lei era aplicada não apenas àqueles que roubassem, mas que, por quaisquer razões, impedissem que cidadãos livres obtivessem seus lucros inclusive através dos seus escravos.

Diante do que temos investigado, sendo Onésimo, como entendemos, um escravo fujão e ladrão, o que lhe caberia, senão as condenações que a sociedade romana impunha aos infratores? Certamente açoites, flagelos, todo tipo de humilhação e, por fim, quem sabe senão a própria morte por crucificação.

Mas, para além deste posicionamento ou daquele, o que está por detrás do escrito paulino não encontra respaldo legal. A saída orientada pelo apóstolo a Filemon, seu amigo, irá noutra direção. Quando Paulo escreve a Filemon, de modo tão inusitado, deixa transparecer que, para ele, pouco importa o que regem as leis romanas que legislam sobre escravidão, perdão, manumissão ou como se comporta a sociedade. Ele trabalha com outros códigos presentes naquele momento, somente nas comunidades cristãs.

Ele evoca a “lei do Amor”, que perdoa o imperdoável e chama Onésimo de filho. O que está por detrás disto certamente é o pressuposto cristão de que todo aquele que cria em Cristo se tornava filho de Deus, portanto, irmão de Jesus de Nazaré, pertencente à família de Deus. Dentro do contexto Greco-latino-romano, somente nas famílias as pessoas encontravam uma chance de continuar a viver, uma vez que, apenas marginalmente a religião e a filosofia politeístas prometiam uma vida melhor depois da morte<sup>305</sup>.

---

<sup>304</sup> RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013. p. 72.

<sup>305</sup> *Ibidem*; 183 p.

E neste *bilhete* a Filemon, Paulo apresenta um conjunto de paradoxos e absurdos em relação aos modos de tratamento, completamente fora do padrão comum a um escravo fugitivo que fosse encontrado. Mostrando que aquele escravo fugitivo, Onésimo, trata-se de um filho; que embora adulto, acaba de nascer; que é um sacrifício mandá-lo de volta, pois gostaria de tê-lo por perto pela causa do Reino; que a fuga de Onésimo não pode lhe onerar castigos, mas uma nova condição, igual ao do próprio Paulo; que ele foi inútil, mas a partir da experiência de conversão será muito útil; que poderá pagar tudo o que o escravo trouxe de prejuízo ao seu dono Filemon, mas lembra-se que Filemon lhe deve a própria vida; e espera que Filemon, fará mais do que lhe está pedindo. Assim, esse conjunto de paradoxos revela uma nova ordem que opera dentro de códigos absolutamente desconhecidos das leis romanas.

Logo, não se pode afirmar que Paulo tenha orientado aos seus leitores que os senhores deveriam manumitir seus escravos; mas que, o apelo que o apóstolo faz a Filemon está em consonância com os dogmas que vêm sendo ensinados às igrejas, a saber, que o mal deve ser pago com o bem; e ainda, que a prova de que alguém é do Senhor pode ser testemunhada por um irmão mais experiente (neste caso, o próprio Paulo testemunha sobre Onésimo); e que o modo como Paulo fala para que Filemon receba Onésimo (não mais como escravo e sim como irmão amado), ilustra o modo como os senhores cristãos deveriam agir para com os escravos que se converteram.

Sarah Ruden endossa essa ideia quando argumenta que:

(...) a igreja cristã dos primórdios, sem colocar em cena nenhuma campanha real contra a escravidão, enfraqueceu-a, ao longo dos séculos, até ela praticamente desaparecer da Europa. A escravidão estava condenada simplesmente porque ia contra o sentimento cristão. Paulo, porém, não está calculando nada desse tipo, ele está apenas entregando Onésimo – e Filemon, e toda a comunidade e ele mesmo – a Deus<sup>306</sup>.

O que temos percebido ao longo dessa pesquisa é que o Cristianismo primitivo não tinha como proposta nem incentivar a escravidão, nem promover a manumissão. E os debates que giram no entorno dessas temáticas, grosso modo,

---

<sup>306</sup> RUDEN, Sarah. Apóstolo Paulo. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013. p. 191.

ênfases aspectos sociais e econômicos, mas, com pouca ênfase em seu caráter religioso.

Evidentemente que a religião é um elemento social e pode também ser econômico, porém prestar atenção à questão religiosa, extática que envolveu Paulo, além de um grande desafio, certamente derrama mais luz sobre aspectos que ficam sombreados se analisados apenas pelos vieses social e econômico. Pois, a teologia de Paulo, ou seja, o que ele concebe sobre Deus, a igreja, salvação, as relações entre os convertidos etc. derivam de sua experiência extática no caminho de Damasco (At 9). Para Mircea Eliade, Paulo:

(...) reconhece no Ressuscitado o messias, o Filho enviado por Deus para libertar os homens do pecado e da morte. Por outro lado, a sua conversão estabelece uma relação de participação mística com Cristo. Paulo interpreta sua experiência como um análogo da crucificação (Gálatas, 2:19): possui agora “o pensamento de Cristo” (I Coríntios, 2:16) ou o espírito de Deus (7:40). Não hesita em proclamar que: “em mim Cristo fala!” (II Coríntios, 13:3; Romanos 15:18). Alude a um arrebatamento místico “até o terceiro céu” e às “revelações” que recebeu do Senhor (II Coríntios 12:1-4,7). Esses “sinais e prodígios” lhe foram concedidos pelo Espírito de Deus “para conduzir os gentios à obediência” (Romanos, 15:18). A despeito dessa experiência privilegiada Paulo não reivindica, em absoluto, um regime excepcional, distinto dos outros. Todo crente efetua a união mística com Cristo pelo sacramento do batismo<sup>307</sup>. (ELIADE, 2016, 303 p.)

Para nós não é muito difícil compreender os aspectos religiosos paulinos, por conta do nosso pensamento ocidentalizado, cristianizado e envolvido com esse universo de pesquisas sobre a escravidão antiga dentro do Cristianismo primitivo. Mas, temos de fazer um exercício para tentar enxergar sob a ótica daqueles homens, dentro daqueles contextos em que vivia Paulo de Tarso. O que significava aquela nova seita originária de Jesus de Nazaré, que alcançou certa capilaridade e que foi tão difundida por Paulo de Tarso em escala internacional, em pouco mais de três décadas, se tanto. Assim, há duas realidades encontradas nos textos bíblicos: uma de caráter espiritual e outra de caráter material. E é esta duplicidade que dará suporte a tudo o que Paulo e os demais autores do NT ensinarão.

---

<sup>307</sup> ELIADE, Mircea. **História das crenças e das ideias religiosas II: de Gautama Buda ao Triunfo do Cristianismo**. Tradução de Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, 303p.

Por exemplo, em questões políticas ou públicas, os autores do NT não vão induzir os participantes a se posicionar sobre este ou aquele que exerce poder sobre o povo, ou mesmo se posicionar em relação a esta ou aquela lei sobre assuntos variados, apenas a respeitar as autoridades e orar por elas (Rm 13.4<sup>308</sup>; I Pe 2.13,14 e 17<sup>309</sup>). Vemos que as observações feitas por Jesus e os demais autores bíblicos da época de Paulo, incluindo ele mesmo, revelam a existência de duas igrejas, uma física, visível e material, e outra espiritual, invisível sem materialidade aparente.

Jesus disse que as portas do inferno não prevalecerão à ação desta sua igreja (Mt 16.18<sup>310</sup>); Paulo dirá que Jesus voltará para buscar uma igreja imaculada (Ef 5.27) e inúmeras advertências são direcionadas aos membros das igrejas através dos autores bíblicos para que perseverem na doutrina dos apóstolos, no temor a Deus e em Cristo.

A diferença está justamente nesse particular. Existem essas duas realidades no que se refere à igreja: o fato de que existe do ponto de vista social, histórico, material, e não menos importante para os crentes, de que se trata de uma entidade espiritual. E é, para o apóstolo, esta realidade que move aquela. Por isso Paulo dirá que devemos orar pelos governantes, Pedro dirá que não é em vão que o soldado usa sua arma, como visto anteriormente, (I Pe 2.13,14) e Jesus, falando sobre pagamento de impostos, orientará a dar a Cesar o que é de Cesar (Lc 20.25<sup>311</sup>). Esses aspectos práticos cotidianos mostram que a igreja coexiste com as pessoas, dentro de sociedades, espalhadas por todos os lugares, sujeitas às suas leis e princípios. Mas, para os que participam das comunidades há um horizonte diferente de todos os outros, pois anelam pela vinda do Rei que transformará todas as coisas: tristezas em alegrias, lágrimas em riso (II Tm 4.1<sup>312</sup>; I Ts 1.10<sup>313</sup>; Ap 7.17<sup>314</sup>). É isto que move a vida e a pregação de Paulo de Tarso.

---

<sup>308</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 1943-1944.

<sup>309</sup> *Ibidem*; 2130 p.

<sup>310</sup> *Ibidem*; 1644 p.

<sup>311</sup> *Ibidem*; 1771 p.

<sup>312</sup> *Ibidem*; 2081 p.

<sup>313</sup> *Ibidem*; 2051 p.

<sup>314</sup> *Ibidem*; 2179 p.

Essas coisas todas colaboram para nossa compreensão sobre a escravidão. Pois, o que entendemos durante a pesquisa é que o Cristianismo, embora possa arrefecer a força da escravidão, não se propunha a isto. Porque seus códigos não funcionavam como os códigos legais e/ou políticos, mas, antes trabalhavam sob outra ótica, a da “era vindoura”. Assim, Paulo dirá em consonância com o ensino do seu mestre, que a carne para nada presta, pois o que importa são as coisas do (E)spírito (João 6.63<sup>315</sup>; Rm 7.18<sup>316</sup>). As suas decisões, orientações e práticas formarão um conjunto de loucuras, insanidades do ponto de vista lógico, por isto também ele argumentava que o que era loucura para o mundo, para Deus, na realidade é sabedoria (I Co 3.19<sup>317</sup>).

Entendemos também, observando os escritos paulinos que a alforria de escravos era possível uma vez que o apóstolo argumenta: foste chamado sendo escravo? Não te preocupes com isso. Mas, se ainda podes tornar-te livre, aproveita a oportunidade (I Co 7.21<sup>318</sup>).

### 3.4 Escravidão como metáfora do Reino

Para além de a questão da escravidão ser uma realidade dentro do universo romano no Principado, entendemos que Paulo se valerá da escravidão como recurso didático aplicável à sua mensagem. Portanto, entendemos que a manumissão era possível dentro de todo Principado, e talvez, mais possível ainda dentro das comunidades cristãs. Mas, a escravidão se transformou num recurso didático nos escritos paulinos para enfatizar a realidade da relação entre Cristo e os seus seguidores.

Do ponto de vista social, dentro das comunidades, segundo os argumentos do NT, há mais igualdade, pois “nessa nova vida já não há diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre, mas Cristo é tudo e

---

<sup>315</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1803 p.

<sup>316</sup> *Ibidem*; 1932 p.

<sup>317</sup> *Ibidem*; 1958 p.

<sup>318</sup> *Ibidem*; 202 p.

está em todos” (Cl 3.11<sup>319</sup>). Isto significa que os cristãos, ao mesmo tempo são todos iguais, e continuam a viver socialmente diferenciados como escravos e senhores dentro da sociedade civil. E como temos dito, os argumentos de Anacleto e Pedro de Oliveira nos são importantes nesse particular, quando escrevem:

(...) nisto há evidentemente uma contradição que só podemos resolver se, para já, nos situarmos em duas esferas distintas: dentro do campo estritamente eclesial, sobretudo nas assembleias litúrgicas, todos são iguais porque todos os crentes são um só em Cristo, foi ele que os libertou do pecado, pagando o caro resgate com a sua própria vida; criar as divisões ou manter as desigualdades na Comunidade de Cristo é retornar à servidão do pecado, é voltar a ser escravo dos homens. Na esfera civil, entretanto, deve cada qual manter-se no seu lugar, porque é aí, como pessoa concreta, na sociedade a qual pertence que deve dar testemunho da sua vivência cristã; não o fazer significaria uma fuga das realidades terrestres, preconizada pelos gnósticos, e implicaria também fazer-se escravo dos homens<sup>320</sup>. (OLIVEIRA, OLIVEIRA; 1977,1978; 29,30)

Os textos em que Paulo trata sobre a escravidão refletem claramente a necessidade que as pessoas tinham de compreender naquele mundo, que o Cristo que ele anuncia é Senhor. A escravidão, assim, cumpre um papel didático para ensinar a todos os crentes que eles têm de obedecer ao Senhor, pois são todos seus escravos; para ele não é possível de se compreender as coisas que são eternas se não observarem as que lhes são imediatas, triviais, cotidianas. Logo, a partir dessa trivialidade Paulo cria metáforas para tornar mais eficaz sua comunicação.

A escravidão era pautada na lei, mas, em Cristo há a graça divergindo da Lei do pecado e da morte (Rm 8.2<sup>321</sup>), logo, somente através desta graça é possível a libertação operar nos crentes; é possível a sujeição mútua, sendo esta a lição que se destaca da escravidão: sujeição, perda de vontade própria, limitação, dependência, senhorio e servilismo, todos esses termos, que são correlacionados à condição de

---

<sup>319</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2046 p.

<sup>320</sup> OLIVEIRA, Anacleto de; OLIVEIRA, Pedro de. **O Cristianismo e a escravidão no Império Romano**. on-line, Coimbra; Humanitas, nº 29,30, 1977-1978. Disponível em: < [http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf) > acessado em 25 de novembro 2017. p. 166,167.

<sup>321</sup> *Op. Cit.*; 1932 p.



senhor e escravo, são utilizados por Paulo para enfatizar a nova condição daquele ou daquela que abraça a fé cristã.

Assim, entendemos que a carta a Filemon não aponta necessariamente para um padrão de tratativa, um novo código legal cristão entre senhor e escravo, um dogma apostolar. Embora Paulo tenha autoridade apostólica, o que está implícito na carta não condiz com essa natureza, mas é pedido a Filemon, senhor de um escravo, para que o perdoe por sua atitude. Assim, no caso de Filemon, Paulo diz que está ciente do seu amor e fé que demonstra tanto pelo Senhor, bem como por todos os santos (v.4); Paulo fica feliz e é confortado por este amor de Filemon e ao saber que este reanima o coração dos santos (v.7); Paulo se identifica como velho (*presbites* – experiente) e como prisioneiro (*desmios*) de Cristo, antes de lhe fazer um pedido (v.9); e espera que Filemon aja em bondade e de livre vontade e não por obrigação (v. 14); e o pedido é que ele receba de volta seu escravo fujão, não mais nesta condição, mas antes como irmão caríssimo, uma vez que se converteu (v.16); Paulo se coloca na condição de igual ao escravo fujão ao dizer “recebe-o como se fosse a mim mesmo” (v.17); assume os possíveis prejuízos causados pelo escravo, advertindo que Filemon lhe deve a própria vida (vs.18, 19); admite que Filemon o obedecerá e fará mais do que espera (possivelmente espera que Filemon liberte seu escravo) (v.21) e, antes de se despedir espera logo visitar Filemon, após sua saída da prisão (v.22). Essa didática da relação senhor-escravo faz projeções para o futuro, neste escrito apostolar.

Ele encontra no modelo senhor-escravo um *modus vivendi* que define seu Cristianismo. Assim, mais de uma vez ele dirá: Tornem-se meus imitadores, como eu sou de Cristo (I Co 11.1<sup>322</sup>, 4.16<sup>323</sup>; Fl 3.17<sup>324</sup>), ele que se identifica como escravo de Cristo em muitos dos seus escritos (Gl 1.10, 3.28<sup>325</sup>; Rm 1.1<sup>326</sup>; I Co 9.19<sup>327</sup>). Todos os seus leitores devem imitá-lo, pois ele imita ao Cristo que anuncia e que

---

<sup>322</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2046 p.

<sup>323</sup> *Ibidem*; 1959 p.

<sup>324</sup> *Ibidem*; 2037 p.

<sup>325</sup> *Ibidem*; p. 2006 e 2010

<sup>326</sup> *Ibidem*; 1920 p.

<sup>327</sup> *Ibidem*; 1966 p.

sendo Senhor (*kyrios*) esvaziou-se (*ekenosen*) e se tornou escravo (*doulon*), morrendo na cruz. (Cl 2.15<sup>328</sup>)

Sendo os cristãos escravos de Cristo, essa condição espiritual lhes garante liberdade. Pois, ainda que os homens cristãos fossem escravos, eram livres em Cristo; sendo o contrário também verdade, que todos os livres, escravos ou libertos, que não fossem servos de Cristo, eram escravizados em suas almas, segundo o argumento paulino.

Mas outro aspecto dessas condições presente naquela sociedade tratava-se da presença do liberto, já citado nesta pesquisa. Se Onésimo foi manumitido por Filemon não sabemos, mas é certo que muitos escravos, cristãos ou não, eram manumitidos por seus senhores. E isto não seria diferente nas comunidades cristãs, onde uma de suas ênfases era a igualdade. Lembremos que o liberto na sociedade romana desempenhava também um papel importante para a economia<sup>329</sup>.

Paulo vai dizer que todos os cristãos desfrutam da mesma situação de liberdade em Cristo: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou. Portanto, permaneçam firmes e não se deixem submeter novamente a um jugo de escravidão” (Gl 5.1<sup>330</sup>); logo, o escravo é livre, mas, por outro lado, todos os que pertencem à comunidade cristã são escravos de Cristo. Então, não haveria nada de estranho se os escravos se sentissem melhor acolhidos nas comunidades cristãs, também por conta de que serão tratados com mais dignidade e talvez menos discriminados. E há registros até de escravas que tiveram posições importantes na comunidade cristã.

Plínio, O Jovem, que viveu entre 61 e 113 A.D., escrevendo ao Imperador Trajano, sobre como deveria proceder em relação aos cristãos, diz:

Recebi uma lista anônima com muitos nomes. Os que negaram ser cristãos considere-os merecedores de absolvição. De fato, sob minha pressão devotaram-se aos deuses e, pormenor particular, amaldiçoaram a Cristo, coisa que um genuíno cristão jamais aceita

---

<sup>328</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2045 p.

<sup>329</sup> GARNSEY, Peter. **Cities, Peasants and food, in classical antiquity**: essays in social and economic history. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; p. 30.

<sup>330</sup> *Op. Cit.*; 2012 p.

fazer. Outros inculpados da lista anônima começaram declarando-se cristãos e, logo, negaram sê-lo, declarando ter professado essa religião durante algum tempo e renunciado a ela há três ou mais anos; alguns a tinham abandonado há mais de vinte anos. Todos veneraram vossa imagem e as estátuas dos deuses, amaldiçoando a Cristo. Foram unânimes em reconhecer que sua culpa se reduzia apenas a isso: em determinados dias costumavam comer antes da alvorada e rezar responsivamente hinos a Cristo, como a um deus. Obrigavam-se por juramento não a algum crime, mas à abstenção de roubos, rapinas, adultérios, perjúrios, sonegação de depósitos reclamados pelos donos. Concluído esse rito, costumam distribuir e comer seu alimento. Este, aliás, era um alimento comum e inofensivo. Eles deixaram essas práticas depois do edito que promulguei, de conformidade com vossas instruções proibindo as sociedades secretas. Julguei ser mais importante descobrir o que havia de verdade nessas declarações através da tortura a duas moças, chamadas diaconisas, mas nada achei senão superstição baixa e extravagante<sup>331</sup>.

O documento acima atesta que cristãos genuínos não negavam a fé, já os falsos a negavam facilmente; seus ritos eram simples e não envolviam nada que lhes sujasse a moral, antes através de juramento obrigavam-se à abstenção de roubos, rapinas, adultérios, perjúrios, sonegação de depósitos reclamados pelos donos; e mostrou também que escravas poderiam ocupar cargos importantes na igreja primitiva.

Ao tentar descobrir se tudo quanto declaravam era verdade, Plínio torturou duas diaconisas da igreja, que eram escravas. A diaconia foi estabelecida na igreja cristã durante as demandas do crescimento das comunidades. O autor de Atos dos apóstolos revela-nos que diante da má distribuição de alimento às viúvas presentes nas comunidades, onde as gentílicas eram preteridas em relação às judias, diante das reclamações, os líderes da igreja estabeleceram um serviço específico para atender tais demandas. O texto nos diz:

Naqueles dias, crescendo o número de discípulos, os judeus de fala grega entre eles queixaram-se dos judeus de fala hebraica, porque suas viúvas estavam sendo esquecidas na distribuição diária de alimento. Por isso os Doze reuniram todos os discípulos e disseram: "Não é certo negligenciarmos o ministério da palavra de Deus, a fim de servir às mesas. Irmãos escolham entre vocês sete homens de

---

<sup>331</sup> BETTENSON, Henry. **Documentos da igreja cristã**. Tradução de Helmuth Alfred Simon. São Paulo: ASTE, 2001, p. 30.

bom testemunho, cheios do Espírito e de sabedoria. Passaremos a eles essa tarefa". (At 6:1-3<sup>332</sup>)

No texto temos que, inicialmente a igreja separava homens para o serviço diaconal, mas o texto escrito ao pastor Timóteo, de Éfeso, o orientará quanto à separação de diaconisas ao serviço nas comunidades presentes naquela cidade:

Os diáconos igualmente devem ser dignos, homens de palavra, não amigos de muito vinho nem de lucros desonestos. Devem apegar-se ao mistério da fé com a consciência limpa. Devem ser primeiramente experimentados; depois, se não houver nada contra eles, que atuem como diáconos. As mulheres igualmente sejam dignas, não caluniadoras, mas sóbrias e confiáveis em tudo. (1 Tm 3:8-11)

O importante para nossa pesquisa, no caso citado por Plínio, é que se tratavam de escravas. Este registro pontua a presença de escravos nas comunidades cristãs, bem como outros textos do NT que temos citado, e nos possibilita inferir que quaisquer pessoas que participassem das comunidades poderiam exercer cargos, a partir das demandas dessas comunidades e do testemunho dos pretendentes aos cargos, como atestam os textos bíblicos.

Ora, se temos essa realidade, descrita pela carta de Plínio e nas próprias cartas do NT, embora explicitamente não haja registro bíblico de alguma atividade de escravos ou libertos nas comunidades, isto deveria não ser incomum, uma vez que sua presença é uma realidade dentro daquela sociedade.

Como salientamos acima, o próprio Imperador Claudio se valeu de muitos libertos durante o seu governo, sendo um deles citado no livro de Atos dos apóstolos (At 9). Marco Antonio Felix, o liberto nomeado por Claudio para assumir o governo da Judeia<sup>333</sup>, contrariando o costume, pois geralmente quem assumia posições como esta no governo era pessoa ligada à aristocracia.

Parece-nos que os escravos e os libertos sob o domínio romano encontravam nas comunidades um lugar de acolhimento melhor que quaisquer outros lugares,

---

<sup>332</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1861 p.

<sup>333</sup> SUETÔNIO. A vida dos doze césores. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006. 266 p.

uma vez que as comunidades cristãs, sob a orientação dos apóstolos e presbíteros, prezavam e estimulavam a igualdade entre os fiéis. Lembremos que o comportamento dos escravos e/ou libertos estava diretamente ligado ao tipo de relação que desenvolveram com seus senhores. E até acontecia de escravos desfrutarem de certo status em lares e se envolverem em relacionamentos mais íntimos com os seus senhores<sup>334</sup>, embora não fosse isto lugar comum.

Por questões próprias as comunidades cristãs que mais cresciam passavam por muitos e variados problemas. Estes, geralmente, ligados a exageros cometidos pelos mais simples e de baixa cultura. O caso da igreja em Coríntios é típico e deixa essa realidade evidente quando Paulo escreve:

Irmãos, pensem no que vocês eram quando foram chamados. Poucos eram sábios segundo os padrões humanos; poucos eram poderosos; poucos eram de nobre nascimento. Mas Deus escolheu as coisas loucas do mundo para envergonhar os sábios, e escolheu as coisas fracas do mundo para envergonhar as fortes. Ele escolheu as coisas insignificantes do mundo, as desprezadas e as que nada são, para reduzir a nada as que são, para que ninguém se vanglorie diante dele. (I Co 1.26-29<sup>335</sup>)

O exemplo de Cresus<sup>336</sup>, na passagem de Satirycon, ilustra também essa condição peculiar daqueles atores sociais:

(...) Trimalchio, depois de imitar um homem com uma trombeta, olhou ao redor e viu seu preferido, a quem chamou de Croesus. A criatura

---

<sup>334</sup> RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013. 176 p.

<sup>335</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1955 p.

<sup>336</sup> O texto em inglês utilizado por nós diz: Then Trimalchio, after imitating a man with a trumpet, looked round for his favourite, whom he called Croesus. The creature had blear eyes and very bad teeth, and was tying up an unnaturally obese black puppy in a green handkerchief, and then putting a broken piece of bread on a chair, and cramming it down the throat of the dog, who did not want it and was sick. This reminded Trimalchio of his duties, and he ordered them to bring in Scylax, "the guardian of the house of the slaves". An enormous dog on a chain was at once led in, and on receiving a kick from the porter as a hint to lie down, he curled up in front of the table. Then Trimalchio threw him a bit of white bread and said, "no one in th house love me better than Scylax". The favorite took offence at his lavish praise of the dog, and put down the puppy, and encouraged him to attack Scylax. Scylax, after the manner of dogs, filled and dining-room with most hideous barking, and nearly tore Croesus's little Pearl to pieces. And the uproar did not end with a dog-fight, for a lamp upset over the table, and broke all the glass to pieces, and sprinkled some of the guests with hot oil. Trimalchio did not want to seem hurt at his loss, so he kissed his favourite, and told him to jump on his back. He mounted his horse at once and went on smacking Trimalchio's shoulders with hi open hand, saying, "How many are we, blind man's cheek?". E no corpo do texto está uma livre tradução feita por nós.

tinha olhos azuis e dentes muito ruins e estava com um cachorrinho preto de obesidade anormal, envolto em um lenço verde; sobre uma cadeira teimava em enfiar um pedaço de pão forçando-o pela garganta do cachorro, que não queria, apesar das náuseas. Isso lembrou Trimalchio de seus deveres, e ordenou que eles trouxessem Scylax, "o guardião da casa dos escravos". Um cão enorme em uma corrente adentrou ao recinto, e ao receber um chute do porteiro como ordem para se deitar, deitou-se à frente da mesa. Então, Trimalchio jogou-lhe um pouco de pão branco e disse: "Ninguém na minha casa me ama mais do que Scylax". O preferido se ofendeu pelo elogio feito ao cachorro e encorajou seu cãozinho a atacar o Scylax. Scylax, à maneira de cachorros quando perseguem os ladrões mais hediondos, encheu a sala com seus latidos ensurdecedores e quase rasgou a pequena pérola de Croesus em pedaços. E o tumulto não terminou com uma briga de cães, pois uma lamparina caiu sobre a mesa e se quebrou em pedaços, aspergindo em alguns convidados óleo quente. Trimalchio não queria parecer chateado com a situação, então beijou seu preferido e disse para ele pular em suas costas. O jovem montou sobre seu cavalo de uma vez e batendo continuamente em seus ombros com a mão espalmada, dizia: "Quantos dedos somos, bochecha do homem cego?".<sup>337</sup>

Neste episódio temos uma cena que, não sabemos se teatralizada ou que ilustrava a realidade, mas o que chama a nossa atenção é o modo como a relação entre o anfitrião, o liberto Trimalcião e o seu pequeno amante escravo, Croesus, se comportaram diante dos seus convivas. Exagerado, caricato ou desdenhoso, o que percebemos é que o liberto e os seus escravos, são percebidos ao longo de toda *Cena Trimalquiones* como pessoas que causam repulsa e escândalo em alguns, riso e espanto em outros. Em alguma medida o exagero que acontecia na igreja de Corinto também era reflexo disto, pois os escravos romanos à época desses documentos, em sua expressiva maioria, não eram nem sábios, nem poderosos, nem de nobre nascimento.

Por outro lado, os escravos e os libertos poderiam encontrar nas comunidades cristãs lugar para convívio com seus iguais, e um novo desafio para se viver uma vida moralizada e com regras baseadas na igualdade e no respeito. Porém, não deveriam ser poucos os casos dentre estes escravos que se aproximavam das comunidades para, de algum modo, obter a manumissão. Ciente dessa realidade, algumas décadas depois dos escritos de Paulo e de Petrônio, Inácio de Antioquia advertiu a Policarpo, bispo de Esmirna, a tomar certos cuidados

---

<sup>337</sup> PETRONIO, **Satyricon**. Tradução: Michel Heseltine, W.H.D. Rouse. Londres, Harvard: United Press. Coleção Loeb, 1987.p. 121 e 123.

para que escravos não se aproveitassem das comunidades meramente para obterem os benefícios da manumissão. Ele escreve ao bispo de Esmirna:

Não desprezes os escravos e as escravas. Contudo que eles não se inflem de orgulho, mas que sirvam com maior zelo para a glória de Deus, afim de obterem de Deus liberdade maior. Que eles não procurem tornarem-se livres às custas da comunidade, para não se tornarem escravos do desejo<sup>338</sup>.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho procuramos investigar como Paulo de Tarso entendia a escravidão dentro dos limites das comunidades por ele estabelecidas. Investigamos prioritariamente a sua carta escrita a Filemon, comparando-a a outros documentos do Novo Testamento e, também a outros escritos da mesma época. Entendendo que as comunidades estavam estabelecidas dentro do contexto maior que seria a sociedade romana dentro do Principado. Uma vez que o nosso objeto tratava-se do caso de Onésimo, escravo de Filemon, feita a investigação através dos documentos, chegamos a algumas considerações.

A escravidão promovida na modernidade, através do sequestro, compra e venda de negros na costa africana para senhores brancos do Novo Mundo, também se utilizava de textos bíblicos para respaldar suas ações. Mas, Paulo, à sua época, quando escreveu seus textos, tocando aqui e ali sobre relacionamento entre senhores e escravos, não tinha absolutamente a intenção de promover a escravidão, antes, no máximo, não a acatava por conta de entender que a natureza do seu trabalho não podia concorrer com aquela demanda. Entendemos a partir desta comparação, que o problema do Cristianismo para a promoção humana, passa por dois vieses: o primeiro é hermenêutico, de interpretação, pois o não saber ler qualquer texto pode promover exatamente o que o texto lido está negando. Especialmente quando há interesse comercial, que era o caso da escravidão no Novo Mundo, faz-se vistas grossas a qualquer coisa que se lhe atrapalhe o intento.

Outro assunto que podemos comparar neste estudo é a ética estoica de Sêneca em relação ao Cristianismo paulino. Grosso modo, autores diversos

---

<sup>338</sup> INÁCIO de Antioquia, in **Coleção Padres apostólicos**. Tradução: Ivo Stoniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. p. 122-123.

entendiam que parte da ética, presente no Cristianismo de Paulo de Tarso, era fruto das ideias estoicas de Sêneca. Segundo o que entendemos através da investigação é que a concepção sobre a escravidão a partir de Paulo não se harmonizaria com a ideia da escravidão estoica de Sêneca, pois tinham direções diferentes. Os argumentos de Sêneca, especialmente os presentes na Carta 47<sup>339</sup>, escrita a Lucílio, salientam que o modo de se tratar um escravo poderá transformá-lo em inimigo do seu senhor. O que percebemos por detrás desta ênfase de tratativa mais humanizada dos escravos, reconhecendo neles uma alma e sentimentos, era o interesse na manutenção da escravidão, para o bom funcionamento da economia romana e menos riscos para os senhores. É certo admitir que o contrário vinha acontecendo com os senhores que tratavam com maior rigor e rudeza os seus escravos.

Mas, nos argumentos paulinos o tratamento deveria ser de cordialidade para com todos, pois tanto o senhor quanto o escravo, dentro das comunidades, eram nivelados pelo exemplo de Cristo que, sendo Deus não se apegou a esta condição, mas se tornou escravo de todos (Fl 2.6,7<sup>340</sup>). A finalidade era que os homens de fora das comunidades, vendo os exemplos dos servos do Mestre fossem convencidos de que esta seria a melhor opção de vida e que, se acatado, implicaria em benefícios para a própria sociedade. Assim, enquanto Sêneca argumentava pensando na manutenção da economia e proteção do senhorio, os argumentos paulinos eram pautados na religião, que a partir dos códigos da ética cristã conduzia a vida, segundo o que ele entendia, para melhor. E, não apenas para os envolvidos diretamente na questão senhor-escravo, mas, antes no que seria melhor para as comunidades cristãs e sociedade, de modo geral. Evidentemente que isto não resolvia tudo, porque os envolvidos nas comunidades continuavam humanos e, por natureza, ambíguos. Então, pelo que percebemos, a orientação apostólica ia noutra direção da intencionada por Sêneca.

Outra ênfase que destacamos na pesquisa está no fato de que Paulo de Tarso faz da realidade social da escravidão uma metáfora da vida cristã, pois, toda sua intensidade evangelizadora passa por ela. Pois, enquanto a escravidão

---

<sup>339</sup> SENECA, Lucio Anneo. **Epístolas Morales**. Tradução de Ismael Roca Meliá. Livro I a IX; epístolas de 1 a 80. Madrid: Editorial Gredos, 1986. p. 274-281.

<sup>340</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. p. 2033 e 2034.



instituição pautada na lei romana estava presente em toda sociedade e promovia, em muitos casos, morte social, física e de outras natureza, pensar a escravidão como metáfora do Cristianismo transformava aqueles cristãos participantes das comunidades, ao menos, ideologicamente, mais comprometidos com a fé. Isto, aparentemente, explica o quase descaso com o qual o apóstolo lida com a escravidão dentro das comunidades.

Mas, ele se torna um exemplo de servidão ao mestre, dando testemunho de si mesmo. Lembremos que ele empreendeu três viagens missionárias, estabelecendo muitas comunidades em muitos lugares da Ásia Menor, correndo riscos e perigos constantes, como fora registrado por ele mesmo na segunda carta que escreve à comunidade de Corinto:

Faço questão de repetir: ninguém me considere insensato. Mas se vocês assim me consideram, recebam-me como receberiam um insensato, a fim de que eu me orgulhe um pouco. Ao ostentar este orgulho, não estou falando segundo o Senhor, mas como insensato. Visto que muitos estão se vangloriando de modo bem humano, eu também me orgulharei. Vocês, por serem tão sábios, suportam de boa vontade os insensatos! De fato, vocês suportam até quem os escraviza ou os explora, ou quem se exalta ou lhes fere a face. Para minha vergonha, admito que fomos fracos demais para isso! Naquilo em que todos os outros se atrevem a gloriar-se — falo como insensato — eu também me atrevo. São eles hebreus? Eu também. São israelitas? Eu também. São descendentes de Abraão? Eu também. São eles servos de Cristo? — estou fora de mim para falar desta forma — eu ainda mais: trabalhei muito mais, fui encarcerado mais vezes, fui açoitado mais severamente e exposto à morte repetidas vezes. Cinco vezes recebi dos judeus trinta e nove açoites. Três vezes fui golpeado com varas, uma vez apedrejado, três vezes sofri naufrágio, passei uma noite e um dia exposto à fúria do mar. Estive continuamente viajando de uma parte a outra, enfrentei perigos nos rios, perigos de assaltantes, perigos dos meus compatriotas, perigos dos gentios; perigos na cidade, perigos no deserto, perigos no mar, e perigos dos falsos irmãos. Trabalhei arduamente; muitas vezes fiquei sem dormir, passei fome e sede, e muitas vezes fiquei em jejum; suportei frio e nudez. (II Co 11.16-27<sup>341</sup>)

Assim, a partir da sua própria experiência pessoal, ao correr riscos desmedidos por ser escravo de Cristo e querer, a qualquer custo, agradar ao seu

---

<sup>341</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional. p. 2000 a 2001.

senhor e repassar a mensagem que lhe foi confiada, Paulo mostra que, do seu ponto de vista, aquilo era a única vida a ser vivida, independentemente se preso ou livre.

Então, a escravidão nos escritos deste apóstolo aos gentios, segundo nossa leitura, não é mero status social, antes ele se apodera da mesma simbolicamente, com a finalidade de tornar sua mensagem mais eficaz. Este, que é um dos elementos principais, segundo a ideia do apóstolo, poderá fazer com que os cristãos entendam melhor o que é viver para Cristo, que foi escravo a ponto de morrer numa cruz.

Assim, ele conceitua em seus textos, pois uma vez que Jesus Cristo é o Senhor (*kiryos*) de todos os participantes das comunidades, estes então são seus escravos (*doulos*). Logo, todos estes lhe devem absoluta submissão, estando à sua completa disposição, mas futuramente serão recompensados pela glória eterna que será revelada. A implicação disto na dinâmica da vida cotidiana nas comunidades e fora delas, é que os servos de Cristo tudo suportam por amor ao Seu nome. E que, todo sofrimento nesta vida, redundará em uma glória eterna que a nada poderá ser comparada (II Co 4,17<sup>342</sup>).

Enfim, nossa última consideração é sobre o liberto cristão que, como os escravos e os livres, nos textos bíblicos do NT, são servos de Cristo, segundo os ensinamentos de Paulo. E embora não saibamos se Onésimo foi manumitido por Filemon, sabemos que era possível que libertos assumissem cargos de liderança nas comunidades e também fora delas, uma vez que até escravas foram diaconisas, conforme o documento do governador da Bitínia<sup>343</sup>, Plínio, citado acima.

Sete cartas nos chegaram assinadas por Inácio. Este homem foi bispo em Antioquia de meados do primeiro século até o início do segundo. Condenado à morte pelo imperador Trajano, fora escoltado desde a cidade de Antioquia da Síria até Roma, por mais de 2000 quilômetros onde seria lançado às feras. Durante esse trajeto, hospedava-se nas cidades pelo caminho. Estando hospedado na igreja de Esmirna escreveu uma carta à igreja de Éfeso, cujo bispo chamava-se Onésimo,

---

<sup>342</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1991 p.

<sup>343</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013. 76 p.

segundo o relato de Eusébio de Cesareia<sup>344</sup>. Inácio fala daquele Onésimo como, um homem de Deus, de indizível amor, que louva a voz alta a bondade de Deus, falando que aquela comunidade vive segundo a verdade<sup>345</sup>.

O nome Onésimo é considerado comum entre os escravos e os libertos, dentro do contexto em que a carta a Filemon fora escrita. Sara Ruden é ainda mais incisiva quando diz que a lenda liga o nome do escravo de Filemon ao Onésimo que fora bispo de Éfeso; e que para aplicar o devido ceticismo deveríamos nos fazer algumas perguntas como se de fato Filemon o alforriou:

(...) como ele sobreviveria? Certamente, naquela época, a igreja não tinha ainda nenhum cargo formal assalariado, (...) quem teria aceitado alguém que um dia tinha sido escravo fugitivo como autoridade da igreja? Teria talento comercial ou dinheiro para começar um negócio e sobreviver por conta própria? Diaristas costumavam ser pobres coitados mortos de fome, que perdiam a competição com os escravos, se ele viesse a se tornar um cliente liberto, teria alguma vantagem em relação a um escravo bem tratado? E, de qualquer forma, um cliente agia em nome do seu patrão em público. Como um ex-fugitivo poderia fazer isto?<sup>346</sup>

Embora as pressuposições de Ruden sejam firmes e aparentemente indestrutíveis, voltemos àquilo que tem sido nosso argumento. Em primeiro lugar, em relação à sobrevivência de Onésimo, se este foi manumitido por Filemon, os próprios fiéis da comunidade deveriam se comprometer uns com os outros e isto não era difícil de acontecer. Paulo mesmo empenhou-se numa campanha levantando fundos para levar suprimentos à comunidade de Jerusalém, que passava por período de fome (I Co 16.1-3<sup>347</sup>).

Outro ponto é que as comunidades não funcionavam com os mesmos códigos da sociedade comum, embora, naturalmente, estivessem nela inseridas. Paulo, em alguns textos, mostrará que os participantes das comunidades eram de origens variadas e nem sempre de boa índole. Ele dirá:

---

<sup>344</sup> EUSÉBIO DE CESARÉIA. **Historia eclesiástica**. Tradução de Wolfgang Fischer. São Paulo: Novo Século, 2002. p. 107, 108.

<sup>345</sup> INACIO DE ANTIOQUIA. **Patrística: Coleção Padres apostólicos**. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Ed. Paulus, 1995. p. 82-84.

<sup>346</sup> RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução de Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Ed. Benvirá, 2011, 182p.

<sup>347</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1981 p.

Mas agora estou lhes escrevendo que não devem associar-se com qualquer que, dizendo-se irmão, seja imoral, avarento, idólatra, caluniador, alcoólatra ou ladrão. Com tais pessoas vocês nem devem comer. (I Co 5.11<sup>348</sup>)

Ainda, noutra carta instruirá:

Quanto à antiga maneira de viver, vocês foram ensinados a despir-se do velho homem, que se corrompe por desejos enganosos, a serem renovados no modo de pensar e a revestir-se do novo homem, criado para ser semelhante a Deus em justiça e em santidade provenientes da verdade. Portanto, cada um de vocês deve abandonar a mentira e falar a verdade ao seu próximo, pois todos somos membros de um mesmo corpo. "Quando vocês ficarem irados, não pequem". Apaziguem a sua ira antes que o sol se ponha, e não deem lugar ao diabo. O que furtava não fure mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade. Nenhuma palavra torpe saia da boca de vocês, mas apenas a que for útil para edificar os outros, conforme a necessidade, para que conceda graça aos que a ouvem. (Ef 4.22-29<sup>349</sup>)

Estes dois textos, dentre outros tantos do NT, mostram que o problema na ocasião era alguém que, dizendo-se irmão, tivesse práticas incoerentes em relação às práticas propostas pelo dogma apostólico. Logo, nas comunidades o que estava em questão não era como foi o passado dos seus membros e sim como estavam vivendo na ocasião, sendo desafiados pelas mensagens dos apóstolos, pela oração, pelo congregar, a viver mantendo a fé como a abraçaram, até o fim.

Outra questão que, em alguma medida, toca neste ponto, é o fator tempo. Supondo que Onésimo tenha sido alforriado por Filemon, que tenha se mantido firme na fé cristã e que, pelo testemunho, tenha sido indicado para assumir a comunidade em Éfeso, isto deve ter acontecido décadas depois. Não há como precisar, mas há como supor que não se assumiria um cargo eclesial de tanta importância e em tão pouco tempo, como dá a entender pelos argumentos de Ruden.

---

<sup>348</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1960 p.

<sup>349</sup> *Ibidem*; 1861 p. 2024-2025.

Na carta a Timóteo há uma lista de exigências para aqueles que desejam ser bispos na igreja. O texto diz:

Esta afirmação é digna de confiança: se alguém deseja ser bispo, deseja uma nobre função. É necessário, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma só mulher, sóbrio, prudente, respeitável, hospitaleiro e apto para ensinar; não deve ser apegado ao vinho, nem violento, mas sim amável, pacífico e não apegado ao dinheiro. Ele deve governar bem sua própria família, tendo os filhos sujeitos a ele, com toda a dignidade. Pois, se alguém não sabe governar sua própria família, como poderá cuidar da igreja de Deus? Não pode ser recém-convertido, para que não se ensoberbeça e caia na mesma condenação em que caiu o diabo. Também deve ter boa reputação perante os de fora, para que não caia em descrédito nem na cilada do diabo. (I Tm 3.1-7<sup>350</sup>)

Se todas essas exigências deveriam ser cumpridas à risca, percebamos que nada há que remetesse ao passado do pretendente ao cargo, mas este não deveria ser recém-convertido e deveria ter boa reputação dos de fora. Ora, essas duas realidades implicam tempo, necessariamente, porque, possivelmente Onésimo era jovem quando cometeu seu delito (Fm 9,10<sup>351</sup>), e deveria também adquirir mais experiência na fé até poder assumir um cargo àquela altura.

Logo, não seria de todo impossível que, cinquenta anos mais tarde, esse mesmo Onésimo já maduro e manumitido pelo seu senhor Filemon, atuante na comunidade, sendo indicado para o bispado da igreja em Éfeso, ocupasse o lugar de bispo.

Na verdade não temos todas as respostas para os desafios que o passado nos coloca diante de textos como o pesquisado neste trabalho. Mas, no caso desta pesquisa, através de outros textos do mesmo autor, de outros autores e discussões sobre esses assuntos, podemos usar a imaginação e a perspicácia enquanto pesquisamos, para tentar entender o que Paulo de Tarso tinha em mente sobre a escravidão ao escrever sua carta a Filemon.

De tudo, o que entendemos é que ele se valeu da escravidão como metáfora para cumprir sua missão e estimular aos seus iguais imediatos ao mesmo projeto de vida, de levar os ensinamentos do Nazareno a sério, até o fim. Ele o fez, ilustrando com a

---

<sup>350</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 2069 p.

<sup>351</sup> *Ibidem*; 2090 p.

própria morte, quando sucumbiu sob a espada de Nero em meados de 60<sup>352</sup>; e a manumissão era possível, mas não era uma preocupação, porque tudo, sob a sua ótica cooperava para o bem (Rm 8,28<sup>353</sup>); e que por fim, através do seu texto, percebemos que tendia a ensinar que era possível o convívio numa sociedade injusta, sob a perspectiva de que dias melhores poderiam vir.

---

<sup>352</sup> VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013, 89 p.

<sup>353</sup> BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000. 1934 p.

## Bibliografia

### Fontes<sup>354</sup>

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SAGRADA, Nova Versão Internacional**: Antigo e Novo Testamentos. Traduzida pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Sociedade Bíblica Internacional, 2000.

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA DE JERUSALÉM**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Gilberto da Silva Gorgulho. São Paulo: Edições Paulinas, 2ª impressão, 1992.

ALAND, Barbara. ALAND, Kurt. KARAVIDOPOULOS, Johannes. MARTINI, Carlo M. & METZGER, Bruce M. eds. **Nestle-Aland – Novum Testamentum Graece**. 28th revised ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012.

### Fontes Secundárias

DIGESTO de Justiniano: **liber primus**. Tradução: Hécio Maciel França Madeira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Osasco: UNIFIEO; 2002.

INACIO DE ANTIOQUIA in **Patrística: Coleção Padres apostólicos**. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo: Ed. Paulus, 1995.

PETRONIO, **Satyricon**. Tradução: Michel Heseltine, W.H.D. Rouse. Londres, Harvard: United Press. Coleção Loeb, 1987.

SENECA, Lucio Anneo. **Epistolas Morales**. Tradução de Ismael Roca Meliá. Livro I a IX; epistolas de 1 a 80. Madrid: Editorial Gredos, 1986.

STRABO. **The Geography of Strabo**. Boston: Harvard University Press, 1961.

SUETÔNIO. **A vida dos doze césores**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

---

<sup>354</sup> Durante nossa pesquisa nos valem de algumas versões bíblicas. Esta opção, não necessariamente foi feita por preferência ao texto bíblico ou tradução, mas antes, pelos comentários contidos nos mesmos. Para as passagens bíblicas citadas ao longo do trabalho, basicamente usamos a Bíblia de Jerusalém e a Nova Versão Internacional. Aquela (BJ) por se tratar de um texto clássico quando das pesquisas históricas com assuntos similares ao que investigamos, e esta (NVI) por questões de melhor compreensão em sua tradução, o que dá mais fluidez a alguns textos. Assim, as demais versões que constam como fontes nesta bibliografia, basicamente, nos ajudaram a compreender contextos e argumentos, a partir dos seus comentários e notas de rodapé.

XENOFONTE, **Anabasis**. Tradução: Ramón Bach Pelliccer. Madrid: Gredos, 1982.

### **Bibliografia Geral**

ALFÖLDY, Geza. **História Social de Roma**. Tradução Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editora Esperança, 1989.

BARCLAY, William. **El pensamiento de San Pablo**. Buenos Ayres: Ed. La Aurora, 1978.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. São Paulo: ed. Paulus, 2014.

BARTH, Markus. **The broken wall: a study of epistle of Ephesians**. United Kingdom: Collins, 1960.

BASSERMAN, Lujo. **História da prostituição: uma interpretação cultural**. Tradução Rubens Stuckenbruck. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BAUR, Ferdinand Christian. **Paul, the apostle of Jesus Christ: his life and the work, his epistles and his doctrine**. Translated from the German by Rev. A. Menzies. Vol. II. Edinburgh, London: William and Norgate, 1875.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**; Trad. de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis, Vozes, 1986.

BETTENSON, Henry. **Documentos da igreja cristã**. São Paulo: ASTE, 2001.  
BÍBLIA. Português. **A BÍBLIA ANOTADA – edição expandida, Charles C. Ryrie**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de Susana Klassen. São Paulo: Ed. Mundo Cristão, Barueri: SBB, 2007.

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA SHEDD**: Antigo e Novo Testamentos. Tradução João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil; São Paulo: Edições Vida Nova, 1998.

BÍBLIA. Português. **BÍBLIA VIDA NOVA**: Antigo e Novo Testamentos. 17ª edição. Tradução João Ferreira de Almeida. São Paulo: Edições Vida Nova e Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no Novo Mundo: do barroco ao moderno, 1492-1800**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 2003.



- BROWN, Colin. COENEN, Lothar. (orgs.) **Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução: Gordon Chown. 2ª Edição. São Paulo: Edições Vida Nova, 2000, p. 676.
- BRUCE, F. F. **Paulo, o apóstolo da graça: sua vida, cartas e teologia**. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Shedd Publicações, 2003.
- BRUN, Jean. **El estoicismo**. Buenos Ayres: Ed. Universidade de Buenos Ayres, 1977.
- BUSWELL III, J. Oliver. **Slavery, Segregation and Scripture**. Michigam: Eerdmans Publishing Co., 1964.
- CARSON, Donald; MOO, Douglas J.; MORIS, Leon. **Introdução ao Novo Testamento**. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Edições Vida Nova, 1997.
- CLAVEL-LÉVÊQUE, Monique. **La lettre de Paul à Philémon et les rapports esclavagistes**. Dialogues d'histoire ancienne, Paris, vol. 7, pp. 221-233, 1981.
- CROSSAN, John Dominic; REED, Jonathan L. **Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano**. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007.
- CHEVITARESE, André. **Cristianismos: questões e debates metodológicos**. Rio de Janeiro: Kline Editora, 2011.
- DANIEL-ROPS, Henry. **A vida diária nos tempos de Jesus**. Tradução: Neyd Siqueira. São Paulo: Edições Vida Nova, 1961; reimpressão, 1991.
- DEMONT, R. (Org.) (2003) **Do político: por uma história política**. Tradução. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- DUNN, James D. G. **A teologia do Apóstolo Paulo**. Tradução de Edwino Royer. São Paulo: Ed. Paulus, 2ª Edição, 2008
- \_\_\_\_\_, James D. G. **Jesus, Paulo e os Evangelhos**. Tradução: Nélío Schneider. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- ELLIS, Edward Earle. **History and interpretation in New Testament perspective**. Leiden, Boston, Köln: Brill, 2001.
- EDWARDS, B.B.; PARK, E. A. (Org.) **Bibliotheca Sacra and Theological Review**. New York and London: Allen, Morrill ad Wardwell, 1845. Vol. II.
- FELDMAN, Louis H. **Jews and Gentile in the ancient world: attitudes and interactions from Alexander to Justinian**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

FINLEY, Moses. **A Economia antiga**. Tradução de Luisa Feijó. Porto: Edições Afrontamento, 1980.

\_\_\_\_\_, Moses. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Tradução de Norberto Luiz Guarinello. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

GARNSEY, Peter. **Cities, Peasants and food, in classical antiquity: essays in social and economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

GARRAFONI, Renata Senna. **Bandidos e salteadores na Roma antiga**. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2002.

GIARDINA, Andrea. (Org.). **O homem romano**. Trad. Maria Jorge Villar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GOODMAN, Martin. **The Roman world: 44 BC – AD 180**. New York: 1997.

GONÇALVES, Claudiomar dos Reis. **Classe e cultura no alto império Romano: os libertos de Paul Veyne**. Boletim do CPA, Campinas, nº 6/7, 1998.

GOULART, Mauricio. **A escravidão africana no Brasil: das origens a extinção do tráfico**. São Paulo: editora Alfa Ômega; 3ª edição. 1975.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **Escravos sem senhores: escravidão, trabalho e poder no mundo romano**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.26, nº 52.

HARPER, Kyle. **Slave in the late Roman world: AD 275 – 425**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HARRILL, J. Albert. **Paul and slavery in Paul and Greek-Roman World: A Handbook**. Ohio: Article Express, nº 1238710; 2003.

HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: exposição de Colossenses e Filemon**. Tradução: Ézia Cunha Mullins. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1993.

HOULDEN, J. H. **The Pelican New Testament Commentaries. Paul's Letters from prison: Philippians, Colossians, Philemon and Ephesians**. London: 1970.

JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém nos tempos de Jesus**. Tradução de M. Cecília de M. Duprat. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

JOLY, Fábio Duarte. **A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura**. São Paulo: Alameda, 2005.

\_\_\_\_\_. **Libertate opus est: escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 D.C)**; Curitiba: Ed. Progressiva, 2010.

Liverani, Mario. **Antigo Oriente: história, sociedade e economia**. Tradução: Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

MARROU, Henri-Iréene. **Historia de la educación em la antigüedad**. Tradução de Yago Barga Quiroga. Madri: Akal Universitária, 1971.

MARTIN, Ralph P. **Colossenses e Filemon: introdução e comentário**. Tradução: Gordon Chown. São Paulo. Ed. Vida Nova, 194. Reimpressão, 2007.

MEEKS, Wayne A. **Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo**. Tradução: I. F. L. Ferreira. São Paulo: Ed. Academia Cristã e Ed. Paulus, 2015.

MERRILL, Eugene H. **História de Israel do Antigo Testamento: o reino de sacerdote que Deus colocou entre as nações**. Tradução: Romell S. Carneiro. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleia de Deus, 2ª edição 2002.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Paulo: Biografia Crítica**. Tradução de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Edições Loyola; 2015.

**NOVUM TESTAMENTUM GRAECE**. Nestle-Aland. Gesamtherstellung Pustet, Regensburg, Stuttgart, 3º Druck, 2001.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. Tradução: Ana Maria Martinez Corrêa e Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Editora UNESP.

PETIT, Paul. **A paz romana**. Tradução: João Pedro Mendes. São Paulo: EDUSP, 1989.

PETRÔNIO. **Satíricon**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

REDE, Marcelo. **Escravidão Antiga e Moderna** in Revista Tempo: vol. 3, nº 6, dezembro de 1998.

- REIS, João Jose. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. 3ª reimpressão: São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- ROCHA, Ivan Esperança. **Dominadores e dominados na Palestina do século I**. São Paulo: Revista História, nº 23.
- RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo**. Tradução: Marcelo Musa Cavallari. São Paulo: Editora Benvirá, 2013.
- SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. São Paulo: Editora Atual. 17ª edição. 1994.
- ST. CROIX, Geoffrey de. **Classstruggle in the ancient greek world: from the Archaic Age to the Arab Conquests**. New York: Cornell University Press, 1981.
- STOTT, John R. W. **A mensagem de I Timóteo e Tito**. Tradução de Milton Azevedo de Andrade. São Paulo: ABU Editora, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A mensagem de Efésios**. Tradução: Gordon Chown. São Paulo: ABU Editora; 5ª edição.
- SWINDOLL, Charles R. **As trevas e o amanhecer**. Tradução: Tânia Mara Alves Pereira Mendes e Wladimir Pereira Mendes. Belo Horizonte: Editora Atos, 2003.
- SILVA, Glaydson José. **Aspectos de cultura e gênero na arte de amar de Ovídio e no Satyricon de Petrônio: representações e relações**. 2001. Dissertação. Mestrado em História. Departamento de História. Universidade de Campinas, Campinas.
- VASCONCELOS, Pedro F.; FUNARI, Pedro Paulo. **Paulo de Tarso: um apóstolo às nações**. São Paulo: Editora Paulus, 2013.
- VEYNE, Paul. **O império romano**. Tradução de Hildegard Feist *in* História da vida privada. (org.) São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- VIELHAUER, Philipp. **A história da literatura cristã primitiva: introdução ao Novo Testamento, aos apócrifos e aos Pais Apostólicos**. Tradução: Ilson Kayser. São Paulo: Academia Cristã, 2005.
- VILLAÇA, Mariana Martins. **Polifonia tropical: experimentação e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967 – 1972)**. São Paulo: Humanitas, 2004.

WALLON, Henri. **Histoire de l'esclavage dans l'antiquité**. Paris: Librairie Hachette, 1879.

WESTERMANN, W. L. **Slave Systems of Greek and Roman Antiquity**. Philadelphia: Independence Square, 1955.

ZHODIATES, Spiros. **The Complete Word Study Dictionary: New Testament**, Iowa: World Bible Publishers, 1994.

### **Sites, Revistas e Artigos Eletrônicos**

<http://biblehub.com/>

<http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1074&context=el>  
[eu](http://digitalcommons.liberty.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1074&context=el)

[http://www.academia.edu/12128028/Paul and Slavery](http://www.academia.edu/12128028/Paul_and_Slavery)

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000314339&fd=y>

<http://www.ccel.org/ccel/hutton/moravian.v.vi.html>

<http://www.derechoromano.es/2013/07/maneras-de-salir-esclavitud-manumissio-formas-solemnes.html>

<http://www.dicionario-aberto.net/search/plethro>

[http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07\\_Oliveiras.pdf](http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas29-30/07_Oliveiras.pdf)

[https://es.wikisource.org/wiki/Cartas a Lucilio - Carta 47](https://es.wikisource.org/wiki/Cartas_a_Lucilio_-_Carta_47)

[https://www.youtube.com/watch?v=Dn\\_2Rlo4QJc](https://www.youtube.com/watch?v=Dn_2Rlo4QJc)

### **Breve bibliografia sobre Paulo de Tarso**

ALLISON, Dale C. **The End of the Ages Has Come: An Early Interpretation of the Passion and Resurrection of Jesus**. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

ANDERSON, R. Dean, **Jr. Ancient Rhetorical Theory and Paul**. Kampen, The Netherlands: Kok Pharos, 1996.

BAKIRTZIX, Charalambos; KOESTER, Helmut (eds). **Philippi At the Time of Paul and After His Death**. Harrisburg PA: Trinity Press International, 1998.

BANKS, Robert. **Paul's Idea of Community: The Early House Churches in Their Cultural Setting**. Revised ed. Peabody, Ma: Hendrickson Publishers, 1994.

BARTCHY, S. Scott. **First-Century Slavery and 1 Corinthians 7:21**. SBL Dissertation Series 11 ed. Society of Biblical Literature, 1973.

BECKER, Jürgen. **Paul: Apostle to the Gentiles**. Translated by O. C. Dean, Jr. Louisville: Westminster/John Knox, 1993.

BEKER, J. Christiaan. **Heirs of Paul: Paul's Legacy in the New Testament and in the Church Today**. 1991; reprint, Grand Rapids MI: Eerdmans, 1996.

\_\_\_\_\_. **Paul's Apocalyptic Gospel: The Coming Triumph of God**. Philadelphia: Fortress Press, 1982.

\_\_\_\_\_. **The Triumph of God**. *The Essence of Paul's Thought*. Minneapolis: Fortress, 1990.

BOERS, Hendrikus. **The Justification of the Gentiles: Paul's Letters to the Galatians and Romans**. Hendrickson, 1994.

BORING, M. Eugene. **Opposition to Paul in Jewish Christianity**. Minneapolis: Fortress, 1989.

BRANICK, Vincent P. **House Church in the Writings of Paul**. Zachaeus Studies ed. Michael Glazier, 1989.

BREMMER, Jan N (ed.) **The Apocryphal Acts of Paul and Thecla**. Kampen, The Netherlands: Kok Pharos, 1996.

BRISTTOW, John Temple. **What Paul Really Said About Women**. Harper, 1988.

BROWN, Raymond E. **The Churches the Apostles Left Behind**. Paulist Press, 1984.

CALLAN, Terrance. **Psychological Perspectives on the Life of Paul: An Application of the Methodology of Gerd Theissen**. Edwin Mellen Press, 1990.

CARR, Wesley. **Angels and Principalities: The Background, Meaning and Development of the Pauline Phrase**. Cambridge University Press, 1981.

CASTELLI, Elizabeth A. **Imitating Paul: A Discourse of Power**. Westminster/John Knox Press, 1991.

DAVIES, Stevan L. **The Revolt of the Widows. The Social World of the Apocryphal Acts**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1980.

DAVIES, W. D. **Paul and Rabbinic Judaism: Some Rabbinic Elements in Pauline Theology**. (orig: 1948) ed. Philadelphia: Fortress Press, 1980.

DEMING, Will. **Paul on Marriage and Celibacy: The Hellenistic Background of 1 Corinthians 7**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DONALDSON, Terence L. **Paul's Gentile Offering: Gentile Salvation and the Reconfiguration of Paul's Convictional World**. Fortress, 1997.

\_\_\_\_\_. **Paul and the Gentiles: Remapping the Apostle's Convictional World**. Minneapolis: Fortress, 1997.

DONFRIED, Karl P. **The Romans Debate. Essays on the Origin and Purpose of the Epistle**. Revised and Expanded ed. 1977; reprint, Minneapolis: Hendrickson, 1991.

DUNGAN, David. **The Sayings of Jesus in the Churches of Paul: The Use of the Synoptic Tradition in the Regulation of Early Church Life**. Philadelphia: Fortress Press, 1971.

DUNN, James D. G. **The Theology of Paul's Letter to the Galatians**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ELLIOT, Neil. **Liberating Paul: The Justice of God and the Politics of the Apostle**. Maryknoll: Orbis Books, 1994.

\_\_\_\_\_. **The Rhetoric of Romans: Argumentative Constraint and Strategy and Paul's Dialogue with Judaism**. JSNT 45 ed. Sheffield: JSOT / Sheffield Academic Press, 1990.

ENGBERG-PEDERSEN, Troels (ed.). **Paul in His Hellenistic Context**. Fortress, 1994.

FITZMYER, Joseph A. **Paul and His Theology: A Brief Sketch**. Prentice Hall, 1989 b.

\_\_\_\_\_. **Romans: A New Translation with Introduction and Commentary**. Doubleday, 1993.

FOWL, Stephen. **The Story of Christ in the Ethics of Paul: An Analysis of the Function of Hymnic Material in the Pauline Corpus**. JSNT sup series 36 ed. Sheffield Academic Press, 1990.

FURNISH, Victor Paul. **Moral Teaching of Paul Selected Issues**. Abingdon Press, 1985.

GAVENTA, Beverly Roberts. **From Darkness to Light: Aspects of Conversion in the New Testament**. Overture to Biblical Theology, 20 ed. Philadelphia: Fortress Press, 1986.

GEORGI, Dieter. **Remembering the Poor: The History of Paul's Collection for Jerusalem**. Abingdon Press, 1992.

GILLMAN, Florence M. **Women Who Knew Paul**. Collegeville MN: Liturgical Press, 1992.

HAYS, Richard B. **Echoes of Scripture in the Letters of Paul**. London, New Haven: Yale University Press, 1989.

HENGEL, Martin. **The Pre-Christian Paul**. Trinity Press International, 1991.

HEYER, C. J. **Paul: A Man of Two World**. Trinity Press International, 1999.

HOFFMAN, R. Joseph. **Marcion, On the Restitution of Christianity: An Essay on Radical Paulinist Theology in the Second Century**. Scholars Press, 1984.

HOLLAND, Glenn S. **The Tradition That You Received From Us: 2 Thessalonians in the Pauline Tradition**. Tübingen: Mohr (Siebeck), 1988.

HOOVER, Morna. **From Adam to Christ: Essays on Paul**. New York: Cambridge University Press, 1990.

HORSLEY, Richard A. (ed.). **Paul and Empire: Religion and Power in Roman Imperial Society**. Harrisburg, PA: Trinity Press International, 1997.

\_\_\_\_\_ (ed.) **Paul and Politics: Ekklesia, Israel, Imperium, Interpretation**. Harrisburg, PA: Trinity Press International, 2000.

JEWETT, Robert. **Chronology of Paul's Life**. Philadelphia: Fortress Press., 1979.

\_\_\_\_\_. **Saint Paul At the Movies: The Apostle's Dialogue with American Culture**. Louisville, Ky: Westminster/John Knox Press, 1993.

JOHNSON, Luke T. **Letters to Paul's Delegates : 1 Timothy, 2 Timothy, Titus**. Valley Forge, Pa: Trinity Press International, 1996.

JOHNSON, Sherman. **Paul the Apostle and His Cities**. Good News Studies 21 ed. Wilmington, Delaware:Michael Glazier, 1987.

KEESMAAT, Sylvia C. **Paul and His Story: (Re)Interpreting the Exodus Tradition**. Sheffield, ENG: Sheffield Academic Press, 1999.

KNOX, John. **Chapters in a Life of Paul**. rev. ed. 1950; reprint, Mercer University Press, 1987.

LAMPE, Peter. **From Paul to Valentinus: Christians At Rome in the First Two Centuries**. 1987; reprint, Minneapolis: Augsburg Fortress, 1999.

LÜDEMANN, Gerd. **Opposition to Paul in Jewish Christianity**. German Orig. 1983 ed. Fortress Press (Augsburg), 1989.



\_\_\_\_\_. **Paul, Apostle to the Gentiles: Studies in Chronology.** (foreword by John Knox) ed. Translated by Stanley F. Jones. Fortress Press, 1984.

LYALL, Francis. **Slaves, Citizens, Sons: Legal Metaphors in the Epistles.** Zondervan Publishing House, 1984.

MACDONALD, Dennis Ronald. **There Is No Male and Female: The Fate of a Dominical Saying in Paul and Gnosticism.** HDR 20 ed. Philadelphia: Fortress Press, 1987.

MACDONALD, Margaret Y. **The Pauline Churches: A Socio-Historical Study of Institutionalization in the Pauline and Deutero-Pauline Writings.** SNTS Mono. Series 60 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

MALHERBE, Abraham J. **Paul and the Popular Philosophers.** Philadelphia: Fortress Press, 1989.

MARSHALL, Peter. **Enmity in Corinth: Social Conventions in Paul's Relations with the Corinthians.** Tübingen: Mohr (Siebeck), 1987.

Martin, Dale B. **The Corinthian Body.** New Haven: Yale University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. **Slavery As Salvation: The Metaphor of Slavery in Pauline Christianity.** New Haven: Yale University Press, 1990.

MEADE, David G. **Pseudonymity and Canon: An Investigation Into the Relationship of Authorship and Authority in Jewish and Early Christian Tradition.** Grand Rapids: Eerdmans, 1986.

MITCHELL, Margaret M. **Paul and the Rhetoric of Reconciliation: An Exegetical Investigation of the Language and Composition of I Corinthians.** Tübingen: J.C.B. Mohr (Paul Siebeck), 1991.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. *St. Paul's Corinth: Texts and Archaeology.* Good News Studies 6 ed. Michael Glazier, 1983.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome; CHARLESWORTH, James H. (eds.). **Paul and the Dead Sea Scrolls.** New York: Crossroad Press, 1990.

NANOS, Mark D. **The Mystery of Romans: The Jewish Context of Paul's Letter.** Augsburg Fortress, 1996.

NEYREY, Jerome H. **Paul, In Other Words: A Cultural Reading of His Letters.** Westminster/John Knox, 1990.

NEYREY, Jerome H; MALINA, Bruce J. **Portraits of Paul: An Archaeology of Ancient Personality.** Louisville: Westminster John Knox Press, 1996.

NICKLE, Keith F. **The Collection: A Study of Paul's Strategy**. Studies in Biblical Theology 48 ed. London: SCM, 1966.

O'BRIEN, Peter Thomas. **Introductory Thanksgivings in the Letters of Paul**. Leiden: E. J. Brill, 1977.

PAGELS, Elaine H. **The Gnostic Paul: Gnostic Exegesis of the Pauline Letters**. Fortress., 1975.

PETERSEN, Norman R. **Rediscovering Paul: Philemon and the Sociology of Paul's Narrative World**. Philadelphia: Fortress Press, 1985.

RICHARDS, Randolph. **The Secretary in the Letters of Paul**. Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament, 2 Reihe 42 ed. Tübingen: Mohr-Siebeck, 1991.

RICHARDSON, Peter. **Paul's Ethic of Freedom**. Westminster Press, 1979.

ROETZEL, Calvin J. **Paul : The Man and the Myth**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 1999.

RUBENSTEIN, Richard. **My Brother Paul**. Torchbooks ed. Harper & Row, 1972.

SANDERS, E. P. **Paul and Palestinian Judaism: A Comparison of Patterns of Religion**. Fortress Press, 1977.

\_\_\_\_\_. *Paul, the Law and the Jewish People*. Fortress Press, 1983.

SANDMEL, Samuel. **The Genius of Paul: A Study in History**. Fortress Press, 1979.

SCHÜSSLER, Fiorenza Elisabeth. **In Memory of Her: A Feminist Theological Reconstruction of Christian Origins**. Crossroad Press, 1983.

SCHWEITZER, Albert. **The Mysticism of Paul the Apostle (2ed)**. H. Holt & Co., 1931.

SEELEY, D. **The Noble Death: Graeco-Roman Martyrology and Paul's Concept of Salvation**. JSOT sup series 28 ed. Sheffield: JSOT / Sheffield Academic Press, 1990.

SEGAL, Alan F. **Paul the Convert: The Apostolate and Apostasy of Saul the Pharisee**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SOARDS, Marion L. **The Apostle Paul: An Introduction to His Writings and Teachings**. Paulist Press, 1987.

STENDAHL, Krister. **Final Account: Paul's Letter to the Romans**. Minneapolis: Augsburg Fortress, 1995.

STOWERS, Stanley K. **A Rereading of Romans: Justice, Jews, and Gentiles.** New Haven: Yale University Press, 1994.

STRELAN, Rick. **Paul, Artemis, and the Jews in Ephesus.** Berlin/New York: de Gruyter, 1996.

TABOR, James. **Things Unutterable: Paul's Ascent to Paradise in Its Greco-Roman, Judaic, and Early Christian Contexts.** New York: University Pr. of America, 1986.

THEISSEN, Gerd. **Psychological Aspects of Pauline Theology.** (Translated by John P. Galvin). Philadelphia: Fortress Press, 1986.

\_\_\_\_\_. **The Social Setting of Pauline Christianity: Essays on Corinth.** (Translated by John H. Schutz). Philadelphia: Fortress Press, 1982.

TROBISCH, David. **Paul's Letter Collection: Tracing the Origins.** Minneapolis: Fortress Press, 1994.

VERNER, David C. **The Household of God: The Social World of the Pastoral Epistles.** Scholars Press, 1983.

WALTERS, James C. **Ethical Issues in Paul's Letter to the Romans: Changing Self Definitions in Earliest Roman Christianity.** Trinity Press International, 1993.

WEDDERBURN, A. J. M. **Paul and Jesus: Collected Essays.** JSNT Supplement, 37 ed. Sheffield, ENG: Sheffield Academic Press, 1989.

WEIMA, Jeffrey A. D. **Neglected Endings: The Significance of the Pauline Letter Closings.** SheffieldEng: Sheffield Academic Press, 1994.

WENHAM, David. **Paul: Follower of Jesus or Founder of Christianity?** Grand Rapids: Eerdmans, 1995.

WHITE, John L. **Light From Ancient Letters.** Foundations and Facets: New Testament ed. Philadelphia: Fortress Press, 1986.

WILLIAMS, David John. **Paul's Metaphors: Their Context and Character.** Peabody MA: Hendrickson, 1999.

WIRE, Antoinette. **The Corinthian Women Prophets: A Reconstruction Through Paul's Rhetoric.** Minneapolis: Fortress Press, 1990.

WITHERINGTON III, Ben. **Jesus, Paul, and the End of the World: A Comparative Study in New Testament Eschatology.** InterVarsity Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Paul's Narrative Thought World: The Tapestry of Tragedy and Triumph.** Minneapolis: Westminster John Knox, 1994.

WRIGHT, N. T. **The Climax of the Covenant : Christ and the Law in Pauline Theology**. Minneapolis: Fortress, 1993.

#### **Breve bibliografia sobre a carta de Paulo a Filemon**

BARTH, Markus; BLANKE, Helmut. **The Letter to Philemon**. ECC. Grand Rapids: Eerdmans, 2000.

BIRD, Michael F. **Colossians and Philemon: A New Covenant Commentary**. NCC 12. Eugene, OR: Cascade, 2009.

BRUCE, F. F. **Colossians, Philemon, Ephesians**. NICNT. Grand Rapids: Eerdmans, 1984.

CALLAHAN, Allen Dwight. **Embassy of Onesimus: The Letter of Paul to Philemon**. NTC. Harrisburg, PA: Trinity Press International, 1997.

COUSAR, Charles B. **Philippians and Philemon: A Commentary**. NTL. Louisville: Westminster John Knox, 2009.

DONFRIED, Karl P., MARSHALL, I. Howard. **The Theology of the Shorter Pauline Letters**. NTT. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

DUNN, James D. G. **The Epistles to the Colossians and to Philemon: A Commentary on the Greek Text**. NIGTC. Grand Rapids: Eerdmans, 1996.

FITZMYER, Joseph A. **The Letter to Philemon**. New York: Doubleday, 2000.

HARRIS, Murray J. **Colossians and Philemon**. EGGNT. Nashville: B&H Academic, 2010.

KNOX, John. **Philemon among the Letters of Paul**. 2nd ed. Nashville: Abingdon, 1959.

KOENING, John. **Philippians, Philemon**. Minneapolis: Augsburg, 1985.

KREITZER, Larry J. **Philemon**. Readings. Sheffield: Sheffield Phoenix, 2008.

KUSCHEL, H. J. **Philippians, Colossians, Philemon**. Rev. ed. People's Bible Commentary. St. Louis: Concordia, 2005.

LOHSE, Eduard. **Colossians and Philemon**. Philadelphia: Fortress, 1971.

MARTIN, Ralph P. **Ephesians, Colossians, and Philemon**. Louisville: John Knox, 1992.

MOO, Douglas J. **The Letters to the Colossians and to Philemon**. Grand Rapids: Eerdmans, 2008.

O'BRIEN, Peter T. **Colossians, Philemon**. Waco: Word, 1982.

OSIEK, Carolyn. **Philippians and Philemon**. ANTC. Nashville: Abingdon, 2000.

OVERVIEW, Barclay, John M. G. **Colossians and Philemon**. NTG. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2001.

SAARINEN, Risto. **The Pastoral Epistles with Philemon & Jude**. BTCB. Grand Rapids: Brazos, 2008.

THOMPSON, Marianne Meye. **Colossians and Philemon**. THNTC. Grand Rapids: Eerdmans, 2005.

THURSTON, Bonnie B; RYAN, Judith. **Philippians and Philemon**. SP. Collegeville, MN: Liturgical Press, 2005.

THURSTON, Bonnie B; RYAN, Judith. **Philippians and Philemon**. SP. Collegeville, MN: Liturgical Press, 2005.

TOLMIE, D. Francois (ed). **Philemon in Perspective: Interpreting a Pauline Letter**. Berlin: De Gruyter, 2010.

WALL, Robert W. **Colossians & Philemon**. Illinois: InterVarsity Press, 2010.

WILSON, Robert. **Colossians and Philemon**. London: T&T Clark, 2005.

WITHERINGTON, Ben, III. **The Letters to Philemon, the Colossians, and the Ephesians: A Socio-Rhetorical Commentary on the Captivity Epistles**. Grand Rapids: Eerdmans, 2007.

WRIGHT, N. T. **Paul for Everyone: The Prison Letters**. Louisville: Westminster John Knox, 2002.